



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Fernanda Borges de Brito

**AS MULHERES NEGRAS ESCRAVIZADAS NA VILLA REAL DE SÃO JOÃO DO
CARIRI: o cotidiano no sertão do Cariri paraibano (1850-1884).**

Campina Grande

2024

Fernanda Borges de Brito

**AS MULHERES NEGRAS ESCRAVIZADAS NA VILLA REAL DE SÃO JOÃO DO
CARIRI: o cotidiano no sertão do Cariri paraibano (1850-1884).**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Campina Grande
como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestra em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima

Campina Grande

2024

B862m

Brito, Fernanda Borges de.

As mulheres negras escravizadas na Villa Real de São João do Cariri: o cotidiano no sertão do Cariri paraibano (1850-1884) / Fernanda Borges de Brito. – Campina Grande, 2024.

112 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima".

Referências.

1. Escravidão – Século XIX. 2. Escravidão - Mulheres. 3. Sertão do Cariri paraibano. 4. Cotidiano. 5. Resistência. I. Lima, Luciano Mendonça de. II. Título.

CDU 326-055.2(813.3)(043)

Fernanda Borges de Brito

AS MULHERES NEGRAS ESCRAVIZADAS NA VILLA REAL DE SÃO JOÃO DO CARIRI:
o cotidiano no sertão do Cariri paraibano (1850-1884).

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 30 de setembro de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima
Orientador(a)

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Severino Cabral Filho
Universidade Federal de Campina Grande

Profa. Dra. Silêde Leila Oliveira Cavalcanti
Universidade Federal de Campina Grande

Campina Grande, 2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Às 14h (quatorze horas) do dia 30 (trinta) de setembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), de forma presencial na sala 101 do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande campus sede, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo(a) aluno(a) **Fernanda Borges de Brito**, intitulada: AS MULHERES NEGRAS ESCRAVIZADAS NA VILLA REAL DE SÃO JOÃO DO CARIRI: o cotidiano no sertão do cariri paraibano (1852-1884), em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "APROVADO", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Luciano Mendonça de Lima - Orientador(a), Gervácio Batista Aranha - Examinador(a) Interno(a), Élio Chaves Flores - Examinador(a) Externo(a). Assina também a presente Ata o Secretário do PPGH Yaggo Fernando Xavier de Aquino e a Coordenadora do PPGH Michelly Pereira de Sousa Cordão, para os devidos efeitos legais.

Parecer: A DISSERTAÇÃO CUMPRE OS REQUISITOS ACADÊMICOS, ALÉM DE TER UMA RELEVÂNCIA SOCIAL SIGNIFICATIVA.

Lista de Presença

| | | | |
|--------------------------|----------------------------------|-----------|--|
| Orientador(a) | Luciano Mendonça de Lima | PPGH/UFCG | |
| Examinador(a) Interno(a) | Gervácio Batista Aranha | PPGH/UFCG | |
| Examinador(a) Externo(a) | Faustino Teatino Cavalcante Neto | CDSA/UFCG | |
| Secretário | Yaggo Fernando Xavier de Aquino | | |
| Coordenadora | Michelly Pereira de Sousa Cordão | | |

Campina Grande-PB, 30 de setembro de 2024.

Dedico este trabalho às mulheres negras que foram escravizadas no interior do Cariri paraibano.

Sua força, resistência e dignidade foram a base sobre a qual muitas histórias se ergueram e sua memória vive em cada página escrita e em cada pesquisa realizada. Esta pesquisa é uma forma de trazer ao conhecimento a sua luta e a contribuição fundamental que deram, mesmo sob circunstâncias de extrema adversidade. Que sua história e sua luta jamais sejam esquecidas e que possamos continuar a honrar seu legado com respeito e justiça.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Walquíria e Flávio e ao meu irmão, Fabiano, que me deram a estrutura necessária para que esta pesquisa fosse realizada. Nesse mesmo sentido, agradeço à minha Tia Selma, que me deu teto durante todos esses anos fora de casa e que teve que conviver com as minhas manias e meus jeitos, jamais se negando de me ajudar quando preciso.

Ao professor Luciano Mendonça, que conheço desde o período de graduação e que desde lá me apoiou para a realização dessa pesquisa, por meio de conversas, consultas, retirando dúvidas e mesmo lendo o que eu escrevia, mesmo antes de que eu estivesse como sua orientanda no mestrado, jamais se dispôs a contribuir comigo neste e em outros trabalhos, demonstrando principalmente o seu amor a história e ao trabalho de historiador ativo em sua contemporaneidade. A ele agradeço por todo suporte e cuidado durante esse mestrado que se deu em boa parte de maneira remota, o que não permitiu que se tivesse grandes interações com meus colegas. Serei eternamente grata, por ser tão atencioso em suas palavras e correções, com toda certeza buscarei sempre me espelhar no seu exemplo de docência.

A Rayssa, que me acompanhou a minha vida toda e, que me acompanha desde o primeiro contato com a pós-graduação, ao estar ao meu lado e ler os primeiros textos do projeto apresentado na seleção que posteriormente e depois de muitas mudanças se tornaria essa dissertação. E que nesse momento, foi uma grande companheira durante toda a construção deste trabalho, lendo e relendo tudo o que foi escrito, me dando sugestões e conversando sobre questões para além da pesquisa, te agradeço por todo o apoio e suporte, nossa parceria vem de uma época em que eu não conseguia falar televisão, sei que posso contar com você para todas as questões da minha vida, você é mais que uma prima, é minha irmã.

A Renally que me acompanha desde a graduação e a com quem muitas vezes sou confundida, minha gêmea de mãe diferente, obrigada por toda a sua preocupação e cuidado comigo, agradeço por me abraçar e me tratar como família, as risadas com sua família são sempre genuínas e fazem com que a nossa bateria seja recarregada.

A Michell e a Everton, meus companheiros de graduação e que estiveram constantemente conversando sobre a vida e a profissão do historiador, saudades de nossos momentos na UFCG, ou em suas redondezas, agradeço para além disso, por todos os nossos momentos, as nossas conversas, as nossas risadas pelos corredores da UFCG e, principalmente, pelos momentos de cuidado e apoio durante a jornada que trilhamos no curso de História.

A Thaynar que como professora de Inglês e grande amiga que é, me auxiliou com o Abstract e está ao meu lado a tantos anos deixando mais leve os momentos, acompanhando a minha trajetória e se aventurando em viagens não tão bem planejadas. A Luiz Fernando, que contribuiu muito com os dados estatísticos utilizados nessa dissertação, obrigada pela paciência e disposição para me auxiliar.

Ao meu bom amigo Jhon, que o PET-História me apresentou desde o primeiro dia de graduação e com quem eu não sabia que teria uma ligação tão simples, mas de um carinho tão genuíno e forte, obrigada pelas leituras e indicações relativas aos meus trabalhos e, além disso, pelo cuidado tão especial que tem por mim, mesmo com a distância nada faz com que te esqueça.

Ao projeto que participei durante a graduação, o PET-História, na pessoa do Tutor Luciano Queiroz, que me fez enxergar o curso de uma outra maneira e fez com que eu tivesse experiências ímpares durante a minha vivência acadêmica, experiências que fizeram com que eu chegasse a essa temática, que hoje apresento como dissertação, agradeço pela oportunidade de estar sempre em contato com o ensino básico e, principalmente, com as camadas mais vulneráveis da nossa comunidade, ter contato principalmente com a comunidade quilombola do Grilo, em Riachão do Bacamarte, e com a história do povo negro no Brasil foram de suma importância para o desenvolvimento e concretização desta pesquisa. Sou extremamente grata a todas as gerações de petianos que passei e com as quais tive oportunidade de aprender.

A todos os professores com os quais tive oportunidade de trabalhar nas disciplinas do mestrado, tendo em vista que cada um, à sua maneira, ajudou para a formação geral como profissional pesquisadora em história, em especial ao professor Gervácio que muito contribuiu em duas disciplinas, ao trazer ainda mais conteúdo e indicações teóricas para o desenvolvimento desta pesquisa sendo sempre muito acessível e atencioso comigo.

Ao meu colega Edson que me acompanhou durante todo esse processo de pós-graduação, seja em reunião com nosso orientador ou durante as aulas online, sempre trocando indicações e informações referentes às aulas ou mesmo aos nossos trabalhos, foi sempre muito bom ter alguém com quem dividir as angústias da escrita.

Agradeço a coordenação da pós-graduação em história, mais especificamente a José Otávio e Michelly Cordão, que sempre foram muito solícitos, nunca se abstendo de ajudar em qualquer que fosse o momento, junto a eles agradeço a Yaggo que como os dois sempre esteve disponível para retirar dúvidas e realizar os processos necessários na secretária da graduação.

Para a realização dessa pesquisa preciso agradecer a Pequeno Filho que contribuiu em muito comigo, ao me fornecer os primeiros documentos para a pesquisa, sendo sempre muito atencioso e cuidadoso, jamais se negando a me auxiliar assim que eu precisasse de ajuda com os arquivos do Fórum de São João do Cariri, seu trabalho de digitalização faz com que seja possível cada vez mais desbravar o interior do cariri paraibano e proporciona a novos historiadores a possibilidade facilitada de ter acesso a documentação tão rica.

A Faustino Teatino que teve o cuidado e a atenção de ler esse trabalho na qualificação e me ajudar com documentações que possuía no campus Sumé da UFCG, enriquecendo ainda mais essa pesquisa, mas para além disso, me mostrando caminhos para seguir a escrita dessa dissertação.

A Solange Mouzinho e Eduardo Cavalcanti, que ao realizarem uma grande pesquisa na documentação eclesiástica da Igreja De Nossa Senhora dos Milagres, permitiram que fossem acessados muitos dados sobre a escravização e sobre os escravizados na região do Cariri paraibano, assim como Pequeno, o trabalho de vocês faz com que a o contexto da escravização possa cada vez mais ser desvendado e entendido em nossa região.

Agradeço à CAPES, pelo financiamento de cinco meses disponibilizado para a execução desta pesquisa, em meio a um desmantelamento da Universidade Pública, a volta do apoio aos estudantes de pós-graduação se fez muito importante para todos nós do PPGH-UFCG.

Por fim, agradeço à minha família como um todo, vó, tios, tias, primos e primas. E agradeço, ainda, aos trabalhadores, que mesmo sem saber, financiaram a minha formação na Universidade Pública e para os quais pretendo servir ao longo da minha carreira, defendendo seus direitos e suas necessidades, na minha forma de agir e de trabalhar como pesquisadora e professora.

Vozes-Mulheres

Conceição Evaristo

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

EVARISTO, Conceição. Poemas da recordação e outros movimentos. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017, p. 24-25.

RESUMO

Esta dissertação aborda o contexto da escravização na segunda metade do século XIX, buscando examinar as relações existentes entre mulheres negras escravizadas, tendo em vista as formas de resistências operadas por essas no interior da Paraíba do Norte, mais especificamente no sertão do Cariri paraibano, na Villa Real de São João do Cariri. Para tanto, será analisado o contexto social e histórico no qual estas mulheres estavam inseridas. Nesse sentido, a pesquisa estará localizada na dimensão da História Social e terá como aporte teórico-metodológico o Materialismo Histórico, utilizando para tal, os conceitos de experiência e cultura de Thompson e de grupos subalternos de Gramsci, como também se valendo do método do paradigma indiciário estabelecido por Ginzburg, realizando a partir deste, análises cruzadas de fontes, as quais serão, assentos de batismo e de óbitos, como também alguns processos crimes presentes na Comarca de Serra Branca - PB, sob a custódia do Tribunal de Justiça da Paraíba. Corroborando, desta forma, com os estudos voltados para as mulheres negras, tendo em vista o seu papel social, como um grupo subalterno, por muito tempo oculto da historiografia local e nacional.

Palavras-chave: Mulheres escravizadas; Sertão do Cariri paraibano; Cotidiano; Resistência.

ABSTRACT

This dissertation addresses the context of slavery in the second half of the 19th century, seeking to examine the relationships between enslaved black women, taking into account the forms of resistance operated by them in the interior of Paraíba of Northern, more specifically in the backlands of Cariri paraibano, in Villa Real de São João do Cariri. For this purpose, the social and historical context in which these women were inserted will be analyzed. In this sense, the research will be located in the dimension of Social History and will have as its theoretical-methodological contribution Historical Materialism, using for this purpose, Thompson's concepts of experience and culture and Gramsci's subaltern groups, as well as using the method of the evidentiary paradigm established by Ginzburg, carrying out from this, cross-analysis of sources, which will be baptismal and death certificates, as well as some criminal proceedings present in the District of Serra Branca - PB, under the custody of the Court of Justice of Paraíba. Corroborating this with studies focused on Black women, considering their social role as a subordinate group, which has long been hidden from local and national historiography.

Keywords: Enslaved women; Backlands of Cariri paraibano; Quotidian; Resistance.

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|-----------|
| MAPA 1: Ocupação do território paraibano século XVI, XVII e XVIII..... | 38 |
| MAPA 2: Divisão administrativa da Paraíba no início do Século XIX. Detalhe Cariri Histórico. | 40 |
| MAPA 3: Fragmento do mapa da Província da Parahyba do Norte no século XIX - 1968 | 41 |
| MAPA 4: Localização Geográfica do Cariri Paraibano. | 42 |
| MAPA 5: Mapa geográfico da Paraíba com linhas escuras que demarcam o território eclesiástico pertencente a Freguesia de São João do Cariri e meados do século XIX. | 45 |

LISTA DE FOTOGRAFIAS

| | |
|---|-----------|
| FOTOGRAFIA 1: Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres..... | 44 |
|---|-----------|

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----------|
| TABELA 1: População Livre e Escravizada da Freguesia de Nossa Senhora Dos Milagres (1852-1872) | 49 |
| TABELA 2: Total de casamentos na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres censo de 1872. | 56 |
| TABELA 3: Tipo de Filiação dos Recém-Nascidos Batizados, no Período de 1850-1872, na Vila Real de São João do Cariri..... | 60 |
| TABELA 4: Frequência dos Batismos entre 1850-1872..... | 61 |
| TABELA 5: Condição Jurídica dos pais e mães das crianças escravizadas da Vila de São João do Cariri (1850-1872)..... | 68 |
| TABELA 6: Combinação de cores entre pai, mãe e filho ou filha e entre mãe e filha ou filho na Vila de São João do Cariri (1850-1872) | 71 |
| TABELA 7: Distinção social de padrinhos e madrinhas dos escravizados da Vila Real de São João do Cariri (1850-1872)..... | 76 |
| TABELA 8: Condição jurídica dos escravizados registrados nos óbitos da Vila Real de São João do Cariri (1854-1872)..... | 81 |
| TABELA 9: Faixa etária dos escravizados mortos da Vila Real de São João do Cariri (1854-1872)..... | 82 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 1: Idade dos Batizados (1850-1872)..... | 64 |
| GRÁFICO 2: Cor/Origem Étnico-Racial dos escravizados recém-nascidos, no período de 1850-1872..... | 69 |
| GRÁFICO 3: Condição social de Padrinhos e Madrinhas (1850-1872)..... | 78 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 17 |
| 2 | OS DIFERENTES CONTEXTOS DO BRASIL NO SÉCULO XIX: A DINÂMICA POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICA ENTRE O PAÍS, A PROVÍNCIA E A VILA.. | 31 |
| 2.1 | O BRASIL DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: A LEGISLAÇÃO ANTIESCRAVISTA | 31 |
| 2.2 | A PARAÍBA NO SÉCULO XIX: ECONOMIA E SOCIEDADE..... | 33 |
| 2.3 | DE TRAVESSIA À VILA REAL DE SÃO JOÃO DO CARIRI: FORMAÇÃO TERRITORIAL E SÓCIO-ECONÔMICA..... | 37 |
| 2.4 | A MÃO DE OBRA DA VILLA REAL DE SÃO JOÃO DO CARIRI | 47 |
| 3 | CAPÍTULO: A REALIDADE DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA DA VILA REAL DE SÃO JOÃO DO CARIRI..... | 51 |
| 3.1 | MOVIMENTAÇÕES E DIMINUIÇÃO DOS ESCRAVIZADOS APÓS 1850 | 51 |
| 3.2 | AS FAMÍLIAS ESCRAVIZADAS SOB A BENÇÃO CATÓLICA: O CASAMENTO | 54 |
| 3.3 | OS RECÉM-NASCIDOS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES..... | 59 |
| 3.4 | FAMÍLIAS ESCRAVIZADAS MONOPARENTAIS..... | 72 |
| 3.5 | PADRINHOS E MADRINHAS DOS ESCRAVIZADOS | 75 |
| 3.6 | A MORTE NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES..... | 80 |
| 4 | ENTRE CORRENTES E CORAGEM: A VIDA DAS MULHERES ES CRAVIZADAS NO INTERIOR DO CARIRI PARAIBANO | 84 |
| 4.1 | MULATA IGNÁCIA: ASSASSINATO E VINGANÇA (1853)..... | 88 |
| 4.2 | O ABISMO DA DOR: PRETA MARIA E A TRAGÉDIA DOS SEUS FILHOS (1852). 93 | |
| 4.3 | O “MILAGRE” DE RAIMUNDA: “RESSURREIÇÃO” APÓS A TRAGÉDIA (1884). 98 | |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 102 |
| 6 | FONTES | 105 |
| 7 | REFERÊNCIAS | 106 |

1 INTRODUÇÃO

A história dos escravos – como toda história humana – não foi feita apenas pelo que se fez a eles, mas também pelo que eles próprios fizeram por si”. (BERLIN, 2006, p.16).

Os estudos sobre a escravização estão presentes na historiografia brasileira desde o seu momento inicial, em que foi concebida a necessidade de contar uma versão da história brasileira por meio de autores como Varnhagen (1857), Capistrano de Abreu (1907), Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Gilberto Freyre (1933), que em seus textos foram demonstrando as suas maneiras de enxergar a escravização brasileira e de que maneira esta influenciava na construção do país, deixando em sua escrita marcas de suas intenções, colocando em evidência pontos que traziam conformidade com aquelas que eram as suas principais intenções ao construírem as suas reflexões.

Posteriormente a esse período que marca os primeiros anos da historiografia brasileira, outros trabalhos passaram a ser desenvolvidos baseados em leituras e concepções que vinham chegando ao país. Temos que, a partir das concepções metódicas¹ da história, muitas pesquisas basearam seus estudos dando ênfase ao documento sem realizar perguntas importantes a essa fonte, tratando como a verdade em si.

Neste período foram escritos trabalhos que, por vezes, eram construídos por profissionais de outras áreas ou mesmo por figuras que possuíam renomes em suas localidades, como é o exemplo de Irineu Joffily (1892) e José Américo de Almeida (1923) que trataram da

¹ A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objetividade absoluta no domínio da história; pensa atingir os seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitantes ao inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão. Os historiadores "positivistas" participam na reforma do ensino superior e ocupam cátedras em novas universidades; dirigem grandes coleções - E. Lavisse: História de França; A. Rambaud, História Geral; L Halphen e Ph. Sagnac: Povos e Civilizações; formulam os programas e elaboram as obras de história destinadas aos alunos dos colégios secundários e das escolas primárias. Ora, os manuais escolares, muito explicitamente, veneram regime republicano, aumentam a propaganda nacionalista e aprovam a conquista colonial. Portanto, está corrente de pensamento funda simultaneamente uma disciplina científica e segrega um discurso ideológico. Perante este "monstro intelectual", é se vítima de uma dúvida sobre a capacidade de todo o saber em ciências humanas em abstrair-se do meio social de que é oriundo. A escola metódica continua a dominar o ensino e a investigação em história nas universidades até aos anos 1940; e inscreve uma evolução mítica da coletividade francesa - sob a forma de uma galeria de heróis e de combates exemplares - na memória de gerações de estudantes até aos anos 1960. (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 97). cf.

escravidão na região do Cariri paraibano² como sendo escassa e, portanto, mínima, baseados na ideia de que por ter sua atividade econômica focada na pecuária não era necessário que houvesse uma grande quantidade de escravizados.

É só a partir do final da década de 1970, que começaram a ser desenvolvidas pesquisas que, aportadas em documentação, comprovaram a existência significativa da escravização no Sertão do Cariri paraibano. O primeiro trabalho e mais importante referente à essa região bem como a todo o interior da Paraíba é o de Diana Galliza (1979), que constatou a presença de 1.538 escravizados nessa localidade no ano de 1852.

Outros estudos foram realizados nesse sentido, como os de Ana Paula Moraes (2009) e Wlisses Estrela A. Abreu (2011) tratando do Sertão paraibano, e José de Sousa Pequeno Filho (2014), que já voltou a sua análise mais especificamente para o Cariri Paraibano constatando em suas pesquisas a existência da escravização no Cariri paraibano em diferentes períodos históricos³. Pequeno Filho (2014) analisou as relações escravistas na vida cotidiana e compreendeu as práticas de resistências dos escravizados, entendendo as suas relações sociais, políticas e econômicas e as relações de trabalho em um espaço que era de predominância rural, enfatizando, principalmente, as práticas de resistência dos escravizados.

Em âmbito estadual temos pesquisadores como Luciano Mendonça de Lima (2008) que produziu trabalhos em torno da resistência escrava no município de Campina Grande, tendo como principal enfoque a compreensão da dinâmica escrava em um município que fazia parte da periferia do Império brasileiro e, para além disso, visou reconstituir o ambiente social, econômico e político em que os escravizados construíram a sua experiência social.

Solange P. Rocha (2009) que produziu trabalhos voltados para as mulheres e os homens negros que eram escravizados e também não escravizados, compreendendo e estabelecendo os seus arranjos familiares e as estratégias que esses elaboraram para reconstruírem os vínculos parentais, tendo ainda nos proporcionado a visão de novas imagens destas mulheres e destes homens frente a subordinação, nas quais é observada a construção de

² O Cariri paraibano é uma região no sul do estado da Paraíba, formada por 29 municípios. A região é conhecida pela sua aridez e clima muito seco, com baixa ocorrência de chuvas. O Cariri paraibano é um grande platô elevado que se assenta sobre a Serra da Borborema e se estende por dezenas de quilômetros de Nordeste para Sudoeste, dos arredores de Campina Grande para o limite de Pernambuco. (IBGE). cf.

³ PEQUENO FILHO, José de Sousa. Experiências Familiares de Escravizados no sertão de São João do Cariri (1752-1816). Dissertação de Mestrado. UFCG. (2014)

diferentes estratégias de luta para conquista da liberdade e/ou para que conseguissem refazer laços familiares.

Maria Vitória Barbosa Lima (2010), em seu trabalho pensou a liberdade na Paraíba do século XIX, tendo como maior enfoque os diversos significados que a população negra, escravizada e livre dava para esta, analisando os conflitos e os embates sociais que essas considerações podiam trazer. Na pesquisa, ela consegue compreender como a liberdade social é expressa no sentimento que a gente negra possuía de pertencimento a um grupo através de suas experiências e vivências, dando ênfase a cultura negra. Trabalhando também com a questão da liberdade interdita e reavida, além de ter pesquisas referente à criminalidade escrava na Paraíba.

Tendo em vista o nosso recorte é relacionado às mulheres, temos que a História com enfoque em mulheres ganha ampla visibilidade a partir da instituição dos *Annales*⁴, principalmente após a sua Terceira Geração (1968-1989)⁵. Entretanto, estudos sobre as mulheres aparecem bem antes desse período, por exemplo, no texto “A origem da família e da propriedade privada” (1884), ainda no século XIX, Friedrich Engels já tratava sobre a temática, colocando as mulheres como elemento essencial de sua escrita.

Ainda nesse período é possível citar Clara Zetkin, que, desde 1896, produzia discursos nos congressos do Partido Comunista dando ênfase a importância da mulher proletária para o socialismo, podemos citar aqui o texto escrito, em 1906, com “*Social-democracia e sufrágio feminino*”, documento que foi lido na Conferência das Mulheres pertencentes ao Partido Social-democrata realizada em Mannheim, antes da abertura do Congresso Anual da Social-democracia alemã (1906). São textos que colocam a importância das mulheres para a luta socialista e em como essas deveriam se organizar para construir o socialismo.

Alexandra Kollontai é uma outra autora que podemos citar para representar as diversas autoras russas que versaram sobre diferentes assuntos relacionados à mulher ao longo do tempo,

⁴ Os *Annales* foi um movimento historiográfico do século XX, que se desenvolveu em torno da revista acadêmica francesa *Annales d'histoire économique et sociale* (Anais de história econômica e social). O movimento foi fundado em 1929 pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre e destacou-se por incorporar métodos das Ciências Sociais à História. A nova abordagem dos *Annales* para o estudo da história teve consequências e influências até aos dias de hoje. (BOURDÉ & MARTIN, 1990). cf.

⁵ A Terceira Geração dos *Annales* foi um grupo de historiadores que incluía Jacques Le Goff, Pierre Nora, Jean Delumeau e François Furet. O objetivo da Escola dos *Annales* era combater o positivismo histórico e desenvolver um novo tipo de história que considerasse novas fontes de pesquisa. A terceira geração dos *Annales*, também conhecida como a Nova História, expandiu o campo da história para outras áreas, como a Antropologia, a Sociologia, a Literatura, a Geografia e a Psicologia. (BOURDÉ & MARTIN, 1990). cf.

sendo ela a primeira mulher a ocupar um cargo no governo soviético, contribuiu em grande medida para os avanços nas leis das mulheres no pós-revolução, foi jornalista, escritora, revolucionária e política. Em seu texto “*As bases sociais da questão da mulher*”, de 1907, no qual ela já trabalha com questões relacionadas à entrada de mulheres no mercado de trabalho, às diferenças existentes entre a mulher burguesa e a proletária e os diferentes objetivos buscados por essas, enquanto a primeira busca se acomodar na sociedade de classe, a outra deve buscar uma forma de substituir a sociedade de classe.

Já no início do século XX, temos Lucy Parsons, uma estadunidense negra que foi fruto de um relacionamento entre senhor e escravizada e que, no ano de 1905, escrevia textos como “*Mulher e seu desenvolvimento evolutivo*”, no qual ela versa sobre o processo de formação da superioridade masculina. E, nos anos de 1950, nos Estados Unidos, temos Selma James com “*Sexo, Raça e Classe*” e Evelyn Reed com o texto “*O mito da inferioridade feminina*”, entre outras.

No período após 1964, temos uma filósofa italiana Cinzia Arruza, em o “*Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*” (2019), no qual ela analisa a cisão que ocorre após “retrocessos sociais que ocorreram na Rússia após a morte de Lenin”. Já em o “*Feminismo para as 99%*” (2019), escrito por Arruza em parceria com Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, nós temos um manifesto como aquele escrito em 1848, mas redigido em condições atuais e diferentes daquele escrito por Marx e Engels, no qual elas buscam realizar uma reconciliação entre gênero, feminismo e marxismo. Nele nós temos a contraposição do feminismo progressista com o reacionário, tendo as autoras recusado ambos, fazendo uma proposta nova, o feminismo para as 99%, reorientando as lutas feministas e trazendo aspectos que não foram pensados a princípio por não serem problemas daquela contemporaneidade, como a preocupação ecológica, política e sobre a reprodução social.

Para Arruza, o marxismo tem que ser obrigatoriamente feminista e tem que ser realizado um trabalho que politize as mulheres em suas diferenças e especificidades. Ela aponta para questões importantíssimas como o trabalho doméstico, a exploração realizada pelo patriarcado e o colocando como o principal inimigo, pois esse é anterior ao capitalismo e foi moldado para continuar a explorar as mulheres. Um outro ponto que a autora chama muita atenção é a fragmentação e como esta dificulta a união da classe que é o que é proposto no manifesto escrito por ela, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser.

Lélia Gonzalez (1982), uma mulher negra brasileira que se faz necessária para a realização desse trabalho, pois ela foi uma intelectual, autora, política, professora, filósofa e antropóloga, e, para além disso, foi pioneira nos estudos sobre Cultura Negra no Brasil, destacando aqui os textos nos quais ela enfatiza o racismo e o sexismo presente na cultura brasileira e em como a política do “dividir para dominar é utilizada em grande escala no Brasil. É interessante pensar, inclusive, em como há dessas influências nos escritos de Davis.

Outra autora brasileira que precisa ser destacada é Beatriz Nascimento, que pensava os territórios de resistência de escravizados e seus descendentes de maneira científica, mas também, a partir de sua trajetória pessoal e do seu ativismo político antirracista.

Levando em consideração o contexto brasileiro, é essencial realizar estudos específicos sobre as mulheres negras que viveram o período da escravização, trabalhando-as como sujeitos de suas histórias. Atentando para a necessidade de refletir sobre esse período para entender a atual realidade de desigualdade brasileira e, não menos importante, paraibana, o que vem sendo feito por pesquisadores nas diferentes instituições de ensino superior, com teorias e métodos científicos de variados campos do pensamento.

Podemos citar aqui os trabalhos de Larissa Bagano Dourado (2017) e Eduardo de Queiroz Cavalcante (2015), dissertações realizadas no programa de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba, que, entre outros temas trazem a discussão sobre as mulheres cativas da Paraíba do Norte e sobre as famílias negras no Cariri paraibano, respectivamente.

Tendo esta base, o objetivo deste trabalho se volta para as questões relacionadas a mulher negra, atentando para a relação entre passado e presente. Dessa forma, buscamos partir das inquietações do presente, ir em busca de resquícios na história da escravização brasileira, das reminiscências na nossa sociedade de características racistas.

Pensando na luta feminista negra e em uma maneira de fazer com que elucidemos questões relacionadas às vivências das mulheres negras na Paraíba, principalmente no que se refere ao Cariri paraibano, refletindo o seu apagamento de questões relacionadas à escravização, mas não só nesse sentido, pois, mesmo com estudos relacionados à temática, estas foram excluídas do protagonismo na historiografia paraibana.

Nesta pesquisa buscamos investigar como se davam as relações entre as mulheres negras escravizadas e seus senhores, no período de 1852 a 1884, na Villa⁶ de São João do Cariri. Contextualizando política, econômica e socialmente a escravização na Villa de São João do Cariri, no período referente a segunda metade do século XIX, e, posteriormente, se atentando para uma análise demográfica e econômica das mulheres negras escravizadas, tendo em vista o ambiente em que realizavam a sua existência. Sendo esta análise realizada através, principalmente, do banco de dados dos Assentos de batismo, dos casamentos e dos óbitos da Igreja de Nossa Senhora dos Milagres⁷. Por fim, analisaremos e discutiremos como as resistências cotidianas foram operadas por essas mulheres, tendo como base para isso as análises de processos crimes e inventários.

Para desenvolver esta pesquisa adotamos o referencial teórico da História Social Inglesa, pensando-a a partir de Edward Palmer Thompson, que através do seu trabalho, foi amplamente utilizado pelos historiadores brasileiros como uma base para que fosse possível se atentar de maneira enfática para a história de vida dos escravizados, dando evidência aos desvalidos historicamente, tendo esse auxílio ocorrido com um aspecto teórico e político e não apenas temático, como é colocado pela autora Silvia Lara (1995).

Neste sentido, nós daremos ouvidos àqueles que por muito tempo foram excluídos da História e não tiveram suas vozes ouvidas, àqueles que não são conclamadas ou homenageadas, como o são aqueles que foram por muito tempo colocados como os “grandes homens da história”. Nesse intuito, buscamos ir além da história oficial, colocando em evidência a gente excluída da nossa sociedade.

Tendo a consciência de que as fontes oficiais desprivilegiam a trajetória das mulheres, pois como é colocado pela historiadora Michelle Perrot, ao se debruçar sobre as fontes para a história das mulheres para a história da França.

No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues.
A narrativa histórica tradicional reserva-lhes pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública - a política, a guerra - onde elas pouco aparecem. A iconografia comemorativa lhes é mais aberta. A estatuária, mania cara à Terceira República, semeou a cidade com silhuetas femininas. Porém,

⁶ A Vila era uma organização administrativa da coroa portuguesa.

⁷ Essas tabelas em Excel foram elaboradas pelos pesquisadores Solange Mouzinho Alves (2015) e Eduardo de Queiroz Cavalcante (2015) quando da realização de seus mestrados junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFPB e repassadas ao professor Faustino Teatino Cavalcante Neto, líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Camponesa e Resistência no Cariri Paraibano (NUCARIRI/UFCG/CDSA/UAEDUC), para fins de pesquisas. Nesta pesquisa só foi utilizado a segunda parte da pesquisa realizada por eles, devido ao recorte temporal deste trabalho.

como alegorias ou símbolos, elas coroam os grandes homens, ou se prostram a seus pés, relegando um pouco mais ao esquecimento as mulheres reais que os ampararam ou amaram, e as mulheres criadoras cujas efígies lhes lançariam sombra.

[...] Quanto às mulheres do povo, só se fala delas quando seus murmúrios inquietam no caso do pão caro, quando provocam algazarra contra os comerciantes ou contra os proprietários, quando ameaçam subverter com sua violência um cortejo de grevistas. (PERROT, 1989, p. 9-10).

As questões expostas pela autora não se diferenciam muito das “fontes” tradicionais para a história social brasileira. Sendo assim, é necessário entender da melhor maneira os resquícios que os documentos oficiais deixam em suas entrelinhas para compreender a história das mulheres que foram excluídas da história oficial, pois, para além de serem mulheres, eram escravizadas.

O propósito aqui é falar da mulher escravizada, tendo em vista que por vezes, essas foram tratadas na historiografia brasileira como não possuidoras de um papel protagonista, como é observado por Mattos (2012). Em se tratando do Cariri paraibano do século XIX, o seu papel na sociedade escravista foi por muito tempo renegado pelos estudiosos, em grande medida pela defesa da tese de que estas não conseguiriam construir sua família, sendo necessário a intervenção de seu senhor, como é notado por Pequeno Filho e Oliveira (2018) em suas pesquisas.

Consideramos importante ir além daquilo que foi posto na tradição brasileira da História Social, tendo como intuito realizar uma discussão acerca de pontos que a tradição historiográfica, por vezes, deixou de lado e que historiadores marxistas, como Emília Viotti da Costa (1988), Gorender (1990) e Florestan Fernandes (1964) exploraram em seus estudos, fornecendo novas ferramentas para os estudos em torno da escravização brasileira.

Tendo em vista que, ao final dos anos de 1970, as visões mais engessadas do marxismo construíram trabalhos em que o econômico era privilegiado, dessa forma os trabalhos que até ali foram desenvolvidos seguiam esta tendência, diante disso eram considerados incapazes de contribuir para a pesquisa histórica sobre a escravidão brasileira, para além da economia. É nesse contexto que duas linhas historiográficas ganharam abrangência e tiraram de foco a “interpretação estruturalista da escravidão”,

(...) a primeira delas tem suas origens em uma das formulações da categoria modo de produção escravista colonial, e em seus cruzamentos com o programa de história agrária concebido por Maria Yedda Linhares – programa que, de início, colocava-se como herdeiro direto da segunda geração da escola dos

Annales, esposando assim a relevância das perspectivas analíticas estruturais. A segunda é a da história social da escravidão, com grande inspiração no marxismo britânico (notadamente E. P. Thompson), que obteve ressonância em diferentes centros de pesquisa no Brasil, mas que encontrou sua mais forte aderência no programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas. (MARQUESE; p.228. 2013)

A segunda linha, ao longo de seus inúmeros trabalhos, deixou muitas vezes por desejar naquilo que se relaciona com a análise do capitalismo, demonstrando como a obra de Thompson teve uma apropriação seletiva, sendo, em grande medida, desconsiderada quase por completo a esfera do capital. Outro ponto é que, como coloca Marquese (2013), a recepção dos autores brasileiros do trabalho de Thompson ofereceu grandes perdas da sua historiografia mais ampla.

Ainda assim, permanece com o principal intuito de trazer à vida as experiências esquecidas de mulheres escravizadas, considerando, principalmente, as suas resistências cotidianas em relação a estrutura social na qual estavam inseridas.

Tendo tudo isso em vista, utilizaremos nesta pesquisa os conceitos de “*experiência*” e “*cultura*” de Thompson, compreendendo que a experiência aparece como dimensão cultural, delineada no plano das relações sociais de produção, que, para Karl Marx (1818-1883), é a relação entre o agente produtor e as forças produtivas que constituem o modo de produção de uma sociedade, ou seja, a maneira como ela é organizada para que sejam produzidos bens e serviços. Nesse sentido, quem controla as relações de produção exercerá um poder ideológico sobre aquilo que se chama de consciência coletiva, nas quais ações e posições são assumidas e praticadas.

(...) a questão que temos imediatamente à nossa frente não é dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la, ou produzi-la. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. (THOMPSON, 1981, p. 16).

O que nos permite enxergar as escravizadas para além do objeto inanimado e econômico como eram consideradas à época, ampliando as possibilidades de suas ações, passando, assim, a pensá-las como os seres humanos que eram, que construíram e reconstruíram as suas formas de viver e seus direitos, que foram e são até hoje renegados pela sociedade, como é colocado por Luciano Mendonça de Lima ao analisar o trabalho de Thompson,

Não por acaso, Thompson começa a sua empreitada restituindo aos homens a condição de sujeitos sociais e históricos, a partir da categoria do agenciar humano. Esse é, por assim dizer, o princípio “motor” da história. Nesse sentido, são as ações humanas que explicam as configurações históricas em

análise, não havendo aí nenhum espaço para qualquer tipo de determinismo, quer seja divino, quer seja científico. Porém, os homens não são entes abstratos, desencarnados no tempo e no espaço. Pelo fato de serem criaturas históricas é que eles tanto constroem as condições em que atuam como são condicionados por elas, a partir de relações estabelecidas no todo social entre os indivíduos e grupos, levando a uma tensão dialética entre liberdade e determinação, estrutura e processo. Por outro lado, como os homens são ao mesmo tempo racionais e valorativos, essas relações têm múltiplas dimensões, tais como as econômicas, culturais, jurídicas, políticas, morais etc, termos esses que se relacionam de maneiras particulares e dentro de determinados campos de possibilidades, portanto, sem nenhuma espécie de sobredeterminação. (LIMA, 2008, p. 23).

Nesse mesmo sentido, teremos como orientação as pesquisas realizadas pelos historiadores brasileiros João José Reis (1986) e Sidney Chalhoub (1990), que em seus estudos, trabalharam com os escravizados enquanto sujeitos históricos, analisando as relações entre os diversos sujeitos no âmbito da negociação e do conflito.

Diante disso, a partir do aporte da História Social Inglesa, será possível dar visibilidade as mulheres negras, observando as suas redes de convivências, relações familiares e de trabalho, compreendendo, para além disso, seus comportamentos, escolhas e atitudes, em meio a uma sociedade de extrema repressão.

Tendo para si o intuito de explorar o passado como base no materialismo histórico, se apoiando em autores como E. P. Thompson e Carlo Ginzburg, buscamos explorar, nesse sentido, questões relativas às mulheres, classe e raça, em uma localidade em que ainda prevalece práticas machistas e autoritárias, nas quais, por vezes, as mulheres são colocadas como causadoras de seus problemas, seja por terem suas práticas sexualizadas ou se postarem como protagonistas de suas vidas.

Nos comprometemos a enxergar a história a partir “dos de baixo”, dando ênfase à dialética existente entre mulheres escravizadas e a classe dominante escravista local e, para além disso, dando ênfase às estruturas de dominação que esmagam as relações íntimas entre umas e outras, enxergando, assim, os processos históricos que constituem os indivíduos e são constituídos por estes, como é colocado por Emília Viotti da Costa (1988).

Seguindo o marxismo, analisaremos a história das mulheres a partir dos conceitos de raça e gênero, compreendendo que estes estão entrelaçados, em que a raça informa a classe e a classe também informa raça, como também o gênero informa a classe. Para Angela Davis, em “Mulheres, raça e classe (2016)”, a raça é a maneira como a classe é vivida, sendo preciso

refletir para identificar as intersecções entre estes três aspectos, percebendo que, entre essas categorias, há relações que são mútuas e outras cruzadas, não tendo, assim, uma primazia de um aspecto sobre o outro.

Com isso, compreendendo a partir da teoria de Gramsci, as questões sociais de classe, ou seja, dos grupos subalternos, e analisando as tensões que existem entre as mulheres negras escravizadas, em relação às classes dominantes daquele período, a quem pertencia os seus senhores, e assim enxergando as tensões que existiam entre eles.

Daremos o protagonismo à mulher negra escravizada e liberta, empenhando-se em encontrar e apresentar as suas especificidades, suas formas de agir e resistir a um sistema que a oprimia, enxergando as maneiras utilizadas por estas para se desvencilharem da estrutura social na qual estavam inseridas. Pois, mesmo tratando em sua pesquisa sobre um tempo histórico mais recente, como nos diz Lélia González

[...] à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão. (GONZÁLEZ, 1982: 97)

A tripla discriminação a qual Lélia González se refere, nada mais é que uma maior carga opressora sobre as mulheres negras dentro do capitalismo, é um conceito que se refere a uma situação em que uma pessoa é vítima de três tipos de discriminação simultaneamente: raça, gênero e classe social.

Considerando o que é colocado também por Davis, ao analisar a escravização nos EUA, no qual, em “Mulheres, Raça e Classe”, ela esboça como era a realidade de uma mulher escravizada, em que os seus patrões viam os corpos dessas mulheres negras como propriedade, e por isso, se achavam no direito de fazer o que desejavam com elas.

A rotina da escravização possuía o abuso sexual, o tronco e o açoite como sustentação, como a autora coloca: “O direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre os corpos das escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo” (DAVIS, 2016, p.191).

Diante disso, pretendemos refletir sobre esta realidade brasileira, em que mulheres negras são as que mais sofrem com as estruturas racistas, patriarcais, sexistas e heteronormativas, sendo, por isso, colocadas em uma situação subalterna e passível de

objetificação. Sendo assim, enxergamos que, para analisarmos as formas de exploração da mulher negra escravizada, temos que partir da avaliação de seu papel enquanto trabalhadora, como é colocado por Angela Davis (2016).

Para que esse trabalho fosse realizado, usamos como fontes principais os documentos judiciários, atentando, principalmente, para processos crimes, sabendo que os quais como toda documentação processual, tem intenções. Logo é importante compreender como eles são gerados.

De maneira geral, um processo criminal origina-se a partir de uma queixa ou denúncia de um crime, quando se institui p sumário de culpa. Antes dele, tem lugar um inquérito policial (denominado dessa maneira desde 1871), para comprovar a existência do crime. Ato verificado, a denúncia é feita por inspetores de quarteirão, promotores, delegados ou subdelegados de polícia, ou então pela própria vítima, segundo o que estipula a legislação em cada momento. A partir daí, faz-se o auto de corpo de delito, a qualificação do acusado e as partes envolvidas, bem como as testemunhas por elas arroladas são interrogadas. O sumário termina com o cumprimento de todas essas fases, quando a autoridade responsável (juiz de paz, delegado ou subdelegado de polícia, dependendo da época) considerar que existem informações suficientes para pronunciar o acusado. Caso não existam, ou caso o juiz municipal não aceite as acusações, o processo é encerrado. (GRINBERG, 2009, p.122).

Com isso, temos que o processo criminal, inicialmente, não é produzido para recriar os acontecimentos, mais sim para se condenar ou absorver uma pessoa de um crime realizado de acordo com as leis existentes em determinada sociedade. Esse ponto fez com que, inicialmente, esta fonte não fosse bem-vista. Por isso, é importante que reflitamos sobre seu processo de produção e compreendamos que há nele diferentes perspectivas de um mesmo acontecimento.

É necessário, para isso, estarmos atento as versões e as construções narrativas que vão sendo criadas ao longo do processo, é saber observar a verossimilhança, entender o que seria cabível ou não para determinada sociedade analisada. O processo crime nos apresenta traços da realidade dos envolvidos que fazem com que seja possível analisar aquela sociedade, chegando a conclusões mais gerais sobre um determinado contexto.

Tendo em vista esses aspectos, buscaremos observar as relações existentes entre as cativas e seus proprietários, atentando para as suas resistências diante das condições adversas as quais eram postas, com o intuito de compreender a forma como elas agenciavam suas vidas.

Diante disso, buscaremos rastrear as vivências e experiências das mulheres escravizadas no interior, especificamente no sertão do Cariri paraibano e, para além disso, entender e pensar como funcionavam as estruturas de dominação de classe que as constituíam enquanto indivíduos e que elas compõem.

Realizamos pesquisas na documentação do arquivo Digital da British Library⁸, que conta com os arquivos do antigo Fórum Nivaldo Farias Brito da Comarca de São João do Cariri, que foi transferido para o município de Serra Branca-PB no qual está concentrada os processos crimes do período por nós pesquisado.

Ao analisar as documentações conseguimos observar a violência que estava entranhada na realidade social da Vila de São João do Cariri e esta violência que faz da documentação expressiva e válida. Nesse sentido, ao estar diante dos arquivos judiciais, pretendemos lançar mão de procedimentos hermenêuticos que nos levam a transcender os limites da fonte original, apreendendo sentidos em cenários mais amplos.

De antemão, para a realização da pesquisa tivemos em mãos três processos crimes que apresentam a história de três mulheres negras escravizadas que resistiram e lutaram contra as amarras sociais que lhe eram impostas de maneiras distintas. Para a realização da crítica a estes documentos, que inicialmente são uma produção com interesses próprios, que correspondem a sua categoria jurídica, para o fim ao qual ele foi inicialmente produzido que é a de investigar os acontecimentos que envolvem um crime. Nesse sentido, é importante lembrar que há limites entre o que é a “realidade”, a forma judiciária a qual se apresenta e o autor do texto. O nosso papel enquanto historiadora, como coloca Sidney Chalhoub, é o de buscar

(...) as ‘coisas’ que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência (...) cada história recuperada através dos jornais e, principalmente, dos processos criminais é uma encruzilhada de muitas lutas (...) Resta ao historiador a tarefa árdua e detalhista de desbravar o seu caminho em direção aos atos e às representações que expressão, ao mesmo tempo que produzem, estas diversas lutas e contradições sociais. (CHALHOUB, 2001, p.41-42).

⁸ Arquivo Digital disponibilizado pela British Library que realizou um projeto para a digitalização de arquivos históricos que possuem ameaças de percas e que junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em João Pessoa, Paraíba, Brasil e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) realizaram toda a digitalização dos arquivos como também a sua organização realizando assim a criação de um arquivo digital de registros criminais e notariais dos séculos XVIII e XIX em Mamanguape, São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brasil (EAP853).

A partir disso, foi feito o uso para a investigação documental, a partir da Micro História Italiana, através de Carlo Ginzburg, que produziu em seus trabalhos, o método de redução de escala, onde

(...) o fundamental em cada história abordada não é ‘descobrir o que realmente se passou’ [...] e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso (CHALHOUB, 1990, p. 22-23).

Neste sentido, conseguimos perceber os objetos estudados através do micro, ou seja, restringindo a análise às trajetórias individuais ou de grupos específicos que proporcionem uma narrativa histórica mais realística, no sentido de trazer para a história as questões que em uma perspectiva globalizante e, por vezes, elitizada, são deixadas de lado, como aponta Bueno (2011).

Entretanto, é importante salientar que não temos a intenção de deixar de perceber o macro, pois, a partir dele, nós podemos compreender as nuances que perpassavam as vidas das pessoas em suas trajetórias individuais, e, desse modo, se atentar e examinar o que Ginzburg intitula de “os pormenores mais negligenciáveis” (GINZBURG, 1994, p.144). Com isso, levamos em consideração aquilo que Hobsbawn (1998) deixou como reflexão: “O historiador das ideias pode (por sua conta e risco) não dar a mínima para a economia, e o historiador econômico não dar a mínima para Shakespeare, mas o historiador social que negligencia um dos dois não irá muito longe.” (p.87).

Diante disso, este trabalho se baseará nas ideias postas por Carlo Ginzburg (2009), utilizando da micro-história italiana, realizando uma pesquisa em fontes variadas, pretendendo construir uma combinação de exposição narrativa dos acontecimentos narrados e, para isso, utilizar um discurso literário de fácil compreensão. Mas, para além disso, utilizar do rigor de análise que o autor emprega em seus trabalhos, ao obedecer aos métodos historiográficos.

Utilizaremos, a partir disso, as concepções postas pela História Social Inglesa pelo autor que se tornou um grande aporte na História Social da Escravidão, E. P. Thompson, o qual trouxe para a análise social, uma maneira de contar a história “a partir dos de baixo”, o que possibilitou que os homens e as mulheres negras fossem verdadeiramente visualizados, pensando as suas redes de relações, sua família, seu trabalho, seus comportamentos, as suas escolhas e, principalmente, as suas atitudes diante de um sistema escravista que vinha se

dilacerando ao longo do século XIX, como dito por Dourado (2017). Nos apoiaremos, também, nas ideias de Antonio Gramsci, ao que tange às classes subalternas, tendo em vista que estas, por vezes, não tinham sua história contada.

Em nosso primeiro capítulo iremos realizar uma contextualização política e social atentando para a realidade não só da região do Cariri paraibano, no qual centralizamos nossa pesquisa, mas, pensando, também, os contextos que perpassam a realidade mundial e, principalmente brasileira, deixando expressa as congruências e divergências entre a realidade social que a Paraíba e, principalmente, a Vila Real de São João do Cariri estavam entranhadas, nos apoiaremos aqui em trabalhos já escritos e também em dados fornecidos pelo censo de 1872.

Já no segundo capítulo analisaremos a realidade demográfica e econômica que envolvia a realidade social da Vila Real de São João do Cariri, buscando, dessa forma, entender a dinâmica populacional de pessoas negras na região, pensando, assim, a distribuição desta população e variáveis, como a natalidade, a mortalidade, suas migrações e seu envelhecimento, relacionando isso a realidade econômica do local, buscando entender como este lidava e se relacionava com a economia paraibana, brasileira e mundial, mas, sem deixar de compreender as suas singularidades, nos apoiando principalmente nos assentos de batismos e óbitos da Igreja de Nossa Senhora dos Milagres.

No terceiro capítulo pretendemos adentrar a questão referente às mulheres negras na região do Cariri paraibano, retratando questões que envolvem o cotidiano dessas mulheres negras, escravizadas, a suas formas de viver em meio a sociedade apresentada nos capítulos anteriores, os seus embates com esta estrutura social, a forma como agenciavam suas vidas, apresentando, assim, através da análise de documentos, estes sendo, principalmente, processos crime.

Para isso, trataremos de questões apontadas pelo feminismo marxista, principalmente, aquela que faz referência a tripla opressão sofrida por essas mulheres, violências relacionadas ao seu gênero, sua raça e sua classe e como esse cenário do interior paraibano nos demonstra a vulnerabilidade causada a essas mulheres e a desigualdade histórica que ainda persiste.

2 OS DIFERENTES CONTEXTOS DO BRASIL NO SÉCULO XIX: A DINÂMICA POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICA ENTRE O PAÍS, A PROVÍNCIA E A VILA

2.1 O BRASIL DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: A LEGISLAÇÃO ANTIESCRAVISTA

O Brasil é um país que tem marcado em sua história longos anos de escravidão. Dessa forma, ao pensarmos no Brasil do ano de 1852 precisamos nos voltar para o contexto político, social e econômica ao qual o país estava envolto. Há muito a escravização já era praticada no território brasileiro, entretanto, naquele período, as mudanças na conjuntura mundial passam a impactar, mesmo que sutilmente, a realidade social do país.

No ano de 1850, a Lei nº 581, conhecida como a Lei Eusébio de Queirós, estabeleceu no Brasil medidas para repressão do tráfico de africanos no Império, tendo a sua promulgação relacionada, principalmente, às pressões que foram impostas pelos britânicos sobre o governo brasileiro para que houvesse a extinção da escravização no país.

Para que seja compreendido esse contexto, é necessário voltarmos ao início do século XIX quando o Brasil ainda vivia sob o julgo colonial português, em que o governo inglês proibiu a comercialização de escravizados, não possuindo aí nenhuma intenção benevolente, mas sim, para que cada vez mais o mercado capitalista fosse desenvolvido, começando, após isso, a sua campanha pela abolição do tráfico negreiro. Naquele contexto, foi possível observar reflexos nos primeiros tratados entre a Inglaterra e o governo português, neste podemos, inclusive, citar a transferência da corte lusitana para o Brasil ainda no ano de 1808.

Posteriormente, nos anos de 1815 e 1817, foram assinados acordos entre os reis de Inglaterra e Portugal, Jorge III e D. João VI, que versavam sobre a proibição do tráfico de escravizados ao norte do Equador e da criação de comissões mistas que tinham como objetivo de julgar as apreensões de africanos e libertar ao encontrar navios. (MAMIGONIAN, 2009).

Com a “independência” do Brasil, no ano de 1822, saímos da tutela portuguesa e passamos a ser tutelados pela Inglaterra e a partir disso, estes acordos perderam a sua validade, entretanto, uma das exigências colocadas pelo governo inglês para que reconhecesse o Brasil como um país independente foi justamente a proibição da importação de escravizados para o território brasileiro. Dessa forma, em 1826, foi assinado um tratado de proibição do tráfico e

foram mantidas as comissões mistas, deu-se um prazo de 3 anos para que estas determinações entrassem em vigor. (MAMIGONIAN, 2009, p. 215-223).

Naquele contexto, foi promulgada no Brasil, no ano de 1831, a lei que dizia “*Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres*”⁹ conhecida, posteriormente, por muitos como “lei para inglês ver”, na qual foi dado amplos poderes as autoridades judiciais para que reprimissem a entrada de africanos e todos aqueles africanos escravizados que adentrassem o solo brasileiro deveriam ser livres. Entretanto, o que não se esperava era que, com isso, o tráfico, ao invés de diminuir, aumentasse consideravelmente devido aos preços que se tornaram exorbitantes, uma vez que existia uma alta demanda nas lavouras cafeeiras e, aliado a tudo isso, não havia uma repressão efetiva para que a lei fosse cumprida.

Essa falta de efetividade do governo brasileiro para combater o tráfico negreiro foi a razão que fez com que os ingleses tomassem medidas mais radicais sobre o comércio ilegal de pessoas. Em agosto de 1845, o governo inglês instituiu a Lei Bill Aberdeen, que deu poderes as autoridades britânicas para a repressão do tráfico. Com isso, os ingleses passaram a poder apreender navios brasileiros e a julgar a tripulação, sendo acusados de pirataria. Tal atitude fez com que, em 1850, a lei Eusébio de Queirós fosse promulgada, mesmo que o Governo brasileiro entendesse que a Inglaterra estava ferindo a soberania nacional.

A legislação brasileira passou a entender que qualquer embarcação que tenha a bandeira brasileira ou mesmo estrangeira, que seja encontrada no perímetro territorial brasileiro, que comportasse escravizados a bordo, seria apreendida pelas autoridades e tratada, assim como pelos ingleses, como uma embarcação de pirataria.

A lei determinou punição para os envolvidos e a necessária reexportação dessas pessoas escravizadas para os seus locais de origem ou para qualquer outro lugar fora do Império brasileiro, mas, em se tratando de situações em que isso não fosse possível, o governo ficaria com a tutela dessas pessoas e se utilizaria de seus serviços nos mais diversos espaços da corte brasileira.

⁹ Lei de 7 de novembro de 1831. Que ficou popularmente conhecida como Lei Eusébio de Queiroz que declara livres todos os escravos vindos de fora do Imperio, e impõe penas aos importadores deles. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-7-11-1831.htm#:~:text=LEI%20DE%207%20DE%20NOVEMBRO,do%20Imperador%20o%20Senhor%20D. Acesso em: 28/08/2024.

Naquele contexto de extinção do tráfico, os grandes proprietários de terra do Sudeste brasileiro, tiveram problemas com a mão de obra e a saída encontrada foi o comércio interprovincial, que abastecia o Sudeste que possuía uma grande produção de café. Enquanto o Nordeste, que por muito tempo sustentou a economia da colônia, passou a ter uma diminuição nas suas lavouras.

Ao mesmo tempo, o governo passou a estimular a vinda de imigrantes europeus para o trabalho em plantações, sendo naquele período que temos a Lei de Terras de 1850, em que as terras passaram a não ser mais doadas e sim vendidas, isso para que fosse evitada a doação para imigrantes e escravizados¹⁰ e para apoiar os grandes donos de terra que não perderiam os seus latifúndios.

Porém, a extinção da escravização no Brasil, apesar de continuar sofrendo críticas e oposições, ainda seria postergada através de medidas graduais, com a Lei do Ventre Livre (1871), que determinava que a criança nascida de mãe escravizada nasceria livre, e a Lei dos Sexagenários (1885), que libertava os escravizados ao completar sessenta anos, até a promulgação da Lei Áurea, em 1888, que aboliu a escravização em território brasileiro.

2.2 A PARAÍBA NO SÉCULO XIX: ECONOMIA E SOCIEDADE

A Paraíba, naquele contexto, possuía a sua economia baseada, principalmente, na produção açucareira e algodoeira. Segundo a autora Marly Vianna (2013), perante todo o século XIX, as plantações de algodão foram aumentando na Província. Nesse sentido, os relatórios dos presidentes de província enfatizavam, constantemente, a produção agrária da região dando ênfase as boas safras e os problemas enfrentados. Neles é possível observar as oscilações que ocorriam na produção do açúcar e do algodão.

Quando partimos para a década de 1850, as principais discussões parlamentares da província da Parahyba que existiam, segundo Leandro Diniz (2020), giravam em torno da lavoura paraibana, sobre a falta de instrução, os precários instrumentos agrícolas e os prejuízos tarifários causados aos cofres públicos devido aos produtos exportados diretamente pela

¹⁰ O que é colocado por Ciro Cardoso (1979) ao tratar da “brecha camponesa”, que seria a possibilidade de ser dado ao escravizado determinados territórios para ser explorado em horários diferentes daqueles em que teria a obrigação de trabalhar para o seu dono, sendo assim garantida a propriedade da terra ao senhor, mesmo com esta permissão de uso dada ao escravizado.

província de Pernambuco. Somado a tudo isso, a autora Diana Galliza (1979) enxerga a indústria açucareira na Paraíba como envolta em um “marasmo secular”. Diante de tal fato, os parlamentares apresentaram medidas que pudessem modernizar a lavoura, estas que foram colocadas em prática, mas não obtiveram grandes êxitos, gerando até alguns prejuízos, como é visto em alguns dos relatórios, de acordo com Diniz (2020).

É a partir da Lei Euzébio de Queirós e a Lei de Terras, ambas de 1850, que as discussões parlamentares acerca da agricultura passam a ter novas nuances. A mão de obra naquele período passa a ocupar um lugar de grande preocupação, principalmente para os fazendeiros da Zona da Mata paraibana. Nesse momento, entraram em ação as alternativas que foram colocadas em prática pelo Império, a entrada de imigrantes para o trabalho e a introdução de equipamentos modernos que faziam com que fosse necessário menos trabalhadores, entretanto, essa não era a realidade da Parahyba.

O cultivo do açúcar ainda era muito difundido na Paraíba, mesmo com os diversos problemas apontados pelos proprietários de terra, com a dificuldade de mão de obra, por não poderem mais importar pessoas escravizadas para a realização do trabalho. Os donos de terras adaptados ao modelo de exploração escravista, que vinha há muito lhe dando lucro, não conseguiam se adequar ao trabalho dos imigrantes querendo que esses desenvolvessem as tarefas de mesmo modo que os escravizados eram forçados a fazer.

Um ponto a se destacar da economia paraibana foi o de que, nesse período, muitos proprietários de terras optaram pelo cultivo do algodão por esse oferecer a eles a possibilidade de outras culturas a serem desenvolvidas, pois, ao mesmo tempo, era possível plantar mandioca, milho, feijão, arroz e legumes variados que poderiam servir para consumo e o abastecimento das populações locais com excedentes.

Outro ponto a se destacar é o fato da pecuária está bastante presente naquele cenário, é o que conseguimos observar no texto de Irineu Joffily (1892) que, em seus escritos, conseguiu demonstrar que esta atividade estava presente na maior parte do território. Marly Vianna (2013), ao fazer a análise da distribuição de terras, economia e sociedade do município de Campina Grande, mostrou a importância que a criação de gado teve para economia do interior paraibano.

A Villa Real de São João do Cariri apresentava uma dinâmica muito parecida com o que havia em geral na Parahyba da época, tendo a sua economia baseada, em maior parte, pela criação de gado, plantações de algodão e outras culturas. Nesta região da Paraíba se

concentravam grandes propriedades de terra que foram anteriormente cedidas por sesmarias a donatários algum dos quais possuíam terras na região do Brejo da Paraíba, como é colocado por Pequeno Filho (2014), o que ocorria era que os proprietários conseguiam, a partir disso, sustentar as fazendas com produtos de subsistência que não conseguiam explorar em uma ou em outra fazenda.

Sendo assim, a economia e a mão de obra no Cariri a essa época se concentravam em maior parte nas funções de vaqueiros, cuidadores de gado na caatinga, trabalhando como cavouqueiros e nas cozinhas das casas grandes de acordo com os dados do censo demográfico de 1872. Mas, um ponto a se destacar é que o processo de trabalho livre que já era presente em outras localidades da Parahyba do Norte, não foi logo estabelecido na região dos Cariris Velhos.

A escravização continuou a ser a principal forma de mão de obra e exploração de trabalho na região, enquanto boa parte dos escravizados atuava em trabalhos nas fazendas de gado, outra parte que estava nos municípios permanecia em uma realidade muito parecida com a anterior, com extrema exploração e tendo aqueles que conseguiram a sua liberdade o risco de perdê-la de maneiras ilegais, como foi possível observar em uma denúncia do ano de 1843, acessada por Lima (2009), período anterior ao que tratamos nesse trabalho, mas que nos dá o indicio de que a prática proibida e mal vista, chegou a acontecer.

Diana Galiza (1979), em seu trabalho de dissertação “O domínio da escravidão na Paraíba” ao analisar o papel dos escravizados na economia sertaneja, se atenta também para o declínio da população de escravizados na Paraíba, estudando o tráfico interprovincial, o processo de manumissão¹¹ e os movimentos emancipacionistas e abolicionistas.

Nesse estudo, ela observa, ao realizar uma pesquisa intensa em fontes diversas de arquivos públicos cartoriais, que a mão de obra escravizada no Cariri era a principal fonte de riqueza, confirmando a presença marcante da escravização na região, tendo esse lugar, em determinado momento, uma escravaria tão numerosa quanto a de alguns municípios da zona canavieira.

É o que entra em choque com o que José Leal Ramos (1993) e outros autores tradicionais, ao falar da região, se focaram em genealogias e naquilo que os grandes senhores fizeram ou “conquistaram” em suas trajetórias, deixando sempre de lado os subalternos,

¹¹ Este termo designava na Roma antiga o ato de libertar um escravo, a concessão de uma alforria. Deriva etimologicamente da junção das palavras latinas manu – mão e mitio – largar, soltar. Termo que continuou sendo usado no contexto do Brasil do século XIX.

mostrando, assim, uma dificuldade de enxergar o sistema escravista como uma instituição cheia de tensão, ficando a escravização sempre como um papel coadjuvante em uma história em que ela, na verdade, era a atriz principal da realidade social na qual estavam envolvidos. Com isso, essa historiografia tradicional tinha um grande fascínio pela glória, a abundância e ao suposto progresso que ocorria através desses grandes senhores e os personagens principais, aqueles que eram subalternos, foram terminantemente apagados de suas histórias.

Nesse sentido, o que temos na Villa Real de São João do Cariri, naquele momento, é um vilarejo em que o campo se misturava com a cidade e que algumas atividades rurais passam a existir também na cidade. É um dado tão específico que, ao avaliarmos os dados do primeiro censo realizado no Brasil pelo IBGE, no ano 1872, conseguimos compreender como a escravidão estava presente no Império brasileiro.

Ao analisarmos aqueles temos que o Brasil, naquelas circunstâncias, possuía uma população livre de 8.419.672 pessoas dividido em 4.818.699 homens e 4.100.973 mulheres. Já a Província da Parahyba possuía 354.700 de pessoas em seu território em que 179.433 eram homens e 181.267 eram mulheres. Que foram classificadas através de suas raças sendo estas classificações branca, parda, preta e cabocla.

Com os dados percebemos que a população, tanto brasileira como paraibana, já se mostrava bastante diversa e a quantidade de pessoas que era considerada “pardas”, classificação utilizada para designar a mistura de raças, já foi a categoria que abarcou a maior parte dessas mulheres. Quando partimos para a análise dos dados relacionados à população escravizada brasileira, o Censo aponta para uma quantidade de 1.510.806, na Parahyba consta uma quantidade de 21.526 escravizados.

Para enxergar a concentração de escravizados na região da Parahyba temos que a Freguesia¹² de Nossa Senhora das Neves, como era chamada a região que hoje abarca a capital João Pessoa, havia uma população escravizada de 2.456, divididos em 1189 homens e 1267 mulheres. Entre estas, nós tínhamos 420 pardas e 847 pretas. Na Villa Real de São João do Cariri, a população escravizada era de 642, sendo 289 homens e 358 mulheres, destas seriam 167 pardas e 186 pretas.

¹² As freguesias são unidades administrativas menores de um território. No Brasil, as freguesias eram pequenos aglomerados urbanos ou rurais, sem autonomia administrativa. Geralmente, eram o centro da sede de um município. A organização do espaço provincial no Império era baseada na freguesia, que também era a base das novas municipalidades instituídas a partir de 1828.

Ao comparar esses dados com a pesquisa realizada por Diana Galliza (1979), notamos que, embora os dados sejam esparsos a região apresentava um número acentuado de escravizados. Um ponto a se destacar nisso é que esta população se apresentava quase que em sua metade em idade de trabalho.

Outro ponto a se destacar dessa população cativa da região do Cariri é que estes não eram numerosos a partir da idade de 45 anos, o que denota a sua condição de mortalidade prematura, isso, em grande medida, devido ao grande desgaste físico que esses sofriam durante seus trabalhos diários.

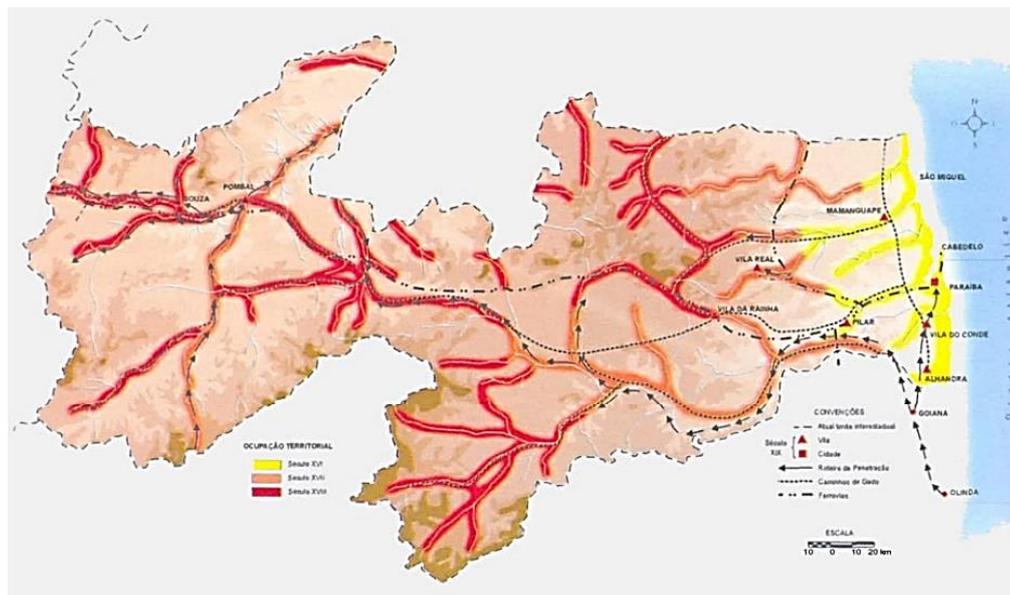
Ao refletir sobre o modelo de trabalho em que esses escravizados tinham que exercer diariamente, temos que estes tinham como “profissão” os trabalhos de lavradores, criados, domésticos e operários nas mais diversas áreas, sendo que em sua maioria não há uma profissão indicada no Censo demográfico de 1872.¹³

2.3 DE TRAVESSIA À VILA REAL DE SÃO JOÃO DO CARIRI: FORMAÇÃO TERRITORIAL E SÓCIO-ECONÔMICA.

Como vemos no mapa a seguir, durante o século XVI, não é possível observar entradas ao interior da Parahyba, em busca de novos territórios, as investidas, nesse momento, permanecem na área litorânea. De acordo com Silva (2006), é durante o século XVII que vemos o povoamento da região do Cariri paraibano e de partes do sertão da Paraíba, que é ainda mais conhecido e explorado ao longo do século XVIII.

¹³ Dados retirados do Recenseamento do Brasil em 1872. Rio de Janeiro Editor: Typ. G. Leuzinger Ano: [1874?]. Descrição física: 12v. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 29/08/2023.

MAPA 1: Ocupação do território paraibano século XVI, XVII e XVIII.¹⁴



Fonte: Melo Rodriguez, 2003.

A ocupação da região do Cariri paraibano, onde estava localizada Travessia, oficialmente foi datada de 1665, através de um requerimento de sesmaria, entretanto, a ocupação do território vinha acontecendo desde 1663. Nesta, de acordo com Pereira (2008), Antônio de Oliveira Lêdo, Custódio de Oliveira Lêdo, Constantino de Oliveira Lêdo, Maria Barbosa Barradas e Sebastião Barbosa de Almeida indicam que devido a terem

“grande quantidade de gados, assim vacum como cavalari, e mais criações para poderem povoar com largueza toda terra que for útil, solicitavam 30 léguas de terras, que começarão a correr pelo rio da Paraíba, com declaração que correrão para o sul duas léguas e para o norte dez léguas. (ALMEIDA, 1962)”

Depois disso, o território em que a Vila Real de São João do Cariri estava localizada se tornou, em 1750, Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, isto por decreto de Dom Luiz de Santa Theresa, Bispo de Olinda Recife. Em 1776, a Freguesia foi elevada à categoria de Julgado, por meio de alvará publicado em 17 de abril e neste momento recebeu o nome de Cariris Velhos ou Cariri de Fora. Posteriormente, no ano de 1798, recebeu a denominação de Vila de São Pedro. E, em 1803, foi designada, finalmente, de Vila de São João do Cariri, sendo elevada a Comarca no ano de 1854.

¹⁴ Mapa retirado de Anieres Barbosa da Silva (2003), para se compreender como o território paraibano foi sendo ocupado ao longo dos séculos.

Segundo Leal (1993), as designações recebidas para a atual São João do Cariri não o foram dadas de maneira aleatória. Travessia surgiu por influência do Rio Taperoá, que se chamava Travessia, este era aquele que banhava a região de fundação do povoado e que serviu para que os colonizadores seguissem buscando os sertões, deu o apelido de Travessia. Vila de São Pedro foi uma homenagem a Pedro Bragança, que subiu ao trono em 1798, como Pedro III; e Vila Real de São João, homenageou João Rafael de Bragança, que assumiu o trono como D. João VI.

Segundo B. Rohan (1911), a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres (1750) é uma das mais antigas da Capitania da Paraíba, sendo estabelecida após a Freguesia de Nossa Senhora das Neves (1585), em Parahyba, e a Freguesia de Taipú (1745), no município de Pedras de Fogo. São João sediou a primeira Freguesia do sertão paraibano, posteriormente, englobou as Freguesias de Nossa Senhora Maria Magdalena (1857), em Serra do Teixeira, e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, em Cabaceiras.

Mesmo sendo criada em 1750, a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, segundo Severiano (1906), está só foi elevada à categoria de paróquia por volta do ano de 1768, tendo como limites, a leste, a Paróquia de Campina Grande; ao norte, a de Pedra Lavada e ao sul as de Cabaceiras, Alagoa de Monteiro e Taquaretinga, esta última da diocese de Olinda. Nesse sentido, é possível observar que, após a criação da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, no ano de 1750, demorou cerca de dezoito anos para que a paróquia também fosse criada.

Ao adentrarmos para o século XIX, a Vila Real de São João do Cariri tinha um grande destaque por ter uma gigantesca extensão territorial, que já havia sido ainda maior tendo em vista que no período colonial o território abrangia cerca de 1/3 do território da Paraíba, a diminuição se deu, em grande medida, após a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande, no ano de 1769, que passou a se chamar Vila Nova da Rainha em homenagem a Rainha D. Maria I. Já na segunda metade do século XIX, a área territorial passou a ser o sertão do Cariri que é formada pela junção dos Rios Serra do Meio, Sucuru e Paraíba conforme Medeiros (1990).

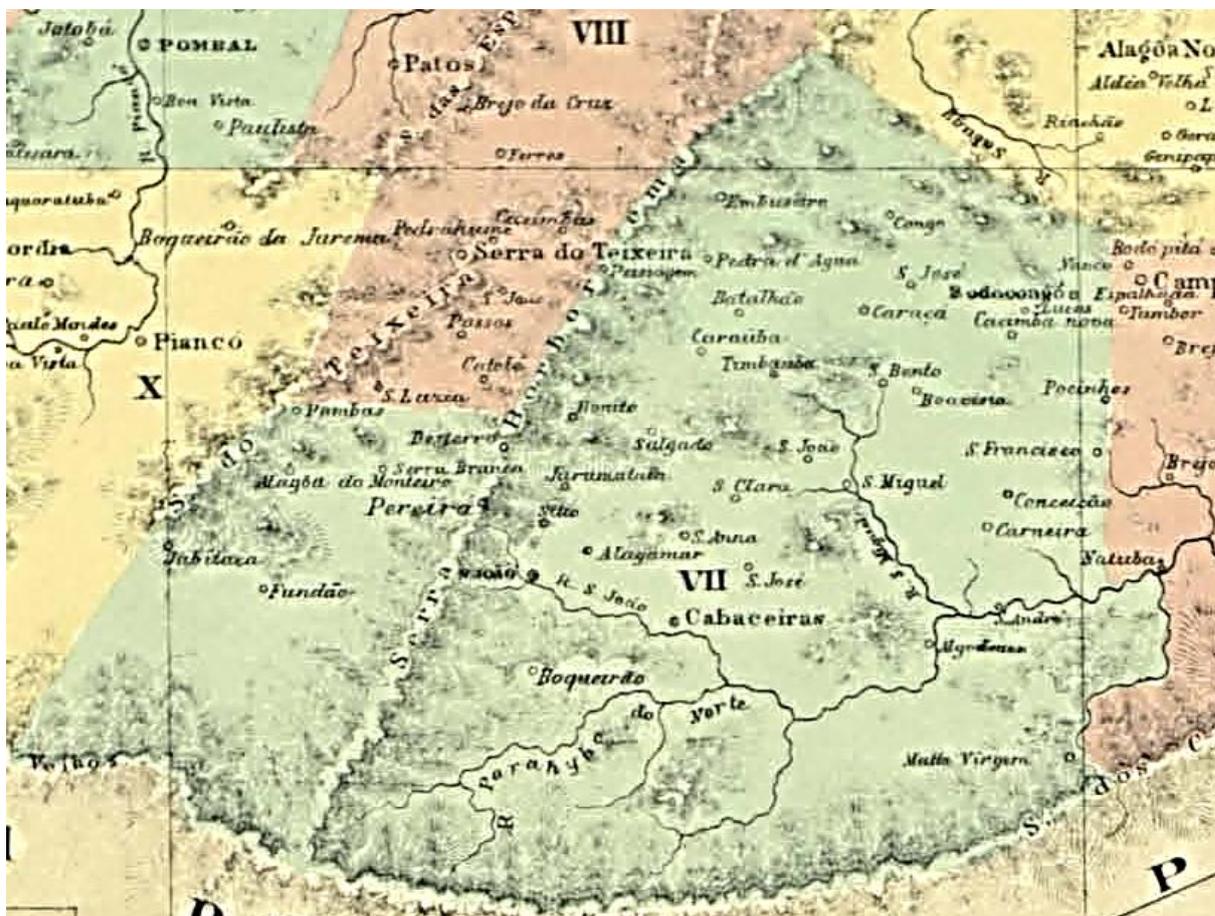
MAPA 2: Divisão administrativa da Paraíba no início do Século XIX. Detalhe Cariri Histórico.



Fonte: Atlas Geográfico da Paraíba (1965)

No mapa a seguir é possível observar como a Parahyba era interiormente dividida, nele podemos ter uma visão sobre as localidades que compunham a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres. Percebe-se, a partir dela, a grandiosidade do território, como também é possível enxergar as diferentes fazendas que formavam a Vila Real de São João do Cariri, que está destacada na cor verde.

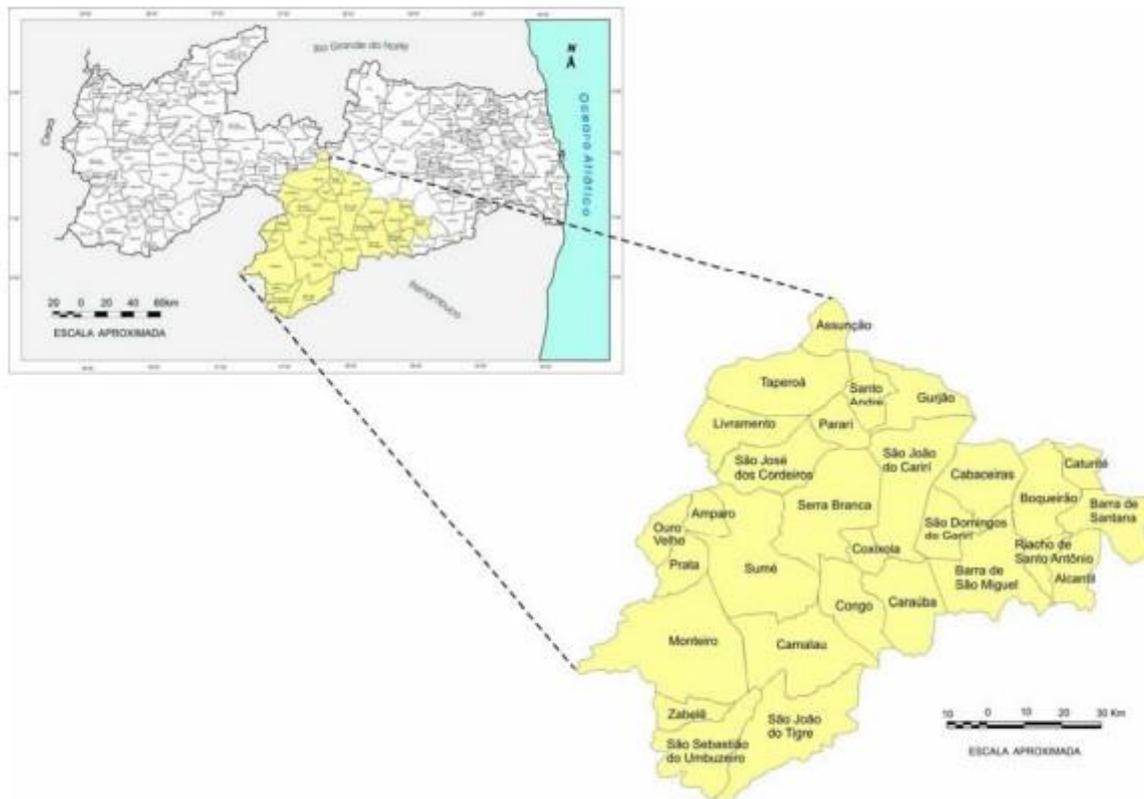
MAPA 3: Fragmento do mapa da Província da Paraíba do Norte no século XIX - 1968¹⁵



Fonte: Atlas do Império do Brasil, Cândido Mendes, 1868.

O Atlas acima, demonstra a quantidade enorme de fazendas que faziam parte da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, sendo em sua maioria nomeadas por características locais, sejam esses de cunho geográfico, como Cacimbas ou Boqueirão, como também animais e vegetais, como temos os exemplos de Pombas e Cajazeiras, como é bem observado por Cavalcante (2015).

¹⁵ Para a elaboração do mapa realizamos um recorte sobre o mapa da Província da Paraíba do Norte, no século XIX, 1868, destacando apenas a área correspondente ao território da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

MAPA 4: Localização Geográfica do Cariri Paraibano.

Fonte: Organizado por Anieres Barbosa da Silva (2003), a partir de PARAÍBA, IDEME, 2000.
Cartografia: Josué Alencar Bezerra

O mapa 4, apresenta a atual distribuição dos municípios no Cariri paraibano. Ao compará-lo ao mapa 3, conseguimos observar como foram se dividindo os municípios ao longo dos seus desenvolvimentos, tendo alguns mantido seus nomes de fazendas do século XIX, como Cabaceiras, Boqueirão e Congo, anteriores como fazendas, e outras como Timbaúba, Batalhão e Pombas, que se tornaram, respectivamente, Gurjão, Taperoá e Parari.

Ao que tange a população da Freguesia Nossa Senhora dos Milagres, de acordo com os livros de batismo de 1850 a 1872, é possível observar uma diversidade populacional acentuada, neles estão presentes designações como índios, pardos, cabras, mestiços, mamelucos, crioulos, negros e semibrancos. Esta diversidade muito se deu pela ocupação que já se fazia presente dos povos originários, a exploração territorial realizada pelos portugueses e pela chegada dos africanos escravizados ao Brasil, o que gerou o processo de miscigenação.

Essa diversidade populacional abrangia o campo e a cidade. Medeiros (1990) coloca que a maioria da população da Freguesia residia na zona rural, sendo assim, poucas pessoas se fixavam nas cidades, as casas que existiam eram de propriedade de fazendeiros que, em eventos

ou feriados religiosos, utilizavam-nas como um ponto de apoio na cidade, permanecendo por lá apenas temporariamente com suas famílias.

Com isso, temos que a cultura da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres se pautava, principalmente em torno da religião católica. Além disso, por ser uma Província distante da capital, esta não contava com locais dedicados à cultura dita erudita, como teatros, outros espaços de lazer também não existiam. Sendo assim, os dias de lazer se restringiam aos domingos e as festividades religiosas.

Dentre elas, a de maior movimentação dentro da Villa Real de São João do Cariri, a festa da padroeira Nossa Senhora dos Milagres, ocorre há muitos anos no início do mês de setembro. Um evento que sempre atraiu e continua atraindo, uma grande massa de pessoas anualmente, tanto pelo seu lado religioso, mas também pelo seu lado profano. Uma vez que as para além da romaria de pessoas para a cidade, a festividade sempre contou com a procissão.

A procissão simboliza o pertencimento dos fiéis à Igreja, mas é feita no espaço externo ao templo, nas ruas e não em seu interior, o que demonstra a ambiguidade inerente ao ritual: cerimônia ao mesmo tempo eclesiástica e profana, controlada pela Igreja e absorvendo elementos profanos. Ao mesmo tempo, a procissão afirma a autoridade da fé sobre o espaço profano, incorpora-o à autoridade da Igreja e faz com que a identidade cristã dos que dela participam seja afirmada perante eles próprios e perante quem se mantenha alheio à fé. (SOUZA, 2013, p. 44).

Eventos sempre realizados ao redor da Igreja, local de sociabilidade e da realização dos sacramentos, espaço possível de ser observado na imagem a seguir.

FOTOGRAFIA 1: Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres



Fonte: Clickpb. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/turismo/sao-joao-do-cariri-encerra-semana-de-festa-da-padroeira-210142.html> Acesso em: 14 de julho de 2024.

A fotografia número 01 apresenta a Igreja da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, espaço bastante antigo e local, nos assentos que tivemos acesso sempre relatada como Igreja Matriz. Arquitetura única, paredes grossas, anjos nas laterais, local de uma infinidade de sacramentos, como o do batizado da pequena Cilinina, crioula, escravizada, filha natural de Maria, batizada 10 dias após o seu nascimento em 02 de abril de 1849, apadrinhada por Fidelvino Antonio de Almeida e Jesuina Fausta do Amor Divino¹⁶

Cilinina foi uma das meninas nascidas dentro do sistema de escravização e em uma família monoparental, uma história de mulheres que foram agentes de sua existência a partir da resistência, como outras que aqui serão apresentadas. Realidades vividas em um espaço de inúmeras localidades de inspiração religiosa, herança portuguesa, conforme apresentado no mapa abaixo.

¹⁶ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Assentos de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 03.

MAPA 5: Mapa geográfico da Paraíba com linhas escuras que demarcam o território eclesiástico pertencente a Freguesia de São João do Cariri e meados do século XIX.



Fonte: RIETVELD, 2010.

No mapa acima é possível observar a quantidade de localidades que a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres recobria no século XIX, no qual representava um dos mais importantes centros da religiosidade da Paraíba, perdendo esse título, apenas, com o decorrer dos anos e com a emancipação das localidades que faziam parte da Freguesia, conforme apontado por Gouveia (2018). Entretanto, como dito acima, ainda hoje é uma festividade que permanece na realidade do município, é importante abordar que esta era uma devoção que era bem mais pertinente para a classe dominante do município.

Tendo como base o Censo de 1872, é possível perceber que apenas duas pessoas do município, entre 15.032 habitantes, não tinha o catolicismo como a sua religião, estes que possuíam a nacionalidade alemã. Entretanto, é importante afirmar que esses dados não retratam as práticas religiosas da Freguesia, tendo em vista que não era reconhecida à época outras religiões que não a católica, o que implica em não haver dados sobre religiões de origem africana e indígena.

Os investimentos públicos na Freguesia não eram constantes, a grande distância dela para a capital se fazia um dos grandes impedimentos desse maior investimento na localidade.

O presidente da província B. Rohan¹⁷, a colocava como a mais medíocre da região. Segundo ele, os edifícios públicos eram mínimos, uma matriz e a cadeia, em péssimas condições, um cemitério, a Câmara Municipal funcionava em uma casa alugada e para a educação, no ano de 1859, havia apenas uma cadeira de instrução para o sexo masculino.

Na pesquisa realizada por Cavalcante, ele conseguiu observar através dos relatórios de Presidente de Província, que

A freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, em 1850, dispunha de um termo judiciário, com juiz municipal e de órfãos, dois distritos de paz, uma delegacia de polícia e três subdelegacias, um colégio eleitoral, pertencente ao segundo distrito, com 44 eleitores, um batalhão da guarda nacional e uma companhia de reservas, ambas da infantaria. (CAVALCANTE, 2015, p.51)

O que entra em contradição com o que foi colocado pelo presidente de província B. Rohan, uma vez que, diante do exposto, havia na Vila órgãos públicos administrativos que nos faz considerá-la para o contexto social relativamente bem aparelhada. A Freguesia possuía as suas dificuldades, naquela época, entretanto, se tornou um dos principais centros econômicos de todo o interior.

Desde o período colonial a sua economia era baseada na criação, comércio de gado cavalar e vacum, e na agricultura de feijão, milho, arroz, mandioca e algodão, o que não se altera durante o período imperial. Com isso em mente, percebemos que a economia da região era bastante diversificada.

Em 1774, a criação de gado cavalar e vacum já aparece como sendo a base do comércio, isso pouco tempo após a criação da Freguesia, sendo possível observar que essa já era a principal fonte econômica da região, o que permanece durante todo o século XIX. Um ponto a se analisar disso é sobre a região em que estava localizada a Freguesia, sendo um lugar montanhoso, havia certa dificuldade de se implantar latifúndios de monocultura como foram estabelecidos na região da capital paraibana.

Outro ponto que há de ser destacado são as secas constantes¹⁸ que dificultavam a agricultura, por isso, os fazendeiros da época enxergaram que a região se adaptava melhor a atividade pecuária, tendo em vista que as chuvas não precisavam ser regulares por obrigação.

¹⁷ B. Rohan foi presidente da Província da Prahya durante os anos de 1857 e 1859.

¹⁸ O problema das secas presente desde a época colonial, perpassa o Império e continua pela República, conforme apresenta FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Editora Universitária, 1993. Permanecendo até a atualidade.

É o que é apontado por Galliza (1979) quando diz que os terrenos no Cariri eram tão secos, a água tão escassa, que só eram obtidas durante o verão, através de cacimbas o que possibilitava as criações de rebanhos.

Galliza (1979) destaca a grande importância que a cultura do algodão tinha para região durante o século XIX, quando os fazendeiros utilizavam esse tipo de agricultura pelo grande aproveitamento que conseguiam ao se servirem do caroço e da rama para a alimentação do gado, vendendo a fibra para que fosse exportada, obtendo, assim, um lucro duplo. Nesse sentido, o povoamento da região, em grande medida, foi fomentado pela pecuária e pela produção algodoeira, que já tem seus primeiros indicativos de presença no século XVIII.

Dessa forma, temos que a agricultura, foi importante na economia de todo o sertão, porém era uma atividade complementar à pecuária que não necessitava de tantos investimentos. Inicialmente, eram soltos no pasto nativo e, algumas vezes, criados em currais. São João do Cariri, entre os anos de 1852-1886, se estabelecia como o segundo maior produtor de gado da Província da Paraíba, com 1,538, ficando para atrás apenas de Souza, que possuía 3.466 cabeças de bois, como observa Galliza (1979).

Segundo Medeiros (1999), a criação de gado na área sertaneja tinha como objetivo fornecer bois mansos para os engenhos e carnes para as cidades litorâneas, tendo o couro como um produto para a exportação. Um ponto importante a se pensar é na mão de obra utilizada para que São João conseguisse permanecer com uma forte presença econômica no que diz respeito a pecuária e em suas culturas auxiliares, como a agricultura e criação de animais de menor porte, como ovelhas e cabras.

2.4 A MÃO DE OBRA DA VILLA REAL DE SÃO JOÃO DO CARIRI

A Província da Paraíba não possuía um grande contingente populacional de escravizados, principalmente se for feito uma comparação dela com as províncias vizinhas como Pernambuco e Alagoas. Pernambuco, especificamente, possuía em seu território uma grande concentração de escravizados, que no ano de 1867, chegou a contar com 250.000. Isso se deu, em grande medida, pela importância da província para região, esta tinha muita força na produção canavieira e junto a Bahia, tinha um dos principais portos de desembarque de africanos escravizados do Brasil.

A Paraíba, em contrapartida, não possuía um grande montante de escravizados Alagoas e Rio Grande também não conseguiam se equiparar à Pernambuco, isso pode se explicar por alguns fatores. Um que podemos destacar é o preço da mão de obra que, após os anos de 1850, ficou cada vez mais encarecida e sendo necessário recorrer a vizinha província de Pernambuco para poder se adquirir.

Assim, a província da Paraíba não conseguiu ter uma população tão grande de cativos ao longo dos anos, mesmo em seu auge o contingente de escravizados não passou de 3% da população cativa brasileira, como observa Cavalcante (2015). Ao analisar o pós 1850, temos que a população de escravizados vai se tornando cada vez menor e, segundo Galliza (1979), o fim do tráfico negreiro coincidiu com a fase de expansão cafeeira na região centro-sul, principalmente, nas áreas do Vale do Paraíba, o que gerou um aumento dos preços da mão de obra escravizada devido à alta procura por ela.

Entretanto, mesmo não possuindo um grande montante de escravizados na Paraíba, a presença deles estava espalhada por todo o território, sendo a mão de obra cativa responsável, em grande medida, pelo desenvolvimento da região. Ao pensar o século XIX, temos que a maior quantidade de escravizados estava presente na região da Zona da Mata, tendo a sua mão de obra utilizada, principalmente, para o cultivo da cana de açúcar. Mas, nos últimos anos da escravidão brasileira, cresceu o número de escravizados na região sertaneja da Paraíba, passando a se ter um número maior de escravizados quando comparado a Zona da Mata, como é identificado por Galliza (1979).

Porém, essa presença foi por muito tempo negada pela historiografia tradicional do estado, que não constatou a presença e a participação dos escravizados no Cariri paraibano, sendo essa ausência justificada por muitos autores, como Joffily, que não via com importância a presença dos escravizados e afirmando que o nativo se adaptou muito mais facilmente ao trabalho e as atividades de vaqueiro no sertão paraibano. Capistrano de Abreu (1907), relata que os escravizados presentes no sertão paraibano e cearense serviam, em grande medida, apenas para reafirmar o poder econômico dos fazendeiros.

O quadro a seguir mostra a presença de pessoas negras na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres o que vai de encontro àquilo que foi colocado por esses autores sobre a pequena presença de escravizados na região

TABELA 1: População Livre e Escravizada da Freguesia de Nossa Senhora Dos Milagres (1852-1872)

| POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVIZADA DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES (1852-1872) | | | |
|--|--------|-------------|--------|
| PERÍODO | LIVRE | ESCRAVIZADO | TOTAL |
| 1852 | 9.212 | 1538 | 10,750 |
| 1860 | 4.497 | 804 | 5.031 |
| 1872 | 14.171 | 642 | 15.113 |

Fonte: Tabela elaborado com base nos dados presentes no Censo do IBGE de 1872 e pesquisa realizada por Diana Soares de Galliza (1979),

A população escravizada sempre esteve presente nessa região e a diminuição ao longo dos anos pode ser justificada por diversos fatores, como, a epidemia de cólera¹⁹ que castigou a Freguesia paraibana nos anos de 1856 a 1862, como também as secas que são apontadas por Almeida (1994), que causaram diversos prejuízos para à população. Segundo este autor, a região teve secas durante os anos de 1851, 1853, 1860, 1866, 1869 e 1870.

A preocupação com a fome na região se estendeu aos presidentes de província Dr. Ambrosio Leitão da Cunha que, em seu relatório, escreveu sobre como a situação da Vila São João era “deplorável.”

Preoupa-me que atualmente o estado deplorável em que a secca tem posto alguns sertões da Província. Prolongando-se há dous anos, já as reservas dos cereais estão ali consumidas, não havia novas plantações, e tem-se perdido muito gado; em summa, há localidades como **S. Joao**, Teixeira e Patos, nas quaes a fom faz sentir a gente pobre alimenta-se com raises silvestres, e não sei mesmo se algumas pessoas terão sucumbido. (CUNHA, Presidente de Província, 1869 fl.23) (grifos nossos)

Com isso, alguns proprietários de escravizados, ao não conseguir em alimentar a sua mão de obra, podem ter optado, em grande medida, por se desfazer desses, tendo em vista que suas reservas de alimentação não podiam sanar as suas necessidades. Além dessas duas questões enfrentadas que agravaram a situação da região, outro ponto que se relaciona com a diminuição

¹⁹ O Cólera-Morbus, foi uma doença epidêmica que se espalhou pela Europa, mas também no Brasil, onde teve seu primeiro surto em 1856, o qual levou a morte mais de 140 mil pessoas, das quais 25 mil aproximadamente viviam na província paraibana. Uma doença que atingiu a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres levando a morte um número significativo de pessoas, o que assustou uma população de certa forma isolada das notícias de outros locais distantes, pensando na doença como um “castigo” e na eclosão da segunda epidemia em 1862.

Para mais informações sobre as epidemias de cólera em âmbito geral. Cf. DINIZ, Ariosvaldo da Silva. Cólera: representações de uma angústia coletiva (A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil). Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1997, 518 fls. Para mais informações em nível estadual. Cf. MARIANO, Serioja R.C; MARIANO, Nayana R.C. O medo anunciado: A febre amarela e o cólera na província da paraíba (1850-1860). Revista de História e Estudos Culturais Fênix, v. 9, p. 1-20, 2012.

dos escravizados no Cariri foi a intensificação do tráfico interprovincial e da subida dos preços destes no mercado.

Com essa mudança no mercado de escravizados, a região sul passa a ter maior necessidade de mão de obra, tendo em vista que o café passou a ser o principal produto exportado pelo Brasil, diante do processo de decadência que vinha passando as lavouras de cana de açúcar no Nordeste, que passava a ter uma menor necessidade de mão de obra escravizada. Os fazendeiros dessa região enxergaram no tráfico interprovincial uma forma de, em meio à crise, conseguirem obter lucros.

É interessante notar que é nesse período da segunda metade do século XIX, que é possível observar uma grande diminuição da quantidade de escravizados homens na região, isso, em grande medida, pelo tráfico interno que ocorreu, após as medidas de proibição da importação de escravizados, o que nos traz a hipótese de que as mulheres escravizadas, com o passar do tempo, passaram a ter a sua existência e a sua mão de obra ainda mais exploradas por seus proprietários na região dos Cariris Velhos.

É nesse contexto que iremos realizar a análise dos documentos de ação criminal contra a Preta Maria, da nação de Angola, que teve por acusação o assassinato de quatro escravinhos no dia 20 de agosto de 1852, todos eles menores, podemos refletir os inúmeros porquês que poderiam levá-la a estas circunstâncias.

Ainda nestes documentos, entendemos quem eram esses pequenos escravinhos, (Felix, Salustiano, Maria e Rozaria), todos ainda jovens, sendo o primeiro ainda um bebê. Qual seria a realidade dessa escravizada para que não tivesse o desejo de que seus filhos crescessem? Seria essa uma reação contra o sistema escravista que ainda estava estabelecido naquele momento? Qual e como era a realidade dessa mulher escravizada? Quais as circunstâncias vividas por ela que produziram tamanho desespero para que realizasse um ato como esse? Será se esse ato não é uma forma de resistir as condições impostas a ela pelo sistema escravista?

Por que em outro documento de processo crime nós conseguimos encontrar uma outra escravizada, de nome Mulata Ignácia sendo acusada de cometer um crime contra a sua senhora, que fora assassinada no ano de 1853? Será se a relação entre senhores e escravizados era de fato aquela que nos apresenta Gilberto Freyre em sua tese de que existia uma boa convivência entre escravizados e senhores? É importante afirmar que um caso isolado não faz com que toda a realidade seja avaliada de uma outra forma, a defendida por ele, mas ao nos deparar com documentações podemos notar que está boa convivência não parecia imperar nas relações.

Outro exemplo da documentação que temos em mãos é o da Escravizada Raimunda, que após ser cruelmente castigada pelo seu dono, foi tida como assassinada, sendo por isso, enterrada no próprio quintal da fazenda em que tinha o seu trabalho explorado. Sendo que, com esse documento, se é possível perceber a forma como essa escravizada conseguiu resistir a estrutura escravista que a região do Cariri paraibano possuía à época.

Estas três documentações trazem relatos nos quais se é possível observar a violência que estava entranhada na realidade social da Vila de São João do Cariri e é esta violência que buscamos compreender ao longo desta dissertação, mas não só isso, é preciso compreender em como outros aspectos da vida dessas mulheres estavam sendo negligenciados ao longo do processo de escravização.

3 CAPÍTULO: A REALIDADE DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA DA VILA REAL DE SÃO JOÃO DO CARIRI

Neste capítulo será analisado o perfil demográfico das famílias escravizadas da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, buscando compreender as relações afetivas entre os cativos, investigando através da documentação existente sobre como essas relações eram, se havia consensualidade ou não, enxergando a legitimidade que era investida pela Igreja Católica, mas, também, entendendo como essas famílias se opunham ao padrão de família nuclear formada por pai, mãe e filhos, que esta defende.

Nessa pesquisa nós buscamos compreender o conceito de “Família Estendida”, das quais as relações de compadrio eram estabelecidas entre os cativos, analisando, assim, quem eram os escolhidos para apadrinhar, analisando se, em alguns desses casos, foram conseguidas as alforrias.

3.1 MOVIMENTAÇÕES E DIMINUIÇÃO DOS ESCRAVIZADOS APÓS 1850

“Viver a vida de escravo na América foi, para os africanos, uma experiência dolorosa de ressocialização em condições adversas” (CASTRO, 1997, p.353). Apontar a questão da ressocialização, pontua a dificuldade existente naquele período de “recomeçar”, chegados aqui a partir do tráfico, em condições adversas, a vida escravizada foi dolorosa, subalternos, eles serão estudados neste capítulo em uma temporalidade de estudo que repousa sobre um período

de pleno declínio da escravidão, tanto na Província da Paraíba, como em todo o território brasileiro.

Um declínio que tem a ver com o número de cativos presentes no solo brasileiro, mas em especial na Província paraibana, que teve uma série de fatores contribuintes da diminuição, não sendo possível apontar para tal situação, apenas, a proibição do tráfico negreiro que levou a grande diminuição devido ao curto tempo de vida que tinha um escravizado. Mas, também é possível destacar o “recrudescimento do tráfico africano interno, a partir de meados do século” que “intensificaria o processo de crioulização dos cativos, além de fazer regredir a pulverização da posse de escravos, até então característica no Brasil” (CASTRO, 1997, p.343).

A pulverização, sendo uma das razões da diminuição de escravos nas propriedades/fazendas do Brasil, mas também da área estudada, as outras razões podem ser explicadas pelo aumento do preço dos escravizados, e o deslocamento desses para as regiões cafeeiras, conforme aconteceu no Oeste Paulista, tendo em vista que “o comércio interno de escravos, já bastante ativo nas décadas de 1850 e 1860, recrudescer no anos 1870, despejando vários milhares de cativos no Oeste Paulista, vindos sobretudo do Nordeste e do Rio Grande do Sul” (SLENES, 1997, p.249).

Outras razões para a diminuição são as secas que sempre assolaram a região Nordeste e, posteriormente, foram “industrializadas”²⁰, mas, também, das epidemias que castigaram a região sertaneja e ceifaram muitas vidas, principalmente, dos escravizados com existências precárias e do crescimento da população livre no transcorrer do período.

A diminuição dos cativos era visível e, segundo Medeiros (1999), aquela antiga acumulação de escravizados, perceptível na primeira metade do século XIX, estava limitada também pelo fim do tráfico em 1850. A mão de obra escrava passou a ser mais solicitada pelas regiões exportadoras, particularmente, a região cafeeira (MEDEIROS, 1999, p.75). Este movimento de escravos não se deu somente em direção a estas regiões, embora tenha sido um dos locais principais como foi possível visualizar o deslocamento para o Oeste Paulista. Mas, existiam também no Nordeste muitos senhores a possuir outras fazendas e sítios em províncias vizinhas para onde eram deslocados cativos como o Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

²⁰ “Não há dúvida que foi na seca de 1877 que se deu o nascimento da Indústria da seca, essa que é caracterizada como um meio de obter investimentos governamentais para a região, a cidade ou o Estado e praticar o desvio dessas verbas públicas”. Sobre isso ver: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Editora Universitária, 1993.

Isto, deixava perceptível que os escravizados, como uma propriedade senhorial, poderiam também se deslocarem para trabalhar nestas outras propriedades ao longo do ano, especialmente em períodos de inverno, o que abrangia um constante movimento, em que eles desempenhavam o trabalho nas propriedades escolhidas pelo senhor, regressando à fazenda principal após isso.

É necessário considerar que esta movimentação escravizada para o trabalho não se limitou somente às propriedades localizadas em outras províncias. Uma vez que, era comum que fazendeiros que tivessem em sua posse várias fazendas, estivessem essas na Província da Paraíba ou no território do município, os fazendeiros do Cariri, por exemplo, também possuíam terras no brejo, tinham a possibilidade de dividir os escravizados entre as suas propriedades.

Os escravizados, ainda poderiam ser alugados pelos senhores para o desempenho de serviços domésticos, de plantação de roças, edificação de casas, depósitos ou armazéns, abertura de estradas e caminhos, conservação de cercas, construção de açudes e cacimbas, até mesmo para desempenhar serviços que requeriam um tempo maior, como a criação de gado.

O sistema era cruel e como se sabe a História Social não procura apagar a crueldade do sistema, nem com relação ao trabalho dos escravizados, mas, também, com relação às mulheres, tendo em vista que, provavelmente, algumas escravizadas tiveram relacionamentos eventuais, sejam com cativos, libertos ou homens livres pobres e que, depois de terem seus filhos, ficaram sozinhas, até mesmo devido a possível venda dos pais da criança, divisão de herança após a morte dos senhores ou a morte dos mesmos.

A despeito da realidade demográfica de diminuição de cativos, ainda eram muitos que viviam na Villa de Nossa Senhora dos Milagres e, dentre esses, não é possível afirmar que não houve família escravizada, posto que houve e com diversas configurações.

Logo, as configurações destas famílias e a construção de um perfil demográfico dos escravizados em São João do Cariri será necessário para entendermos a configuração das famílias, em especial qual era o lugar das mulheres. Para tanto, é essencial utilizar as fontes paroquiais para não só cartografar o perfil das famílias escravizadas, mas, também, os tipos de relações, conforme é possível visualizar na documentação, levando em consideração que,

Os registros paroquiais de óbitos, casamentos e batizados, regulamentados pelo Concílio de Trento segundo prescrições de 11 de novembro de 1563 ocupam lugar central no desenvolvimento da demografia histórica, pois foi a

partir de seu tratamento sistemático que os fundadores deste ramo da ciência social chegaram a formular a técnica da reconstituição das famílias, um dos instrumentos básicos para o estudo do comportamento das variáveis demográficas no período pré-censitário (DEMETRIO, 2008, p.42).

Como instrumento básico para estudar o comportamento das variáveis demográficas, foi iniciado o levantamento a partir das fontes encontradas, registros paroquiais que demonstram o perfil dos nascimentos, mortes e relações entre os escravizados e seus donos, não abrangendo os casamentos, posto que esses registros do período estudado desapareceram.

3.2 AS FAMÍLIAS ESCRAVIZADAS SOB A BENÇÃO CATÓLICA: O CASAMENTO

“Os casamentos negros oficializados pela Igreja Católica não ocorreram de forma homogênea em território nacional. Alguns senhores preferiram oficializar o casamento de seus escravizados, porém, outros impediam essa oficialização” (CAVALCANTE, 2015, p. 73). Mas, mesmo os que não oficializavam, viviam relações consensuais. Embora, que seja importante pontuar a oportunidade de oficialização sugerida pela Igreja Católica, na qual

A despeito das resistências senhoriais, que se interessavam pelo uso cada vez mais proveitoso e menos humano de seus cativos, a Igreja imiscuiu-se nesses assuntos à época considerados privados, estabelecendo mais do que regras de sacramento, na verdade veiculando em seus cânones recomendações e orientações de tratamento aos escravos, tal qual o respeito, dentro do possível, à indissolubilidade da família, mesmo a cativa (CAMPOS; MERLO, 2005. p.351).

As recomendações da Igreja com relação as uniões sacramentadas pela Igreja Católica para os cativos apontavam a questão da indissolubilidade da família, esta que, segundo os livros de batismo, era a que “produzia” filhos legítimos²¹. Diante disso, os dados apontam que 60 casais possuíram mais de um filho, constatando casos de formações de famílias duradoras, algumas por mais de 10 anos.

²¹ Os filhos legítimos nasciam de um casamento realizado pela Igreja Católica, enquanto os filhos ilegítimos nasciam de relações extramatrimoniais.

Como exemplo, é possível apontar o caso do casal Antônio e Josefa, escravizados de Sulpino Villar de Carvalho, que, no ano de 1855, foram até a pia batismal para levar seu primeiro filho Benedicto, pardo, de um mês de idade e, posteriormente, no ano de 1870, levaram para receber o sacramento do batismo sua sexta filha, Felizarda, preta, de 10 dias de nascida.

Infelizmente, não é possível a partir de registros de batismo,²² identificar se estes filhos cresceram na presença dos pais. No entanto, o que pôde ser identificado foram relações duradouras entre alguns casais de escravizados. Dessa forma, concordamos com Slenes (1999) quando ele afirma que a família escravizada foi de vital importância para a vida cotidiana dos cativos, pois, por meio dela, eles tiveram a oportunidade de manterem e redefinir suas raízes africanas. No caso da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, essas raízes também se misturaram com as indígenas, constituindo espaços de sociabilidade e solidariedade.

Além disso, é oportuno lembrar que, diante da vida dura da escravização, uma outra vantagem do “casamento para os escravos – e não as menos importantes – teriam sido as de ordem emocional e psicológica: o consolo de uma mão amiga, por exemplo, na luta para enfrentar privações e punições”. (SLENES, 2011, p. 157). Isto, com relação as relações oficializadas por meio da Igreja Católica, embora seja imprescindível notar que o casamento, com as bênçãos católicas, não era uma tarefa fácil, visto que “(...)qualquer pessoa que se decidisse casar-se entrava com um processo para comprovar determinadas condições básicas que a habilitasse ao matrimônio” (FARIA, 1998, p. 58), condições que podem parecer fáceis atualmente, mas, na época eram difíceis.

O casal deveria apresentar diversos documentos, a mulher ainda mais, eles eram: a “(...) certidão de batismo; comprovar seu estado de solteira e descompromissada com outra qualquer instituição (como voto de castidade e religião); sendo viúva, tinha que mostrar o assento de óbito do outro cônjuge; provar ser livre, no caso de ex-escravos e seus descendentes”, comprovação que deveria ser feita a partir da “carta de alforria (ou, então, a certidão de batismo e uma cópia do testamento, para os que fossem alforriados na pia batismal ou em disposições testamentárias)”. Além de tudo isso, deveria “(...) proclamar o futuro matrimônio em todos os lugares onde esteve fixada por mais de seis meses, para a comprovação da inexistência de impedimento”. (FARIA, 1998, p. 58).

²² Vale ressaltar que esses documentos são “imprescindíveis principalmente para o conhecimento de uma época em que não existia o Registro Civil- em que não havia a separação entre Estado e Igreja” conforme apontado por BASSANEZI, 2009, p.143.

Diante de tantos papéis a serem buscados, o casamento religioso não era tão comum, embora a religiosidade o pregasse assim, relações consensuais entre os cativos foram bem mais frequentes, uma vez que,

Independente das formações familiares serem sancionadas ou não pela Igreja, o relacionamento com um companheiro ou companheira e a possibilidade de gerar filhos era importante para os escravizados. Não devemos pensar que o sistema escravista, apesar de toda sua violência e desumanidade, tenha incapacitado os escravizados de ter sentimentos e de construir laços afetivos. Isto é inerente à condição humana. (ALVES, 2015, p. 88).

De acordo com tal perspectiva, os dados mostram a formação de famílias com a benção católica, mas, também, outras formações familiares, as quais eram laços afetivos de suporte para tanta violência e desumanidade. A partir da análise do Censo do IBGE de 1872, conseguimos identificar alguns números de escravizados solteiros, casados e viúvos, os quais formavam as famílias.

TABELA 2: Total de casamentos na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres censo de 1872.

| SEXO | SOLTEIROS | CASADOS | VIÚVOS |
|------------------|------------------|----------------|---------------|
| FEMININO | 308 | 31 | 14 |
| MASCULINO | 252 | 31 | 06 |
| TOTAL | 560 | 62 | 20 |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: Censo de 1872.

Conforme apresentado na tabela acima, foram registrados 560 escravos solteiros, dentre os quais 308 mulheres e 252 homens, os quais certamente conviviam, principalmente os que faziam parte do espólio do mesmo fazendeiro. Com relação aos casados, com as benções da Igreja, consta 62 cativos que somam 31 casais; pelos dados, ainda é possível observar 6 homens viúvos e 14 mulheres viúvas. No entanto, esses dados, para os números de casais, não podem ser vistos de forma precisa, visto que algumas das mulheres escravizadas podem ter estabelecido uniões legitimadas pela Igreja com forros ou homens livres pobres, vice-versa, o que pode vir a aumentar estes números de uniões legítimas.

Ao continuar a análise dos assentos de batismos, conseguimos identificar que Francisco e José também eram casados e que tiveram filhos, porém suas esposas e seus filhos não constam no inventário. Inquietos com estas informações, fomos analisar os assentos

presentes no livro de óbito, onde constatamos que Amaro da Costa Romeu, no ano de 1855, durante a epidemia do Cólera-Morbus²³, perdeu 10 cativos, dentre eles Roza, preta, de 34 anos de idade, casada com José; Theresa, preta de 04 anos de idade, faleceu em 23 de março de 1856; Manoel, preto de um ano de idade, chegou a falecer em 28 de março de 1856; e Leonor, preta de 03 anos de idade, falecida em 23 de março de 1856, todos filhos de Francisco e Faustina.

Assim, podemos perceber que, antes da epidemia do Cólera, os escravizados de Amaro da Costa Romeu viviam em família, composta por pai, mãe e irmãos. Com o cruzamento de fontes, foi possível identificar três famílias nucleares e uma família monoparental, composta por Lisandra e seu filho André, o qual faleceu com seis anos de idade, tendo como motivo a epidemia. Com isso, observamos certa estabilidade na construção de famílias negras entre os escravizados de tal proprietário, característica também presente na grande parte das propriedades da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

Segundo Slenes (1999), a família constituída nem sempre seria a almejada pelos escravizados ou pelos senhores. Diante disso, ela promoveu ora a autonomia, ora dependência do cativo. Essas informações podem contrariar a tese de Queiróz (2005) que chega a admitir a construção de famílias escravizadas, porém questiona a sua expressividade e a duração dessas relações ao longo do tempo. Na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, conseguimos identificar 60 casais que batizaram mais de um filho ao longo de 1850 e 1872, o que, provavelmente, justificaria uma relação estável com o seu companheiro. No entanto, esses números são pouco expressivos, visto que, de um total de 1.495 assentos de batismo, encontramos apenas 60 famílias nucleares.

No entanto, se compararmos a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres com outras localidades da Província da Paraíba, de pequenas unidades produtoras, identificaremos um número superior de crianças batizadas como fruto de uma filiação legítima. Todavia, seja um número pouco representativo, um total de 309 crianças legítimas para 1.171 naturais. Para outras localidades, Lima (2009) destaca que os índices de nupcialidade entre os cativos de Campina Grande, no século XIX, eram baixos, representando uma percentagem de 4,3% nos inventários e 12,2% nos assentos de batismo. Para a Zona da Mata Paraibana, Rocha (2009) conseguiu identificar informações semelhantes.

²³ O Cólera-Morbus, foi uma doença epidêmica que levou a morte na Paraíba aproximadamente 25 mil pessoas, chegou à Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, levando a óbito diversas pessoas, inclusive as escravizadas, uma vez que não havia naquele período nem tratamento e nem vacina

De acordo com a autora, foram poucos escravizados que se casavam e destes poucos eram os casamentos de pessoas livres com escravizados. Na Freguesia de Nossa Senhora das Neves, a autora identificou para o século XIX um total 90,7% de crianças escravizadas batizadas como filiação natural, em contraposição a 9,3% de filiação legítima, informações essas também identificadas para a Freguesia do Livramento e de Santa Rita.

Sendo assim, ao fazer uma análise dessas informações, é considerado que as crianças em Freguesias grandes ou pequenas tinham uma filiação legítima pequena, o que apresenta uma quantidade pequena de casamentos de cativos realizados por meio da Igreja Católica. Para entender as observações, devemos levar em consideração o período estudado, 1850 a 1884, período que marca o fim do tráfico negreiro e a intensificação do tráfico interprovincial, o que pode ter contribuído para um pequeno estímulo de casamento entre pessoas escravizadas na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, como uma forma de assegurar a mão de obra cativa, visto que era uma vila sertaneja que também possuía pequenas propriedades e que, provavelmente, essas encontraram na reprodução natural uma forma de manter a população escravizada.

Outro fator importante a respeito do casamento entre os escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, é que nem todos os casais que se dirigiram aos oratórios, as capelas e a igreja matriz para batizarem seus filhos pertenciam ao mesmo senhor. No entanto, foram pouco os que destoaram desse critério, em apenas sete casos conseguimos identificar escravizados casados pertencentes a senhores diferentes, como ocorreu com Joaquim, escravizado de Geronimo Pereira da Silva, casado com Antônia, escravizada dos herdeiros do finado Galdino da Costa Silva. Outro caso que pode ser destacado é o casamento entre Raimundo, escravizado de Ignacio Lourenço de Oliveira e Vicência, escravizada de Cosme Jose da Costa. A grande maioria desses casais se casavam com escravizados dos mesmos senhores e são pertencentes as fazendas de Carnáuba e Batalhão, ambas no atual município de Taperoá.

Já que, embora as constituições apontassem uma liberdade de escolha para os cativos de seus parceiros, não era bem assim, pois os senhores tinham diversos interesses, além dos que visavam o lucro com a concepção de crianças naturais. Também havia outras preocupações, dentre as quais,

Uma preocupação tão grande com o ato simbolizando a criação do “lar” escravo não se coaduna com um desinteresse no processo de seleção de cônjuges que o antecede. Ao contrário, sugere uma participação ativa nesse processo. Isto não quer dizer que eram os senhores que normalmente faziam

a escolha e impunham suas decisões em seus cativos. Afinal, é difícil acreditar que uma política de casamentos forçados, sem base alguma nos desejos dos trabalhadores, pudesse ser eficaz; ao invés de promover a reprodução, a disciplina e a (aparente) submissão, uma tal política provavelmente teria efeitos contrários. A hipótese mais provável, portanto, é a de que o interesse dos donos no casamento escravo tenha se traduzido numa política de encorajar os cativos a procurarem uniões formais, deixando a escolha aos casais, mas reservando ao senhor o direito “paternalista” de sugerir, persuadir, pressionar, e finalmente aprovar ou vetar os nomes escolhidos (SLENES,1999, p.94)

As opções, levando em consideração o tamanho da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, eram restritas. Dessa forma, acreditamos que os proprietários tenham motivado o casamento entre cativos do mesmo senhor como uma forma de manter o controle social, tendo em vista que o casamento entre cativos de senhores diferentes poderia gerar uma série de problemas, como conflitos de tratamento ou de propriedade, residências diferentes etc. Portanto, influenciar as escolhas dentro da mesma propriedade, assim como ocorreu em diversas regiões do país, era uma forma de estimular a reprodução natural, a qual geraria a mão de obra escravizada da localidade.

3.3 OS RECÉM-NASCIDOS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES

“O sacramento do batismo significava para a Igreja Católica a passagem do mundo pagão para o mundo cristão, um sacramento, que geralmente, ocorria “nas igrejas na qual a criança estaria na presença do pároco, do pai e/ou mãe, padrinho e/ou mãe, padrinho e/ou madrinha, devendo ser elaborado pelo padre o assento batismal” (CAVALCANTE, 2015, p. 88). Esse sacramento constituía outros sentidos, dependendo da sua utilização, posto que “(...) muitos senhores utilizavam o batismo como um ato civil de que lhe garantia a posse efetiva dos escravizados”, já “que o ato do batismo formalizado instituía um registro que, no caso da Freguesia, era provavelmente o único registro oficial que dispunha o proprietário como garantia de posse”. (CARVALHO, 2020, p. 139). O escravizado comprado possuía o registro de posse, o recém-nascido, batizado, possuía o registro de batismo.

Como instrumento básico para estudar o comportamento das variáveis demográficas, foi iniciado o levantamento a partir das fontes encontradas. Nos registros de batismo, instrumentos de registro confeccionados pela Igreja Católica, foi possível identificar uma

quantidade baixa de escravizados batizados com o tipo de filiação legítima. “O fato de uma filiação não ser legítima não implica dizer que os filhos frutos de uma relação natural não conheçam os seus pais. Dessa forma, pressupõe-se que alguns desses escravizados recém-batizados poderiam ter contato com os dois pais” (CAVALCANTE, 2015, p. 75). O tipo de filiação identificado na Vila em estudo, entre os anos de 1850-1872, está expresso na tabela abaixo:

TABELA 3: Tipo de Filiação dos Recém-Nascidos Batizados, no Período de 1850-1872, na Vila Real de São João do Cariri.

| FILIAÇÃO DOS ESCRAVIZADOS | NÚMERO | PORCENTAGEM |
|----------------------------------|---------------|--------------------|
| LEGÍTIMO | 309 | 22,13% |
| NATURAL | 1.171 | 76,79% |
| NC | 15 | 1,08% |
| TOTAL | 1.495 | 100% |

Fonte: Tabela elaborada por CAVALCANTE, 2015, p.75²⁴.

Nos registros de batismo foi possível identificar uma quantidade baixa de escravizados batizados com o tipo de filiação legítima. Conforme a tabela, podemos perceber que 76,79% das crianças batizadas no período eram filhos naturais, ou seja, não constava o nome do pai. Número bastante superior ao de filhos legítimos, que é expresso por 22,13% de todos os recém-nascidos, ou seja, os registrados por pai e mãe que tinham realizado o sacramento do casamento. Isto posto, revela que existia uma boa quantidade de famílias monoparentais, como também representa a pouca presença de uniões sacramentadas pela Igreja Católica.

²⁴ A tabela foi elaborada com Livros de Registro de Batismo 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres por CAVALCANTE, Eduardo Queiroz et al. Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano (São João do Cariri/1850-1872). 2015.

Os assentos de batismo também nos possibilitam identificar a ascensão social de alguns membros de famílias por conquistarem a alforria²⁵. Alguns casais iniciaram sua vida no cativeiro e com o passar do tempo foram conseguindo sua liberdade, a exemplo de Emiliano e Justina, escravizados de Dona Gliceria Joaquina Theresa de Araújo da Fazenda Pereiro (atual município de Livramento), que levaram seu primeiro filho Salviano, pardo, para ser batizado em 24 de abril de 1859. No entanto, ao levar seu sétimo filho para batizar, a condição jurídica do pai não era mais de escravizado e sim de liberto. Esse fenômeno também ocorreu com Jose e Joaquina, pois, com o passar dos anos, aquele conquistou sua liberdade.

Outra questão apontada pelos registros de batismo em um período de escravização é a alta quantidade de batismos realizados na Paroquia de Nossa Senhora dos Milagres, seja por vontade dos pais ou necessidade e vontade dos fazendeiros. A tabela abaixo pontua a frequência dos batismos entre os anos de 1850 a 1872.

TABELA 4: Frequência dos Batismos entre 1850-1872.

| Ano | Número | % |
|-------------|---------------|----------|
| 1850 | 13 | 0.85% |
| 1851 | 51 | 3.35% |
| 1852 | 68 | 4.47% |
| 1853 | 66 | 4.34% |
| 1854 | 57 | 3.75% |
| 1855 | 75 | 4.93% |
| 1856 | 62 | 4.08% |
| 1857 | 89 | 5.85% |
| 1858 | 88 | 5.79% |
| 1859 | 84 | 5.52% |
| 1860 | 80 | 5.26% |

²⁵ A alforria não era de fácil obtenção, dependia do senhor, porém é importante ressaltar que, “numa sociedade escravista, a carta de alforria que um senhor concede ao seu cativo deve ser também analisada como resultado dos esforços bem-sucedidos de um negro no sentido de arrancar a liberdade do senhor” (CHALHOUB, 1990, p.23).

| | | |
|--------------|-------------|-------------|
| 1861 | 84 | 5.52% |
| 1862 | 94 | 6.18% |
| 1863 | 67 | 4.41% |
| 1864 | 91 | 5.99% |
| 1865 | 101 | 6.64% |
| 1866 | 56 | 3.68% |
| 1867 | 57 | 3.75% |
| 1868 | 60 | 3.94% |
| 1869 | 46 | 3.02% |
| 1870 | 78 | 5.13% |
| 1871 | 51 | 3.35% |
| 1872 | 01 | 0.65% |
| TOTAL | 1519 | 100% |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: A tabela foi elaborada com Livros de Registro de Batismo 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba²⁶.

Os dados apresentados na tabela 3 são divergentes da tabela 2, em termos de quantidade, uma vez que, incluímos as crianças mapeadas com o nascimento de “Forra” e as 6 nascidas livres, após a promulgação da Lei do Ventre Livre²⁷. Com esses dados, é possível visualizar que o período de maior registro de crianças foi realizado entre a segunda metade da década de 50 e a primeira metade da década de 60, tendo em vista que, no ano de 1862, foram batizadas 94 crianças e, no ano de 1865, foram batizados um total de 101 recém-nascidos. Após esse período, houve uma queda no número de batismos, embora este número tenha ficado

²⁶ Os assentos de batismos citados foram utilizados a partir dos arquivos em tabelas em Excel elaborados pelo pesquisador Eduardo de Queiroz Cavalcante (2015) quando da realização de seu mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFPB e repassada ao professor Faustino Teatino Cavalcante Neto, líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Camponesa e Resistência no Cariri Paraibano (NUCARIRI/UFCG/CDSA/UAEDUC), para fins de pesquisas.

²⁷ A lei do ventre livre foi promulgada em 28 de setembro de 1871 e declarava livres os filhos de mulheres escravas nascidos de mulheres escravas nascidos a partir da data da lei, estabelecia providências para a manutenção das mulheres e de suas famílias e previa a libertação anual de escravos.

oscilante, já que no ano de 1869 foram batizadas 46 novas crianças e no ano de 1871 foram batizadas 51 crianças, sendo seis delas nascidas livres. Mas, o ano entre esses, ou seja, 1870 teve o expressivo número de 78 recém-nascidos. Certamente, houve uma diminuição devido a soma dos dados, mas, o ano de 1878, oscilou positivamente.

E essa oscilação ocorria de acordo com diversas condições, seja a diminuição dos escravizados no Nordeste no período estudado, as novas leis de liberdade, mas, também, por condições climáticas adversas e epidemias que assolavam as populações, como já dito. Os batismos representavam para a Igreja Católica, “(...)o momento em que uma pessoa virava um ser espiritual e ganhava uma nova família [...] Enquanto a família biológica tinha a função de criar e educar a criança, esta nova família tinha uma função considerada mais enaltecida e importante: a educação espiritual do batizando”. (RAMOS, 2004, p. 51).

A nova família geralmente aparecia antes do primeiro ano da criança e deveria mostrar os caminhos da religião católica, os caminhos da oração e dos sacramentos para as crianças. A realização do sacramento naquele tempo não exigia tanta burocracia, uma vez que

[...] não havia empecilhos burocráticos para ser batizado, não sendo exigido que pais fossem casados e nem se proibia o acesso de filhos naturais e de escravizados a esse ritual. Numa sociedade marcada pela forte presença do cristianismo, era de extrema importância o ritual do batismo, sendo recomendado que a criança devesse ser batizada até oito dias depois de nascida, para que não corresse o risco de morrer “pagã”, e assim garantir a salvação de sua alma. (ROCHA,2009, p. 235).

Assim, levando em consideração o número de mortes que ocorriam durante o nascimento de bebês, a recomendação do batismo até os oito dias de vida era compreensível. Embora, ela não fosse totalmente seguida, tendo em vista a necessidade da presença de um padre que não era tão imediata, devido as regiões que ele cobria. Havia, também, a questão da obrigação de levar as crianças para receberem o sacramento que era dos senhores, os quais por vezes, não faziam tal “obrigação”, já que viam os escravizados como sua propriedade e não como pessoas que deveriam seguir a doutrina cristã.

Os registros de batismo deveriam conter os nomes das crianças, a idade em que foram batizadas, o nome dos pais, a condição jurídica, o senhor, o local dos batismos e uma série de outras informações que servem de base para esta pesquisa. Com relação a idade em que eram realizados os batizados, é possível observar o gráfico abaixo, que apreende o período entre os

anos de 1850 até 1872 e registra a idade dos batismos dos escravizados, das 18 crianças forras e das 6 livres pela Lei do Ventre Livre.

GRÁFICO 1: Idade dos Batizados de crianças negras na Vila de São João do Cariri (1850-1872)

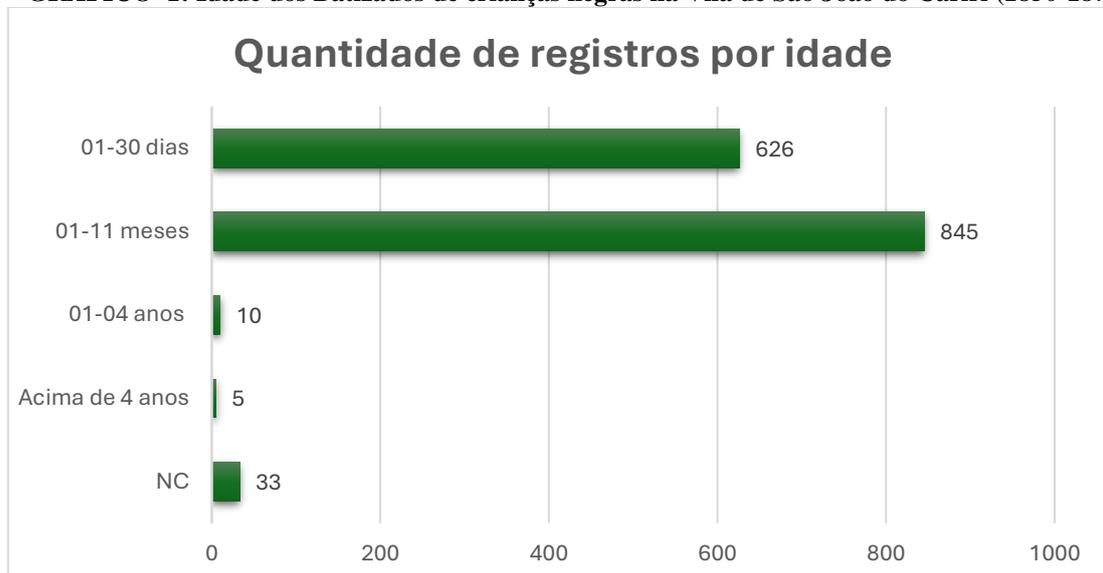


Gráfico elaborada pela autora. Fonte: O Gráfico foi elaborado com Livros de Registro de Batismo 1846-1853; 1853-1858;1858-1862; 1862-1863;1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba.

A partir do gráfico é possível visualizar que, embora as recomendações do batismo fossem até os primeiros dias de nascimento, não foi bem assim que aconteceu na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

Vale ressaltar que os batismos de crianças entre o período foram realizados com 1.519 crianças, dentre essas, os que ocorreram até os trinta dias de nascidos foram um total de 626 casos, um número considerável tendo em vista a totalidade, porém menor, levando em consideração que no período entre os 30 dias e os 11 meses, ou seja, antes do primeiro ano de vida foram registrados 845 batizados, a maior quantidade de registros. Já com relação ao período entre o primeiro e o quarto ano de vida, só foram computados 10 casos e de adultos 5 batismos.

Dentre os 626 casos de batismos antes do primeiro mês de vida, é possível citar Catharina, crioula, escravizada, filha legítima de Antonio e de Maria de propriedade de Ignacia Francilina do Amor Divino, nascida no dia 10 de janeiro de 1852 e batizada no mesmo dia. Ou seja, sem demora a menina foi iniciada nos caminhos católicos no Oratório Privado da Fazenda

Carneiro, situada no atual município de Livramento pelo padre Francisco João de Santa Delfina, tendo por padrinhos Jose Pedro de Queiros e Maria Joaquina da Incarnação²⁸.

A menina foi batizada assim que nasceu, um caso inverso ao dos adultos, como com Antonio, Jacó e Luis, em que os três tinham por cor a denominação de gentio de angola, por condição jurídica eram escravizados. Eles foram batizados no dia 07 de dezembro de 1852, provavelmente, quando viraram “posse” do Coronel João Vieira, na fazenda Olho D’água do Cunha no atual município de Sumé. Não consta no assento de batismo o nome dos pais dos referidos homens, mas a data de nascimento que para Antonio foi de 07 de dezembro de 1812, para Jacó foi de 07 de dezembro de 1832 e para Luis 07 de dezembro de 1834, 40, 20 e 18 anos de idade, respectivamente.

Não se sabe se eles realmente nasceram no mesmo dia ou foi uma data utilizada com base nas idades relatadas. O que se sabe é que os três foram iniciados na Igreja Católica, a partir dos batismos. Os sacramentos foram realizados no local Olho D’agoa do Cunha, atual município de Sumé, presidido pelo Padre Francisco João de Santa Delfina e cada um teve um apadrinhamento diferente, Antonio não consta o nome da madrinha, mas seu padrinho foi José Francisco; Jacó teve por padrinhos Lourenço Pas Lima e sua esposa Iria Maria dos Santos; e Luis foi apadrinhado por Eugenio Rodrigues Fernandes e Antonia Maria da Costa²⁹.

Diante de tais registros de batismo, há uma série de locais onde eles eram realizados, tais locais de batismo eram diversos e variados desde Igrejas, Capelas a Oratórios. Segundo Cavalcante (2015), além da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres, foram registradas nos documentos 13 capelas, sendo elas: Capela de Alagoa do Monteiro, Capela das Pombas, Capela do Congo, Capela de São Tomé, Capela de Caraúbas, Capela da Carnaúba, Capela da Fazenda Santa Clara, Capela do Fundão, Capela da Timbaúba, Capela do Batalhão, Capela da Solidade, Capela da Serra Branca e Capela da Prata. Para além delas, também é possível citar uma série de fazendas e oratórios³⁰ públicos ou privados.

²⁸ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Assentos de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 76.

²⁹ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Assentos de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linhas 122,123,124.

³⁰ Construídos com madeira, os oratórios faziam parte da realidade dos nordestinos, nas casas de fazenda e nas capelas eram itens frequentes, serviam de locais para o professor da fé, já que comportavam os santos católicos, assim como da realização de promessas, acendimento de velas e pelo que consta nos assentos de batismo, era também parte do sacramento do batismo, principalmente quando estes eram realizados em fazendas ou locais distantes.

Com relação as capelas, é possível visualizar que, por exemplo, na de Timbaúba, atual município de Gurjão, foi batizada, em 16 de abril de 1865, pelo padre Herculano Xavier da Rocha, Benec dita, preta, escravizada, filha natural de Catharina, propriedade de Antônio Mendes Gurjão, nascida em 11 de março de 1865, afilhada de Manoel Gonçalves Lima e de Ignacia Maria da Conceição³¹. Na capela de São Tomé, atual município de Sumé. Outro local de batismos, em 15 de maio de 1870, foi batizado pelo padre Jacintho José Bizerra, Narcisio de origem étnica Criola, escravizado, filho de Domingos e Cathia, com filiação legítima, propriedade de Manoel Correia de Souza, nascido em 01 de abril de 1870, tendo por padrinho Mathias Ferreira da Gama e Januaria Maria da Conceição, nos dados consta, inclusive, que a Capela de São Thomé é pertencente a Matriz de Alagoa do Monteiro³².

Os citados são apenas dois dos exemplos de batizados ocorridos nas capelas que faziam parte da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, mas muitos outros sacramentos foram realizados, tanto de filhos legítimos como naturais. Nos locais, mudavam também os padres que realizavam o sacramento, posto que é possível listar um número considerável de sacerdotes. Herculano Xavier da Rocha é um dos que realizavam batismo em diversas partes da Freguesia, desde a Igreja Matriz até um número considerável de fazendas e capelas, assim como Alipio Emiliano Cordeiro da Cunha, Paulino Villar dos Santos Barbosa e uma diversidade de outros nomes que atuavam naquele período³³.

Assim como os sacerdotes, muitas eram as fazendas em que ocorriam batismos, como exemplos é possível citar as fazendas: Carnaúba, Amparo, Poço das Pedras, Santa Clara, Boa Vista, Riacho do Meio, Cacimba de Cima, Campo Cumprido, Arara, Serrota, São José, Mucuitu, Cachoeira, entre outras. Locais em que poderiam não só ser realizados os sacramentos, mas, também, eram realizadas missas e outras celebrações religiosas, tendo em vista que,

O papel dos senhores era levar seus escravos à salvação, retirando as heranças consideradas pagãs a qual os cativos estavam submetidos. Com esse pretexto, justificava-se o trabalho forçado de crianças em terna idade e de adultos também. Para isso, os senhores tinham em suas fazendas capelas e oratórios, que demonstravam sua fé católica, bem como rezavam a missa e celebravam o batismo de crianças [...]. Em outras palavras, as capelas localizadas nas

³¹ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Assentos de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 1095.

³² Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Assentos de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 1426.

³³ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Assentos de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

fazendas tinham por finalidade mostrar aos escravos pagãos os preceitos religiosos católicos, e assim levá-los à salvação (CARVALHO, 2020, p. 137).

Para tanto, além das fazendas, havia um número considerável de oratórios tanto públicos como privados. No caso das fazendas, é possível citar o nascimento de Benedicto de origem étnica parda, escravizado, ocorrido no dia 08 de fevereiro de 1864, filho natural da também escravizada Severina, de propriedade de Manoel Ferreira dos Santos, batizado no dia 09 de novembro de 1864, ou seja, mais de oito meses depois do nascimento, na fazenda Barra do Vieira, atual município de Desterro, pelo padre Herculano Xavier da Rocha e tendo como padrinhos Joaquim Maria de Carvalho e Theodolina Maria da Conceição³⁴.

Nos oratórios, tanto privados como públicos, além das missas, casamentos e outros eventos, também foram realizados uma série de batismos, por exemplo, houve no dia 03 de junho de 1865, no Oratório Privado do Agreste, atual município de São José dos Cordeiros ou Serra Branca, o batismo de Mariano de origem étnica parda, nascido em 09 de maio de 1865 filho natural de Maria, propriedade de Antônio Correia de Sá, o qual teve por padrinhos Zeferino Ribeiro Leite e Maria da Conceição, ambos solteiros³⁵.

Sendo assim, é possível perceber que houve um número considerável de registros de batismos, nas diversas localidades apontadas, assim como próximo de oratórios, os quais foram construídos com a intenção que os senhores tinham de demonstrar a fé tanto para si, mas, também, para os cativos. Nesses locais, quando da realização de eventos religiosos houve a presença de diversos sacerdotes responsáveis. Tais eventos foram realizados em uma infinidade de localidades, desde ambientes mais públicos até os privados. Com relação ao batismo, havia uma diferença também entre as recomendações de batismo entre os oito primeiros dias e quando ele de fato era realizado, uma vez que era uma responsabilidade dos pais, mas com relação aos escravizados, principalmente do proprietário que escolhia ou não se o escravizado ia seguir o caminho católico ou ser apenas a “coisa”, sua propriedade.

Diante disso, após traçado o número dos nascimentos durante o período de 1850 a 1872, é necessário pontuar quais eram as condições dos pais que levavam estes filhos para o sacramento na Igreja Católica.

³⁴ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Assentos de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 1053.

³⁵ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Assentos de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 1106.

TABELA 5: Condição Jurídica dos pais e mães das crianças escravizadas da Vila de São João do Cariri (1850-1872).

| Mãe | Número | % | Pai | Número | % |
|--------------------|---------------|-------------|--------------------|---------------|-------------|
| ESCRAVIZADA | 1.501 | 98.74% | ESCRAVIZADO | 316 | 20.80% |
| LIBERTA | 00 | 00% | LIBERTO | 03 | 0.19% |
| FORRO | 00 | 00% | FORRO | 01 | 0.07% |
| NC | 18 | 1.16% | NC | 1.199 | 78.93% |
| TOTAL | 1.519 | 100% | TOTAL | 1.519 | 100% |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: A tabela foi elaborada com os Livros de Registro de Batismo 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba³⁶.

A tabela acima apresenta a condição jurídica dos pais e mães das crianças batizadas, cujo nascimento está computado na tabela anterior. Com relação as mães, as quais sempre estão em número expressivo para o batismo dos recém-nascidos, a maior parte, ou seja, 1.50, ou seja, (98,74%) era escravizadas e nenhuma no período era livre. Já na contabilização paterna, os pais em sua maioria não compareceram, tendo em vista que 1.199, ou seja, (78, 93%) dos bebês foram registrados sem o nome deles.

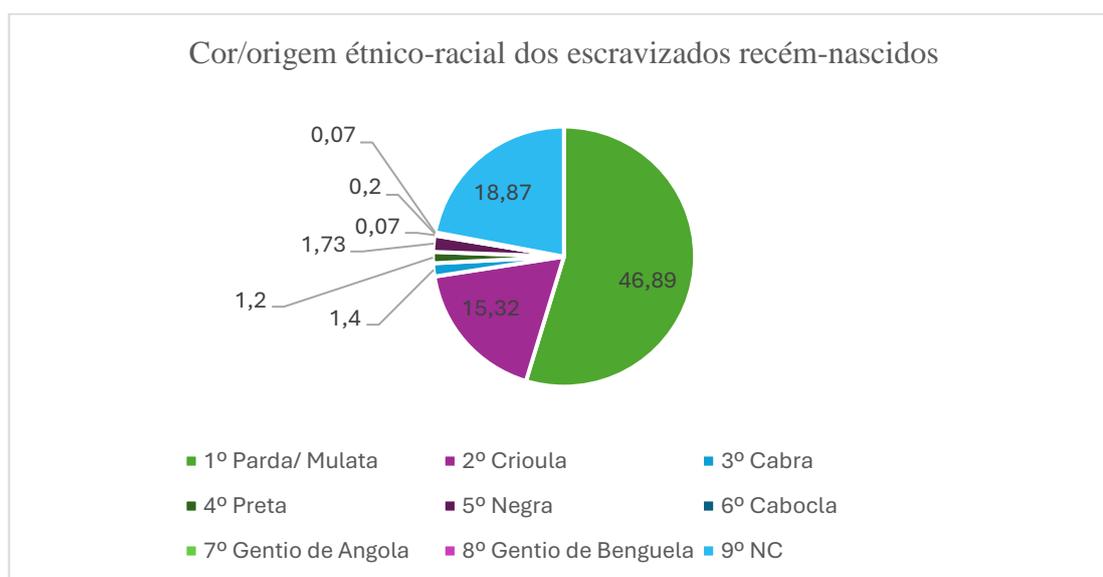
As crianças que tinham o nome de ambos os pais no registro somavam apenas 320, sendo que 316 desses pais tinham a condição de escravizados, 03 deles eram livres, mas, tiveram filhos com mulheres escravizadas, tendo em vista que nenhuma mulher na relação desse período tinha condição de liberdade, conforme apontado na tabela. Também, a partir dos dados, foi constatado a presença de um homem com a condição de forro.

As crianças da união de uma mãe cativa com um pai livre não nasciam com liberdade, mas tinham a mesma condição social da mãe, era também cativa do dono de sua mãe. Uma das marcas mais profundas da condição jurídica, principalmente durante o período escravista

³⁶ Os assentos de batismos citados foram utilizados a partir dos arquivos em tabelas em *Excel* elaborados pelo pesquisador Eduardo de Queiroz Cavalcante (2015) quando da realização de seu mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFPB e repassada ao professor Faustino Teatino Cavalcante Neto, líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ *Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Camponesa e Resistência no Cariri Paraibano* (NUCARIRI/UFCG/CDSA/UAEDUC), para fins de pesquisas.

brasileiro, foi a cor da pele, pois, caso uma pessoa fosse branca, era sinônimo de ser livre. No entanto, se tivesse uma pigmentação escura ou fruto de uma miscigenação entre africanos e europeus, era potencialmente escravizada. Neste caso, tem-se que a cor era utilizada como uma forma de validar a posição social dos indivíduos na sociedade.

GRÁFICO 2: Cor/Origem Étnico-Racial dos escravizados recém-nascidos, no período de 1850-1872.



Fonte: Gráfico elaborado com base na tabela 09 apresentada por CAVALCANTE, 2015, p.99³⁷.

As cores dos escravizados recém-batizados na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres variavam, conforme é possível observar no gráfico acima entre parda/mulata, preta, cabra, crioula, cabocla, gentio de Angola, gentio de Benguela e negra. Em maior proporção, havia nos registros as nomenclaturas pardas/mulatas, sendo um total de (46,89%), as pessoas denominadas crioulas constavam em (15,32%) dos registros e em (18,87%) não constava a cor da criança batizada. Em menor escala são os nascimentos de origem étnica gentio de benguela e cabocla com (0,07%) e gentio de Angola com apenas (0,02%) de crianças nascidas.

Esses dados vêm reforçar a hipótese da reprodução natural na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, tendo em vista o alto índice de pessoas pardas (46,8% de pardas e

³⁷ A tabela foi elaborada com Livros de Registro de Batismo 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres por CAVALCANTE, Eduardo Queiroz et al. Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano (São João do Cariri/1850-1872). 2015.

mulatas) sendo batizadas e a predominância do tipo de filiação natural (78,33%), em que no batismo não constava o nome paterno.

Mas, o que significa essas numerosas cores, se na realidade todos eles eram escravizados? O que diferenciava uma pessoa parda de crioula? Crioula de cabra? Cabra de mulata?

Não se sabe ao certo qual o critério que o pároco adotou para definir a cor da criança que estava sendo batizada. Acredita-se que muitas vezes, o pároco chegava a se confundir ao registrar a cor da criança, pois, de acordo com B. J. Barickman, (1999), a cor preta designava aquelas pessoas que teriam vindo da África. No entanto, 1,2% das crianças foram batizadas como pretas, mas na realidade estas deveriam ser batizadas como crioulas, uma vez que faziam parte da 1^o geração de africanos aqui no Brasil.

De acordo com Rocha (2009), no século XIX, o termo pardo ou mulato era utilizado para designar uma pessoa mestiça fruto de uma união existente entre um africano e/ou seus descendentes com um europeu e/ou seus descendentes. Karasch (2000) afirma que os senhores utilizavam o termo pardo para definir um mulato, uma pessoa de pais africanos e europeus, e os próprios pardos usavam-se para se distinguir dos crioulos e outros grupos racialmente mistos da cidade.

Dessa forma, os pardos procuravam se diferenciar dos crioulos e dos cabras (termo pejorativo para designar escravizados de raça mista), uma vez que na sociedade brasileira ter a cor parda representava estar mais perto da cor branca. Essa informação vem a ser confirmada se analisada as crianças forras na pia batismal. De um total de 18 crianças batizadas como forras, 16 delas possuíam a cor parda, apenas uma possuía a cor preta, outra crioula e uma era branca; em três registros não foi identificada a cor.

Sendo assim, a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres conta com uma quantidade expressiva de pessoas batizadas com a cor parda/mulata (46,89%), fruto do processo de miscigenação, ocorrida em terras brasileiras, não podendo esquecer que os cabras (1,40%) e caboclos (0,07%) também fazem parte desse processo de miscigenação. Esse mesmo fenômeno foi identificado por Rocha (2009) para três Freguesias: a de Nossa Senhora das Neves, a de Santa Rita e a de Nossa Senhora do Livramento, ao longo do período oitocentista.

Lima (2008) também identificou que um pouco mais de (50%) dos escravizados da Freguesia de Campina Grande foram identificados como pardos, de acordo com o censo de

1872. Silva (2010) observou para o município de Areia oitocentista um total de (41,1%) de escravizados pardos, levando em consideração as informações contidas no livro de escritura de escravizados. Constata-se, assim, a predominância de escravizados pardos na Província da Paraíba, em especial na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

Diante das combinações de cores, a tabela abaixo mostra a combinação de cores entre pai/mãe/filho(a) ou só mãe e filho ou filha.

TABELA 6: Combinação de cores entre pai, mãe e filho ou filha e entre mãe e filha ou filho na Vila de São João do Cariri (1850-1872)

| Cor (pai) | Cor (mãe) | Cor (filho ou filha) | Número | % |
|------------------|------------------|-----------------------------|---------------|---------------|
| Preta | Preta | Parda | 5 | 16,70% |
| Preta | Parda | Parda | 3 | 10 % |
| Parda | Parda | Parda | 2 | 6,7% |
| Preto | Preto | Criolo | 1 | 3,3% |
| NC | Cabra | Preta | 1 | 3,3% |
| NC | Criola | Parda | 4 | 13,3% |
| NC | Preta | Parda | 4 | 13,3% |
| NC | Preta | Preta | 1 | 3,3% |
| NC | Preta | Criola | 3 | 10% |
| NC | Parda | Parda | 5 | 16,70% |
| NC | Angola | Preta | 1 | 3,3% |
| Total | ----- | ----- | 30 | 100% |

Conforme a tabela, é possível inicialmente visualizar a falta de pais nos registros batismais, prática corriqueira no período, em que, embora 81,23% dos registros de batismo possuíssem a cor do escravizado recém batizado, a cor dos pais quase nunca aparecia. Em apenas 16 assentos consta a cor do pai, desse total, 14 foram identificados como pretos e quatro como pardos e só em 11 casos existiu a combinação de cores entre pai, mãe e filho ou filha.

Para as mães, identificou-se um percentual maior em relação à cor, fator esse que pode ser explicado pelo fato do nome da mãe está presente em praticamente todos os 1.519 registros batismais, embora não ocorresse o mesmo com a cor da pele delas, tendo em vista que em um espaço de 1519 registros, apenas 47 identificações da cor da pele das mães. Nesse universo, sendo 23 pretas, 17 pardas, 05 crioulas, 01 cabra e 01 Angola. Embora na combinação entre elas, pais e filhas ou filhas sejam só 30 as listadas.

A partir dos dados apresentados acima, NC geralmente é porque não consta a cor do pai ou porque não existe identificação paterna. Iniciando a tabela com os pais que compareceram temos a seguinte combinação de pai de cor preta e mãe de cor preta em cinco casos que foram geradas crianças de coloração parda, sendo uma miscigenação ocorrida em solo brasileiro e uma distinção utilizada para diferenciar de cabras ou crioulos. Um exemplo é o caso de Antonio e Maria, ambos identificados como pretos que eram pais de legítimos de Ritta parda, nascida em 17 de maio de 1855 e batizada em 27 de maio de 1855 na capela de São José das Pombas, atual município de Parari, por Paulino Villar dos Santos Barbosa³⁸.

Outra combinação anotada é a de pai com cor preta, mãe parda e criança parda e a mais homogênea que é a combinação em que todos são pardos. Há combinações em que só a mãe e a criança aparecem, e nessas se destaca a mãe identificada como cabra e a filha preta. Nota-se que em sua maioria as crianças, dentro das combinações com pai e mãe ou mãe, eram identificadas com a miscigenação parda ou crioula.

Diante das combinações apresentadas, da quantidade de nascimentos, período e todos os registros realizados até agora, ficou perceptível o número significativo de pais que não constam nos registros de batismo dos filhos e a formação das famílias escravizadas monoparentais.

3.4 FAMÍLIAS ESCRAVIZADAS MONOPARENTAIS

A família monoparental, ou seja, aquela em que a figura da mãe é presente nos registros paroquiais e os pais são ausentes foi predominante no sertão de São João do Cariri, foram mais de 70% dos registros embora em alguns poucos registros foi indicado o nome do pai mesmo não sendo casado com a mãe.

³⁸ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Assentos de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 299.

Contudo, isto não significa que essas relações consensuais não foram duradouras (ALVES, 2015, p.88).

A constatação acima apresentada dissertou sobre a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres no período de 1752-1816, porém é possível estendê-la pelo período de 1850-1872, em que compreende nossa pesquisa, tendo em vista que quase 80% dos registros não continham o nome paterno. A pesquisadora Alves (2015) fala sobre o fato de não ser possível afirmar que as relações consensuais não tenham sido duradouras. Isto, uma vez que a maioria dos pais que registravam seus filhos eram os que participaram do sacramento do casamento e, portanto, registravam as crianças anotadas como legítimas.

Mas, vivendo nas fazendas, provavelmente a criança conhecia e convivia com a figura paterna mesmo sendo registrada de forma natural, tendo em vista que foi muito corriqueiro a prática de relações consensuais naquele período, posto que, “as experiências apresentadas nos demonstram que os escravizados buscavam ter suas próprias vivências familiares mesmo não de acordo com os moldes religiosos”. (ALVES, 2015, p.89).

Logo, não podemos dizer que não houve família escravizada, pois algumas destas crianças batizadas só com a filiação materna podem ter tido a presença paterna, mas, também, ter crescido apenas no seio materno, o que caracterizava a filiação ou melhor a família como monoparental, conforme informações identificadas por Slenes (1999) para as pequenas e médias propriedades da região do sudeste cafeeiro.

Assim como a obra de Slenes (1999), também identificamos outros trabalhos que surgiram nesta perspectiva, para outras regiões do Brasil. Por exemplo, Isabel Reis (2001) destaca que a figura materna foi a mais constante na vida das crianças na Bahia imperial; já Santos (2004) verifica a presença de famílias monoparentais para a região de Sergipe. Semelhante a Santos (2004), também identificamos essas relações familiares de cunho monoparental para a Vila Real de São João do Cariri, característica das pequenas e grandes propriedades que eram compostas apenas por mulheres escravizadas e seus filhos.

No caso do período de 1850-1872, são crianças batizadas apenas pela mãe um total de 1.181, em um universo de 1.519, o que não significa que esse número representa o total de mães, uma vez que elas aparecem, muitas vezes, registrando mais de um filho, ou seja, um número bastante considerável, já que apenas (21,07%) dos registros possuíam o registro com o

nome paterno e o restante era uma filiação apenas materna, exceto em 18 casos que não constava nem o nome do pai e nem o da mãe da criança.

São muitas mães que registravam seus filhos sozinhas, logo é possível citar casos e nomes, como Theodora, mãe de Antonia, parda, nascida em 20 de abril de 1853 e batizada com 25 dias de nascida em 15 de maio de 1853, na capela de São José das Pombas, por Paulino Villar dos Santos Barbosa, as duas sendo escravizadas de Francisco Gonçalves Santos. Outro caso é o da escravizada Pantilha, de propriedade dos Orphãos de Baldoino Villar dos Santos Barbosa que era a mãe de Apolinario de cor parda, nascido em 13 de julho de 1871 e batizado com um mês e 29 dias do seu nascimento, no dia 12 de setembro de 1871, no Oratório Público da Carnaúba, atual município de Taperoá, por Paulino Villar dos Santos Barbosa³⁹.

As mães que formavam famílias monoparentais são multiplicadas. Luisa, Ignacia, Cecilia, Caetana, Rufina, Marcelina, Margarida e Josefa representam apenas mais algumas das inúmeras mães. É possível entender que a vida em família, apresentava vínculos ampliados

(...) para além da família conjugal, sacramentada pela Igreja, valorizando as relações consensuais e o parentesco espiritual. Esta última relação envolve, no mínimo, o estabelecimento de alianças entre duas famílias com o compromisso de proteção e respeito entre pessoas de mesmo status ou de diferentes condições econômicas, e ganham espaço também o grupo familiar composto pela criança e um membro (mãe ou pai), as denominadas famílias monoparentais (ROCHA, 2009, p. 38 e 39).

Tendo em vista o grupo das inúmeras famílias, tanto as consideradas nucleares, como também àquelas que eram monoparentais, enquanto sociabilidades e formas de sobrevivência,

(...) entendemos tais formações familiares – legitimadas e monoparentais – como forma de resistência ao sistema escravista. Resistência no sentido de afirmar sua humanidade e de criar sociabilidades afetivas como estratégia de uma melhor condição de sobrevivência no interior de um sistema opressor (ALVES, 2015, p. 89).

Sendo assim, embora existisse um número bastante significativo de famílias monoparentais, essas também foram chefiadas por mulheres que mesmo na condição de escravizadas constituíram formas de sobrevivência, tanto a partir dos laços sanguíneos existentes, como também entre as relações espirituais que ocorreram a partir da realização dos

³⁹ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Assentos de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linhas 168 e 1510.

sacramentos, sejam eles da confirmação ou crisma mais espontânea, e/ou principalmente, dos batismos, os quais relegavam para a criança padrinhos e madrinhas cativos ou livres.

3.5 PADRINHOS E MADRINHAS DOS ESCRAVIZADOS

O batismo, sacramento da Igreja Católica, era também um momento de iniciação ou de demonstração do senhor para com a sociedade de sua fé e crença “espalhada” para seus cativos. Estes, por sua vez, tinham o direito de escolher padrinhos para seus filhos ou para si próprios quando eram batizados já adultos. Os padrinhos seriam os fiadores “da fé do batizando”, uma nova família que “(...) tinha uma função considerada mais enaltecida e importante: a educação espiritual do batizando. Não obstante, essa segunda família também tinha uma função social, dada não pela Igreja, mas pela comunidade e pela tradição” (SOUZA, 2013, p.30).

Uma tradição que unia, geralmente, pais, crianças e padrinhos, os quais além de encaminharem os seus afilhados para uma vida cristã, também formavam “(...) uma relação de parentesco, proteção, apoio e respeito, que constituíam espaços de sociabilidade e solidariedade que não podiam ser quebrados, pois se formavam por um ato abençoado pela Igreja”. Isto, sendo “(...) uma tradição dos antigos que exercia força na mentalidade das gerações mais velhas. Desse modo, os compadres e afilhados estavam ligados por laços equivalentes aos consanguíneos: os laços espirituais” (Carvalho, 2020, p. 131).

Os laços formados entre os cativos e seus padrinhos e madrinhas era uma relação também “(...)entre compadres e comadres que, de acordo com os preceitos religiosos, tinham por obrigação respeitar o parentesco constituído ou reforçado a partir da Pia Batismal”. Diante dessa proteção, nascia também um pecado que abordava “(...) qualquer discussão, conflito ou relação íntima (amorosa ou sexual) entre os compadres” (Carvalho, 2020, p. 131-132).

Sendo assim, é imprescindível notar a magnitude da relação que era construída, os fortes laços de compadrio, os quais continuavam a existir mesmo com, por exemplo, a morte do afilhado; era realmente uma família nova adquirida em todos os sentidos que importam. Posto, que, “(...) tais laços também tinham uma dimensão social fora da estrutura da igreja. Podiam ser usados para reforçar laços de parentescos já existentes, ou solidificar relações com pessoas de classe social semelhante, ou estabelecer laços verticais com indivíduos socialmente desiguais” (SCHWARTZ, 2001, p.266).

No sentido de proteção, o apadrinhamento era importante, já que um cativo teria um novo parente para o socorrer nas dificuldades que aparecessem. “Ter padrinhos ou madrinhas livres foi uma possibilidade dos escravos de terem compadres ou comadres, devido ao tamanho dos planteis serem reduzidos. Isso conferia status e a possibilidade de ajuda nas lutas cotidianas e na obtenção da carta de alforria” (SANTOS, 2004, p. 111).

Apesar dessa função social, não é possível afirmar que esta ajuda por parte dos padrinhos para a obtenção de alforria tenha sido efetiva, embora, após o ato sacramentado, todos ficassem “(...) ligados por laços espirituais para sempre, perante a Igreja Católica e a sociedade cristã, padrinhos, criança e seus pais.” (SILVA, 2021, p. 132). Com relação a Villa Real de São João do Cariri, as relações de compadrio foram estabelecidas entre adultos, como no caso dos já citados, Antonio, Jacó e Luis, já adultos, mas, também, em um número quase unanime de crianças batizadas.

Os padrinhos eram peças fundamentais para a Igreja, mas, também, com relação a sociedade. Havia a possibilidade de escolha de algum membro considerado imprescindível na sociedade para ser o padrinho do seu filho, mesmo no caso de um cativo. Isto, dependendo também do seu senhor, posto que ele deveria autorizar tal batismo e o seu apadrinhamento, para não correr riscos.

TABELA 7: Distinção social de padrinhos e madrinhas dos escravizados da Vila Real de São João do Cariri (1850-1872)

| PADRINHOS | | |
|-------------------------|-------------------|-------------|
| Distinção Social | Quantidade | % |
| Doutor | 07 | 0,46% |
| Major | 02 | 0,13% |
| Reverendo | 01 | 0,06% |
| NC | 1466 | 98,06% |
| Ausentes | 19 | 1,27% |
| Total | 1495 | 100% |
| MADRINHAS | | |
| Distinção Social | Quantidade | % |

| | | |
|-----------------|-------------|---------------|
| Dona | 04 | 0,26% |
| NC | 1461 | 97,72% |
| Ausentes | 30 | 2,02% |
| Total | 1495 | 100% |

Tabela elaborada pela autora, com dados apresentados nas tabelas apresentadas por (CAVALCANTE, 2015, p. 91:98) Fonte: Livros de Registro de Batismo 1846-1853; 1853-1858;1858-1862; 1862-1863;1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba.⁴⁰.

Com relação a distinção social dos padrinhos e madrinhas é possível perceber que na maioria dos registros não consta a informação sobre padrinhos, em 98,06% dos casos, e sobre as madrinhas, em 97,72%. São registrados também algumas ausências nos registros, no caso de padrinhos 1,27% e no caso das madrinhas 2,02%, nomes que não aparecem. Com relação a distinção social registrada, no caso dos padrinhos, houve a constatação das distinções de Doutor, em 7 dos registros, Major, em 2, e Reverendo, em 1. Já com relação as madrinhas, 4 delas são destacadas como donas, dentre elas, uma era a esposa de um doutor e a outra a esposa do Reverendo, relações que constataam que a dona, para além de ser casada, o era com pessoas que possuíam distinção social, portanto a insígnia de dona era uma distinção social.

Como exemplo, citamos a Dona Benigna Ermilinda de Carvalho, que de acordo com FamilySearch, ela (1828-1878) era esposa de Doutor Francisco Felis Villar de Carvalho (1820-1909), cujo casamento ocorreu em 1855, gerando 8 filhos, ele foi deputado provincial por 8 legislaturas, (Mariz, 1987), tanto por causa do sobrenome em comum, como também pelos dois serem os padrinhos de Joaquim, filho legítimo de Jose e Luduvina, nascido em 06 de fevereiro de 1854 e batizado no dia 30 de abril de 1854, no Oratório Privado da Fazenda Carnaúba, atual município de Taperoá, pelo padre Paulino Villar dos Santos Barbosa. Os cativos citados, constando como propriedade do senhor Adeodato Villar de Carvalho, certamente um familiar do Doutor Francisco e, por esse motivo, sua escolha como padrinho do filho dos seus cativos que eram, inclusive, casados na Igreja e no intervalo de tempo de 1850 a 1872. Além de Joaquim, foram pais de mais três crianças, sendo elas: Quirino, nascido em 17 de agosto de

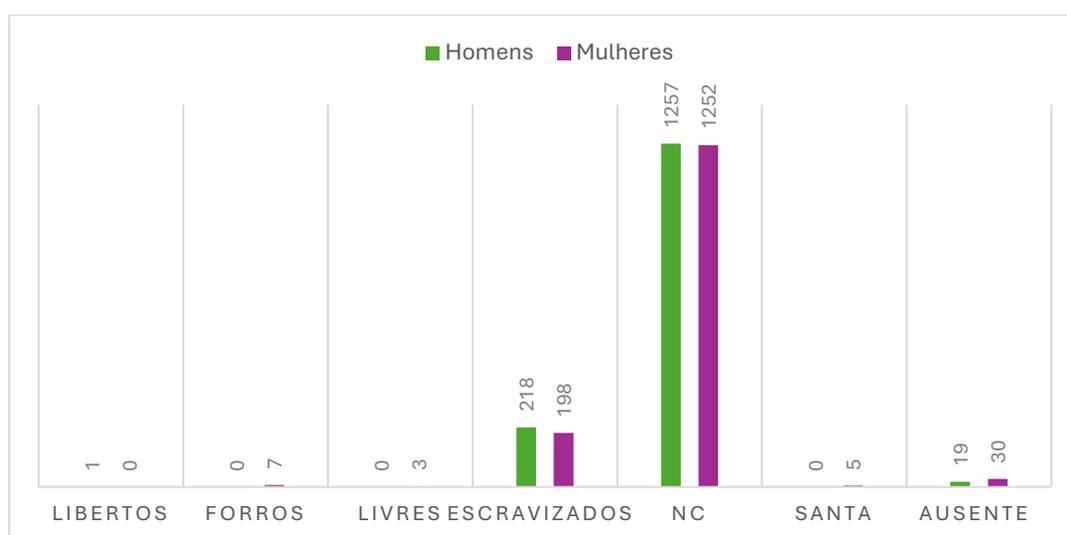
⁴⁰ Os assentos de batismos citados foram utilizados a partir dos arquivos em tabelas em Excel elaborados pelo pesquisador Eduardo de Queiroz Cavalcante (2015) quando da realização de seu mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFPB e repassada ao professor Faustino Teatino Cavalcante Neto, líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Camponesa e Resistência no Cariri Paraibano (NUCARIRI/UFCG/CDSA/UAEDUC), para fins de pesquisas.

1857 e batizado em 18 de outubro de 1857; Rita, nascida em 02 de janeiro de 1859 e batizada em 13 de fevereiro de 1859; e Ananias, nascido em 11 de fevereiro de 1870 e batizado em 17 de abril de 1970⁴¹.

Com relação a distinção de Major, temos o caso do recém-nascido Victorino, que veio ao mundo no dia 06 de novembro de 1868, filho legítimo de Francisco e Floriana, batizado pelo padre Alipio Emiliano Cordeiro da Cunha, na Capela de São José em 06 de dezembro de 1868, sendo ele propriedade do Doutor Francisco Aprigio de Vasconcellos Brandão e afilhado do Major Luis José Pereira da Cunha e da sua esposa Anna Joaquina do Espírito Santo⁴². Os exemplos citados possibilitam entendermos que, geralmente, um padrinho de distinção social era algum familiar do dono dos cativos ou alguém de seu convívio e apadrinhava, pelo menos nos dois casos apresentados e certamente em outros, os filhos legítimos, ou seja, aqueles frutos de casais que tinham recebido o sacramento do casamento, mesmo que fossem cativos.

As distinções sociais fizeram parte dos batismos de escravizados na Villa Real de São João do Cariri, mas não só isso, a condição social de padrinhos e madrinhas também é um ponto a ser discutido, conforme a possibilidade de visualizar no gráfico abaixo.

GRÁFICO 3: Condição jurídica de padrinhos e madrinhas dos escravizados da Vila de São João do Cariri (1850-1872)



⁴¹ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Assentos de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linhas 218, 466, 588 e 1414.

⁴² Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Assentos de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 1347.

Gráfico elaborado pela autora com base nos dados apresentados nas tabelas apresentadas por (Cavalcante, 2015, p.90;96). Fonte: Livros de Registro de Batismo 1846-1853; 1853-1858;1858-1862; 1862-1863;1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba.

A condição jurídica dos padrinhos e madrinhas, naquele período, em sua maioria, não constava. No caso dos padrinhos em 1257 registros, e no das madrinhas, em um total de 1252, em um universo de 1519 registros. Havia também registros com padrinhos e madrinhas ausentes, no caso dos padrinhos, em 19 registros, e das madrinhas, em um total de 30. No caso dos padrinhos, em 13 registros existia o nome da madrinha e nos outros 6 não constava o nome nem da madrinha e nem do padrinho. Esses casos aconteciam com “(...) crianças batizadas em casa por correrem perigo de vida” (CAVALCANTE, 2015, p. 90).

A frequência dos padrinhos no registro foi maior do que o das madrinhas, levando em consideração que no caso delas foram 30 registros de ausências, enquanto dos padrinhos o número foi menor, sendo 19. Apesar da Igreja Católica prever que todo batismo deveria ter os padrinhos, alguns casos excepcionais ocorriam, por isso as ausências. Para além das ausências, foram percebidos um liberto no caso dos homens e 3 livres no caso das madrinhas e computado o número de cinco madrinhas santas, as quais, segundo Cavalcante (2015), poderiam ser escolhidas por ser a santa da devoção das mães dos bebês ou por falta de uma madrinha, sendo uma forma encontrada para suprir a falta de madrinhas ou padrinhos.

As madrinhas ainda aparecem no gráfico em 7 casos como forras. Nos registros, os números apontam 198 madrinhas escravizadas e 218 padrinhos escravizados, números que apontam os apadrinhamentos que poderiam acontecer, tanto entre cativos e cativos como também entre livres e cativos, já que, nos casos em que não são computados a condição jurídica dos padrinhos e madrinhas, os maiores números, é possível entender que eles fossem livres.

Dentre os casos de apadrinhamento entre escravizadas e escravizados, podemos citar o caso de Matheus, filho legítimo de Vicente e Antônia, ambos propriedade de Gaspar Alves Bizerra, residente na atual sede do município de Santo André, nascido em 03 de setembro de 1851 e batizado no dia 28 de dezembro de 1851, na capela de São José das Pombas, atual município de Parari, sob as bênçãos do Padre Paulino Villar dos Santos Barbosa e apadrinhado pelo casal José e Joaquina, casados e escravizados de Clemente Alves Bizerra⁴³. Depreende-se

⁴³ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Assentos de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 61.

que os apadrinhamentos poderiam ser feitos a partir de escravizados de donos diferentes, provavelmente por causa de relações afetivas de amizade. Os escravizados, conforme observado em toda a pesquisa não possuíam sobrenome, apenas o nome de batismo, isso era também uma forma de os distinguir dos seus proprietários.

Distinção que acompanhava a liberdade, tendo em vista que o casal Pedro e Maria, ambos libertos ao apadrinharem na data de 04 de junho de 1863, no Oratório da Serra Branca com as bênçãos do Padre Alipio Emiliano Cordeiro da Cunha, o recém-nascido escravizado Antonio, que veio ao mundo no dia 25 de abril de 1863, sendo filho natural da escravizada Margarida, propriedade de Clementino da Costa Ramos e Ignacio da Costa Ramos⁴⁴, continuam no registro com apenas os seus nomes sem nenhum sobrenome.

As histórias se multiplicam, padrinhos e madrinhas cativos ou livres existiam em quantidade significativa, bebês nasciam com “famílias estratégicas”, laços familiares e laços espirituais que eram imprescindíveis para a sobrevivência cativa, tendo em vista que “(...) a constituição familiar e as sociabilidades firmadas no compadrio foram mecanismos de uma melhor sobrevivência em um sistema opressor como foi a escravidão” (ALVES, 2015, p.115). Existiram também outras formas de sociabilidade que eram mecanismos de sobrevivência dos cativos. Já que “(...) podiam-se estabelecer relações de compadrio de diversas maneiras: por intermédio de casamentos, crismas, ou mesmo em certas festividades” (SCHWARTZ, 2001, p.266).

3.6 A MORTE NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES

Os registros de vida nos fizeram conhecer uma realidade de relações de resistência de cativos, das famílias, assim como das mulheres que viviam como escravizadas e, muitas vezes, cuidavam sozinhas de seus filhos, uma batalha que um dia terminava, já que as vidas eram encerradas por meio da morte. Os dados obtidos, entre os anos de 1854 até 1872, na Villa Real de São João do Cariri, demonstram um total de 211 mortes, sendo 105 do sexo masculino e 106 do sexo feminino. A tabela a seguir aponta os dados da condição jurídica exposta naqueles registros de óbitos.

⁴⁴ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Assentos de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 945.

TABELA 8: Condição jurídica dos escravizados registrados nos óbitos da Vila Real de São João do Cariri (1854-1872)

| HOMENS | | MULHERES | |
|---------------------|------------|---------------------|------------|
| Libertos | 01 | Libertas | 02 |
| Escravizados | 104 | Escravizadas | 103 |
| NC | 0 | NC | 01 |
| Total | 105 | Total | 106 |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: Livros de Registro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres 1853-187, acervo Paróquia Matriz de Nossa Senhora dos Milagres.

A tabela acima apresenta a condição jurídica dos mortos entre os anos de 1854-1872. No caso dos homens, há um total de 01 liberto e 104 escravizados, dependendo da idade, uma força de trabalho e um “produto” importante perdido pelo senhor. Com relação as mulheres, uma delas não possui a condição jurídica especificada, duas delas eram libertas e 103 escravizadas, a maior quantidade registrada.

As cores e origem-étnica variavam, entre preta, cor predominante nos registros de óbito, porém, ainda foram vistos a partir dos registros, as cores: parda, africana, preta gentia de angola, mulata e preta africana. Como o caso de José, falecido aos 70 anos de quebradura e enterrado no cemitério da capela de Timbaúba, atual sede do município de Gurjão, em 15 de junho de 1870. Consta que ele era casado e era escravizado de Felis Gonçalves Lima⁴⁵. Sendo, uma perda para seu proprietário, mas, também, a constatação de que Jose viveu até uma idade considerável, tendo em vista os trabalhos a que deveria ser submetido.

Assim, também é possível observar o caso de Antonia, escravizada, que faleceu de febre aos 80 anos de idade e foi sepultada no cemitério das Pombas, atual sede do município de Parari, no dia 18 de fevereiro de 1860, consta que ela foi envolta em hábito branco e era propriedade de Luis da Costa Villar⁴⁶. A pessoa mais velha encontrada nesses registros de morte foi Ignacia cujo seu falecimento ocorreu aos 100 anos de idade e foi enterrada no cemitério de Caraúba,

⁴⁵ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Livros de óbito da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 197.

⁴⁶ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Livros de óbito da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 104.

sede do atual município de Caraúbas, em 08 de maio de 1869⁴⁷. Mas, esses são casos pontuais, tendo em vista que a maioria das mortes ocorria com os recém-nascidos.

Conforme cita Cavalcante (2015), as mortes entre o nascimento e o primeiro ano de idade das crianças era comum e as possíveis causas eram difluxe, vômitos, espasmos, indigestão, cólera, estupor, doenças causadas por epidemias ou pela má alimentação a que eram submetidas. Somam-se, nessa faixa etária, para a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, 61 mortes, sendo 28 do sexo feminino e 33 do sexo masculino.

A quantidade de mortes era alta para essa a faixa etária, portanto era um desafio alcançar a idade adulta, era uma possibilidade se a criança conseguisse passar do primeiro ano e chegar pelo menos aos 10 anos de idade, momento em que existiu uma diminuição no número de mortes. Como exemplo das crianças falecidas antes de completar um ano de idade, é possível citar o caso de João, falecido com dois dias de nascido, filho natural de Silveria, tendo por causa da morte espasmos, foi enterrado no dia 18 de maio de 1855, na Igreja Matriz de São João de Grade abaixo, era escravizado de Luis Antonio Villa Secca⁴⁸.

Todas as faixas etárias computaram mortes nesse período, conforme possível observar na análise a seguir empreendida por Cavalcante, (2015, p. 140) e organizado pela autora na tabela a seguir.

TABELA 9: Faixa etária dos escravizados mortos da Vila Real de São João do Cariri (1854-1872)

| FAIXA ETÁRIA | HOMENS | MULHERES | TOTAL |
|---------------------|---------------|-----------------|--------------|
| 0 A 1 ANO | 33 | 28 | 61 |
| 1 A 9 ANOS | 10 | 14 | 24 |
| 10 A 19 ANOS | 8 | 8 | 16 |
| 20 A 29 ANOS | 7 | 9 | 16 |
| 30 A 39 ANOS | 9 | 8 | 17 |
| 40 A 49 ANOS | 6 | 13 | 19 |

⁴⁷ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Livros de óbito da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 190.

⁴⁸ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Livros de óbito da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 13.

| | | | |
|--------------------------|-----|-----|-----|
| 60 A 69 ANOS | 10 | 7 | 17 |
| 60 A 69 ANOS | 10 | 7 | 17 |
| 70 A 79 ANOS | 2 | 2 | 4 |
| 80 A 89 ANOS | 2 | 2 | 4 |
| 90 A 99 ANOS | 2 | 2 | 4 |
| 100 ANOS | 1 | - | 1 |
| NÃO IDENTIFICADOS | - | - | 11 |
| TOTAL | 100 | 100 | 211 |

Tabela elaborada pela autora, através dos dados da pesquisa de Cavalcante.

O panorama apresentado acima demonstra as mortes por faixa etária, pontuando que as crianças morriam em maior quantidade e após elas a faixa de 0 a 1 ano foi a que mais perdeu escravizados para a morte. Já, com relação a idade produtiva dos 30 a 39 anos, foram computados 17 casos, quase os 16 casos registrados para a idade dos 20 a 29 anos, as duas faixas etárias não tão ceifadoras em relação as crianças. Podemos citar dentro os falecidos, na faixa dos 20 a 29 anos, a morte por cólera, já citado neste trabalho, por suas epidemias nacionais, o caso acometeu Manoel que tinha 25 anos de idade e foi sepultado no dia 21 de março de 1856 no Cemitério da Igreja Matriz de São João, era escravizado de Antonio José de Barros⁴⁹. Mas, não só Manoel faleceu de cólera, nos registros de óbitos há um número considerável de registros, muitos deles escravizados de Amaro da Costa Romeu e de uma série de outros senhores.

Na faixa etária entre os 30 e 39 anos, podemos citar o caso de Leonardo, falecido aos 35 anos de idade também de cólera, sendo enterrado no mato em 20 de março de 1856, sem os sacramentos, por não ter dado tempo de realizar nenhum, ele era escravizado de Domingos da Costa Ramos⁵⁰. Um caso que também ocorreu com Delfina que falecida aos 13 anos de idade

⁴⁹ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Livros de óbito da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 26.

⁵⁰ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Livros de óbito da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 66.

também por cólera, foi enterrada no mato, sem encomendações e era escravizada de Agostinho Nogueira de Carvalho⁵¹.

Casos de mortes por outros motivos também foram relatados, espasmos, moléstias crônicas, indigestão, câmaras de sangue, mordidura de cobra, dor, paralisia, estupor, tumor, parto, sarampo, inflamação, afogado. Uma série de causas de mortes foram elencadas, sendo uma dessas o suicídio. Este nos registros foi cometido por Catharina, que tinha 22 anos e foi enterrada no mato, no dia 08 de junho de 1858, era escravizada de Fortunato de Almeida Pires⁵².

As mortes dos escravizados ocorreram em maior quantidade entre as crianças, quando estas conseguiam chegar à vida adulta a morte era mais difícil. As cores das peles dos mortos variavam muito, assim como as formas de morrer, seja de doenças ou de outras causas a morte, chegou, em alguns casos, em idades bem avançadas como os 100 anos de Ignacia ou os 80 anos de Antonia, em outros com meses de nascimento ou até dias. Muitas foram as situações a que os escravizados foram submetidos e muita força eles tiveram para resistir e sobreviver. As mulheres, em especial, nesta pesquisa conseguiram resistir até 100 anos e no próximo capítulo veremos que, diante das adversidades, foram resistência.

4 ENTRE CORRENTES E CORAGEM: A VIDA DAS MULHERES ESCRAVIZADAS NO INTERIOR DO CARIRI PARAIBANO

Conforme já abordado neste trabalho, a história da população negra no Brasil vem sendo, ao longo do tempo, explorada por historiadores em diferentes aspectos, seja tratando da realidade social dos escravizados, dos seus papéis dentro do contexto da escravização. Nesse sentido, a historiografia já possui grandes contribuições como as de Rocha (2001) e Lima (2009), entre outros.

Diversos pesquisadores já se debruçaram sobre o tema, mas não tantos buscaram pontuar a especificidade da mulher negra escravizada, sendo este um exercício difícil, mas que parte da atualidade e daquilo que é possível enxergar no contexto atual. Como coloca Lélia Gonzalez (1980),

⁵¹ Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Livros de óbito da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 65.

⁵² Tabela do Excel elaborada por Eduardo de Queiroz Cavalcante com os Livros de óbito da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres linha 82.

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). Após “adiantar” os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isso sem contar quando tem de acordar mais cedo (três ou quatro horas da “manhã”) para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar de algum filho doente; ou então quando tem de ir às “reuniões de pais” nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas “psicológicos” de seus filhos, que apresentam um comportamento “desajustado” que os torna “dispersivos” ou incapazes de “bom rendimento escolar”. (GONZALEZ,1980, p.51).

Embora esta colocação tenha sido feita no início da década de 1980, há nela uma profunda interação com o que era enxergado as escritoras russa e alemã, respectivamente, Alexandra Kollontai e Clara Zetkin, nelas é possível observar a preocupação com as mulheres proletárias com quem buscavam dialogar para a realização de mudanças na sociedade soviética. Aqui vemos uma mulher negra que observa como a sociedade brasileira passou a tratar as mulheres negras, tendo em sua história sido o último país a proibir a escravização em seu território.

Nesse sentido, falar da mulher escravizada em um período que foi de extrema opressão à população negra é atravessar o universo de quem viveu a experiência de ter tido sua identidade invisibilizada, de ter sido submetida à violência, mas, também, de conseguir destacar suas ações de resistência ao sistema. Estudos voltados para a mulher escravizada vêm oferecendo discussões e recuperando paulatinamente a vida de mulheres que foram por muito tempo esquecidas.

No território paraibano é possível encontrar essas mulheres definindo seu espaço através de sua identidade, resistindo e, conseqüentemente, mudando a sua vida, sendo assim agentes de sua história, marcando com sua “digital” a sociedade. É possível observá-las em diferentes segmentos da sociedade, como é colocado por Rocha (2001). Nesse sentido, a religião foi muito

utilizada como refúgio, como um lugar para a construção de laços afetivos, de amor, respeito e solidariedade, como destacamos no capítulo anterior, ao analisamos a documentação eclesiástica.

Com essa intenção, há a necessidade de que as experiências das mulheres negras escravizadas sejam contadas, ao passo que buscamos escrever uma história da escravização, pois, é conhecendo as suas estratégias de sobrevivência que poderemos vislumbrar a história das mulheres como um todo e poderemos realizar uma crítica sobre a escrita da história.

Por isso, ao analisarmos os processos crimes a seguir, teremos, sobretudo, a inquietação de entender como estas mulheres se manifestaram em relação ao sistema escravista, entendendo e compreendendo as suas resistências ou a maneira como buscaram conquistar a sua liberdade.

É preciso, nesse sentido, de que se realize uma tentativa de se compreender, com rigor, as incertezas que atravessam a experiência das mulheres negras, sendo escravizadas ou libertas, dentro de um contexto social que as oprimia. Tendo como ponto de partida a participação dessas mulheres em uma sociedade escravista possuía demandas específicas e maneiras próprias de sobreviver em, devido as suas condições dentro daquele quadro social.

Estas mulheres possuíam percepção da sua realidade e é desse pressuposto que analisaremos as suas ações, pois, elas eram capazes de perceberem as nuances sociais que permeavam seu contexto social. Essa perspectiva de trabalho fará com que seja permitido observarmos esses sujeitos históricos a partir de suas lógicas de resistências. Com isso, veremos que, as fugas, suicídios e assassinatos podem ser observados como uma forma das escravizadas se colocarem de forma ativa em relação ao sistema escravista.

Com isso, ao resistir ao sistema, as mulheres negras buscavam conquistar a sua liberdade, esta era uma maneira de contestar uma relação de poder que existia com os escravistas. Nesse sentido, elas agiam de acordo com suas lógicas, transformando todo tipo de resistência em uma maneira de produzir liberdade e, de acordo com suas experiências, revelam-se as suas particularidades, pois as experiências vividas pelas mulheres escravizadas são as mais diversas possíveis, a resistência nesse sentido possuía características bem particulares.

Em seu livro clássico, “Campos da Violência” Silvia Lara (1988), traz uma reflexão sobre os deveres dos senhores com os seus escravizados, mesmo que se tratando do período colonial. Em suas reflexões sobre a temática é possível observar que os senhores possuíam a atribuição de vestir e alimentar de maneira adequada, isso não quer dizer que seriam os

melhores alimentos, mas o suficiente para que fosse mantida a sua força de trabalho, teria também o dever de os instruir sobre a religião católica e, por fim, o dever de castigá-los moderadamente, ao passo que esses faltassem alguma tarefa ou cometesse algum delito, tendo esse castigo o único fim de discipliná-los.

Ao passo que a infração cometida por um escravizado fosse tão grave que o castigo moderado não surtisse efeito, o senhor deveria recorrer à justiça para que fosse aplicada as devidas correções, pois, estes castigos não poderiam passar do tom, para que se evitasse fugas, suicídio ou vingança. Um ponto a se destacar sobre isso é que, mesmo que este mecanismo jurídico tenha sido elaborado e pensado para os senhores, é possível perceber que os excessos por vezes eram contestados pelos escravizados, afinal estes indivíduos tinham sua própria percepção sobre os castigos e sua aplicação.

Tendo em vista esses pontos sobre as mulheres escravizadas, sobre as suas famílias e tudo aquilo em que elas estão envoltas, vamos adentrar os processos crimes que encontramos em que conseguimos observar as questões de resistência e agência de cada uma dessas três mulheres.

4.1 MULATA IGNÁCIA⁵³: ASSASSINATO E VINGANÇA (1853).

No ano de 1853, mais especificamente no dia dezenove de abril há o registro de um assassinato, ocorrido na Fazenda Cachoeira, no termo que foi lavrado pelo escrivão, Thomas José da Silva Lisboa, na Villa de Sam João, por meio do qual temos conhecimento que fora morta a Senhora Lima Maria de Jesus, esposa de Galdino Honorio de Messias.

Para fins de localização, no relatório do Capitão-mor Clemente Amorim de Souza, de 1757, há o registro de três fazendas com o nome de Cachoeira: uma às margens do Rio Paraíba, no atual município de Camalaú, e duas às margens do Rio Travessia/Taperoá, uma no atual município de Cabaceiras e uma no atual município de São João do Cariri.

Nesse processo crime que analisamos há a menção ao lugar de São Gonçalo, no relatório de 1757, havia dois locais assim denominados: um no atual município de São José dos Cordeiros e um no atual município de Gurjão. Levando em consideração a menor distância entre os dois locais, levantamos a hipótese de se tratar da Fazenda Cachoeira, do atual município de São João do Cariri, e da fazenda São Gonçalo, do atual município de Gurjão.

Neste processo crime, conseguimos ter acesso ao auto de corpo de delito que fora feito no local em que ocorreu o assassinato, ou seja, na casa de Lima Maria de Jesus, na fazenda Cachoeira.

A seguir está a transcrição fiel de parte do documento

Depois de fazerem as precisas observações declaram que a dita assassinada se achava com um talho no alto da cabeça com o comprimento de duas polegadas partindo o casco da cabeça e no mesmo lugar estava afundada, tendo ainda outro talho com a mesma extensão logo acima do olho indo até os pés do cabelo e que estes ferimentos fora feitos com **cacete** ou outro instrumento. Mais que achava-se o dito cadáver com ferimentos abaixo do queixo inferior de hum e outro lado do pescoço com intenção de huma polegada cada hum e com pouca profundidade parecendo haver sido feito com faca. Observarão mais haver sobre o peito muitas contusões negras que não podiam distinguir uma das outras e que lhes parecia serem feitos com **bordoadas** e que ditados estes ferimentos e contusões proferia na morte da infeliz. (grifos nossos)

⁵³ Processo Crime Contra a Mulata Ignácia escravizada de Galdino Honorio de Messias, hoje sobre a custódia da Comarca de Serra Branca - PB, sob a custódia do Tribunal de Justiça da Paraíba e digitalizado pelo Arquivo Digital disponibilizado pela British Library que realizou um projeto para a digitalização de arquivos históricos que possuem ameaças de perdas e que junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em João Pessoa, Paraíba, Brasil e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) realizaram toda a digitalização dos arquivos como também a sua organização realizando assim a criação de um arquivo digital de registros criminais e notariais dos séculos XVIII e XIX em Mamanguape, São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brasil (EAP853).

Diante disso é possível observar a profunda violência que ocorreu nesta fazenda. Logo em seguida a este retrato de como foi encontrada a Senhora, há um total de nove testemunhas que ao longo de seus depoimentos revelam que o crime haveria de ter sido realizado por uma das escravizadas de Galdino Honorio de Messias. O primeiro a trazer o seu depoimento é José Gomes Mimô que era branco, criador de gado e tinha seus 44 anos, em seu relato ele conta que soube do ocorrido na estrada e que tal atentado teria acontecido enquanto a Senhora estava dormindo, sem que pudesse haver defesa. Outro ponto mencionado pela testemunha, a se destacar aqui é que o Senhor Galdino não estava presente na fazenda. O que pode nos dar o senso de estratégia utilizada por Ignácia, que, ao que o texto dos autos indica, se rebelou em um momento em que parecia ser propício, no qual o sucesso parecia mais palpável.

Segundo aquilo que é colocado por José Gomes Mimô, ainda no dia seguinte se dirigiu a casa de Galdino Honorio de Messias e a senhora Lima estava viva e o que se falava entre os presentes era que a escravizada haveria batido na senhora com várias cacetadas com uma mão de pilão e duas facadas lhe foram dadas na goela, para além disso, havia ferimentos feitos por facas em seu rosto, tendo a senhora Lima falecido após cinco dias.

A segunda testemunha é José Alves de Abreo, homem branco, casado e vaqueiro, com 50 anos. Em seu depoimento ele diz que

(...) estando em sua casa no dia dezenove de Abril próximo passado, as oito horas do dia viu chegar hum menino filho de José de Messias e que a escrava deste havia assassinado a Senhora e forão até ao lugar que a dita escrava havia assassinado a senhora e chegando a casa do dito Galdino, ahi achou a infelis Lima Maria de Jesus **já sem fala e com um talho no rosto e humos cacetados na cabeça e outros pelo corpo mais huma facada na goela** e a depois disso retirou-se elle testemunha indo depois ouviu dizer que a dita Senhora Lima ABORTARA ANTES DE ESPIRAR e que falecera a cabo de cinco dias. **Disse mais a testemunha que he publica que quem cometeo o assassínio foi a dita mulata Ignacia, Escrava da dita Senhora a infelis Lima Maria de Jesus.** (grifos nossos).

Vemos que a Mulata Ignácia, como aparece na documentação, agiu com uma das formas mais extremas de resistência a escravização, que era os assassinatos como é colocado por Mott (1988). Os meios para tais assassinatos eram diversos, o uso de instrumentos de trabalho, envenenamentos, faca, mão de pilão, golpes de machados, como os meios que foram descritos para o assassinato da senhora Lima Maria de Jesus, como a autora exemplifica em seu trabalho

Em 1856, naquela cidade mineira, as escravas Peregrina, Jesuína, Luzia e Tecla assassinaram, com golpes de machado e mão de pilão, sua senhora dona Maria do Carmo Pinto Teixeira, esposa de um brigadeiro, homem de prestígio da sociedade local. A vítima não era tida como das mais benevolentes no trato das escravas. (MOTT, 1988, p.34)

Vemos a partir da citação acima que se rebelar contra seu senhor foi algo que ocorreu em diferentes locais do Brasil e no interior no Cariri paraibano não parece ter sido diferente. Temos aqui um exemplo encontrado em meio a documentação da época.

Mais uma testemunha a depor é o tio de Lima Maria de Jesus, Manoel Gouvêa Souza, senhor de 77 anos, branco e casado. Ele relata que estava em sua casa e que chegaram com a notícia de que haviam assassinado a sua sobrinha, ele, nesse momento, montou ao seu cavalo e dirigiu-se a fazenda da sobrinha. Lá ainda a encontrou com vida, mas muito machucada e foi informado de que tal ato teria sido realizado por Ignácia Cabra.

Outra testemunha que traz ainda mais detalhes sobre o posicionamento da escravizada é Manoel Leonardo da Cunha, homem branco, vaqueiro de 39 anos, que disse:

(...) a Escrava Ignácia espancara rigorosamente com huma mão de pilão a sua senhora Lima Maria de Jesus não estando em casa o marido da infelis, e ao depois de ter feito o espancamento e **quebradolhe o crânio de maneira que entrara os cabelos pela mesma quebradeira** e tendo a dita escrava considerado como se morta e disse a cativa que desejava acabar de matar a sua senhora daí deulhes um talhos na garganta dois talhos que sangrando informarão a elle testemunha pareceu ter querido a dita escrava **degola-la** o que não conseguiu talvez pelo mau estado dos instrumentos em que se achava com que fez os dictos ferimentos. (grifos nossos)

Nesse testemunho é possível observar como a ação da escravizada parece ser de revolta e vingança contra sua senhora e que essa só pararia seu ato após a morte da senhora. Levando em considerado o que é colocado por Pinsky (2009), a ação de assassinar o senhor muitas das vezes não é planejada, mas fruto de revolta por alguma ação que lhe foi infligida naquele momento. Infelizmente, não há documentação conhecida que nos apresente os antecedentes destes acontecimentos.

Um dos pontos interessantes desse processo crime é que este ao ser concluído e certificado de que a autora do crime contra a Senhora Dona Lima Maria de Jesus foi a chamada Mulata Ignácia, que é designada, parda e cabra pelos autos, é decretada a sua prisão, de acordo com o art. 1º da lei de 1º de junho de 1835. Como é colocado por Mattoso

O escravo que assassina é sempre condenado a morte, e isto até 1876, quando a pena de morte foi totalmente abolida no Brasil. A historiografia brasileira, como as complicações de leis, acentua o problema: os senhores jamais se sentem em segurança e, quando se julgam ao abrigo de violências individuais ou coletivas, mesmo assim tremem de medo do veneno que pode ser administrado em pequenas doses e alguns dos quais, bem conhecidos, provocam uma astenia fatal. (MATTOSO, 1990, p.156)

Entretanto, o processo foi reaberto em 1º de outubro de 1853, no qual novamente as testemunhas são intimadas e José Alves de Abreo, segunda testemunha a depor no primeiro momento, apresenta em seu depoimento novas circunstâncias. Nesse momento ele traz que Ignácia havia saído correndo após assassinar sua senhora, entretanto, relata que não saberia do paradeiro desta, que, após isso, não teria tido contato com ela.

Já a segunda testemunha Antonio Felipe de Oliveira, branco e vaqueiro diz que a Mulata Ignácia teria sido morta, ainda no mês de abril, mas que não saberia dizer como esta teria sido assassinada, mas que o principal suspeito seria João de Tal, um homem que não conhecia, mas que havia ouvido falar que teria fugido após cometer o ato.

É no relato de José (?) de Oliveira Lima, branco, casado, que vivia de negócios e que tinha 24 anos, que temos algo mais concreto acerca do acontecido. Ao ser perguntado sobre os dois assassinatos ele prontamente respondeu:

disse que sabe porque no dia 20 do mes de Abril ele testemunha se fora despedir o caboclo João de tal que se achava no lugar Sam Gonçalo e que elle testemunha perguntando qual o motivo de sua retirada o que lhe dissera a elle testemunha já bem poderia saber que **elle fora quem matara a Cabra Ignacia porque ele achara a dita Cabra Ignacia matando a sua senhora e que por isso se retirava**, e sendo mais perguntado pelo juis se sabia do paradeiro do dito João de quem se tratava fizera dita morte, disse que não ouvira dizer se havia sido mandado por alguém e sem que o caboclo João de quem se trata residia em casa da infeliz ouvindo pela noite huns gritos acudira, e que nesta ocasião fora que matara dita Cabra por achar matando a senhora e mais não disse assignando o seu juramento. (grifos nossos)

Já José Garcia de Souza, homem pardo de 37 anos e vaqueiro, em seu depoimento confirma a história de que João de Tal haveria matado a Mulata Ignácia. Ele relata já ser público tal acontecimento e indica que

Disse que não ouvira dizer que fora mandado por pessoa alguma e sim supunha ter sido esta **deliberação nascida do dicto Caboclo João de Tal porque ainda não ouvira tratar que pessoa alguma mandasse fazer dita morte**, sim na pessoa do dito João que elle o conhecia de vista e não como amizade. (grifos nossos)

Ignácio Ferreira Baptista, pardo casado, com 22 anos e vaqueiro, disse

(...) que João de Tal, cabloco achando-se na casa da finada Lima, na noite que fora ella assassinada houviра huns gritos e que aproximando-se para o local dos gritos achara quase morta com umas facadas e que saindo no mesmo instante em seguimento da Cabra Ignacia, para quem atribuiра semelhante atentado a podera conseguir onde a matara.

Ao ser perguntado se saberia de mais detalhes acerca do atentado à Mulata Ignacia e se teria informações de mais pessoas envolvida em sua morte ele respondeu que

Disse que não sabia com que fora morta porque logo depois de semelhante atentado dito Caboclo João se evadira, e elle testemunha não mais se avistara com elle, e que não tem houvido tratar que pessoa alguma mais tivesse parte em dita morte a exceção desta de quem elle testemunha depunha.

Esse relato é reafirmado por mais uma testemunha, Antonio Barreto de Melo, de 32 anos e que sobrevivia com o ofício de alfaiate. Ele conta que João de Tal estaria na casa de Lima e ao encontrá-la ferida seguiu em perseguição a escravizada que fugia pelo cercado, e que não poderia dar mais detalhes, pois, não havia encontrado mais o caboclo João de Tal.

João de tal, ao que indica o processo, seria um homem livre cabloco que ao presenciar o ocorrido resolveu vingar a senhora Lima, entretanto, levantamos a hipótese de que esse poderia ser um capanga, pistoleira ou feitor, profissão que é comum aos fazendeiros dos sertões e que a morte da escravizada Ignácia tenha sido encomendada, pelo seu senhor, mas infelizmente, não há registros que possam confirmar esta hipótese.

Outro ponto a se destacar desse processo crime é que a maioria de seus depoentes eram brancos, tendo um total de dez homens brancos e apenas três homens de cor parda, o que pode nos indicar uma posição social destes, tendo em vista que os depoentes pardos só falaram sobre o cabloco João de tal e o assassinato que esse cometeu contra a Mulata Ignácia.

João de Tal, fora condenado, entretanto, não foi possível encontrar mais informações se a pena foi cumprida, pois ele termina o processo foragido. Dessa forma, é interessante observar que

É muito difícil saber se a criminalidade é mais difundida na população escrava ou na livre: os raros estudos que possuímos são pouco convincentes; mas parece que a taxa de criminalidade é menos elevada entre os escravos do que no resto da população, certamente devido á estreita vigilância e ao enquadramento severo que caracterizam o sistema escravista. (MATTOSO, 1990, p.157)

A Mulata Ignácia, mesmo estando morta durante o processo que apurava o assassinato feito a sua senhora, foi duramente condenada e o homem que retirou a sua vida, até onde conhecemos não teve sua pena cumprida, mesmo que o código penal brasileiro da época trouxesse penas para aqueles que em seus castigos passasse do ponto com os escravizados.

Tivemos o interesse em buscar em meio aos registros de batismos e óbitos e também nos inventários mais informações sobre o casal de senhores da fazenda Cachoeira e da sua escravizada Ignácia, mas, infelizmente não obtivemos sucesso.

4.2 O ABISMO DA DOR: PRETA MARIA E A TRAGÉDIA DOS SEUS FILHOS (1852).⁵⁴

Preta Maria, escrava de Narcizio Pereira de Castro, mãe de quatro crianças, que também eram escravizadas, natural de Angola, não tinha conhecimento de quem eram os seus pais e nem quantos anos de vida completaria no ano de 1852. É interessante notar que ao ser denominada natural de Angola, se abre a possibilidade de ter entrado no Brasil após a Lei de 1831, que decretava que “todos os escravos que entram no Brasil vindos de fora ficam automaticamente livre”, infelizmente ao pesquisar nos batismos, óbitos e inventários, não conseguimos mais informações relativas à naturalidade e nem a idade da escravizada.

⁵⁴ Processo Crime pelas mortes feitas em quatro escravinhos (menores) de Narcizio Pereira de Castro, Processo Crime, Processo Crime contra Isaias Pereira de Souza, Hoje sobre a custódia da Comarca de Serra Branca - PB, sob a custódia do Tribunal de Justiça da Paraíba e digitalizado pelo Arquivo Digital disponibilizado pela British Library que realizou um projeto para a digitalização de arquivos históricos que possuem ameaças de percas e que junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em João Pessoa, Paraíba, Brasil e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) realizaram toda a digitalização dos arquivos como também a sua organização realizando assim a criação de um arquivo digital de registros criminais e notariais dos séculos XVIII e XIX em Mamanguape, São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brasil (EAP853).

Seus filhos eram quatro crianças, Rozario de seis anos, Maria que tinha quatro anos, Salustiano com três anos e Felix que ainda não havia completado seu primeiro ano, tendo apenas seis meses, estes eram, como ela mesmo chamou, os seus “moleques”.

Em uma quinta-feira, dia 12 de agosto do ano de 1852, que estes teriam a liberdade sonhada por vossa mãe, no processo crime aqui analisado. Começamos pela fala da primeira testemunha que é José Francisco de Farias, homem branco, solteiro que possuía 21 anos, morador do Poço das Pedras, atual município de São João do Cariri. Em seu relato ele afirma que encontrou Maria e perguntou o porquê de estar molhada e esta de pronto lhe respondeu estar procurando os “moleques” e se evadiu rapidamente.

Em seguida a isso, quando não conseguiu mais acompanhá-la, ele afirma ter encontrado todos eles mortos dentro do lago, menos Felix, que encontrou morto em uma rede em que, segundo a testemunha, o pequeno escravinho estava “com as mãos postas e os dedos incruzados, com os punhos das mãos amarrados com um cordão”. José Antonio Correa, José Antonio, branco, casado, morador também do Poço das Pedras, 27 anos de idade, agricultor foi a segunda testemunha a depor, e confirma a história que foi dita por José Francisco e complementa-a

(...) e dentro do rio atrás de caza estavam três escravinhos do dito Narcizio mortos **ao pé de um lago, que podia ter de fundura um palmo**, todos molhados e que pelos vestígios que ele viu deviam ser indícios de que os ditos escravinhos haviam sido assassinados, afogados por estar a água baldeada naquele lugar muito pisado e que Narcizio lhe dissera, que tinha os achados mortos dentro d'agua e que haviam sido assassinados por aquella maneira por uma sua escrava, mãe das mesmas de nome Maria, que as havia chamado ocultamente para aquele lago onde tinha de costume (----) com elas e as afogaram e depois de ter cometido o delicto voltara para casa desconfiada e molhada toda a roupa até o tronco do corpo, e perguntando-lhe por que havia se molhado respondeu já correndo, que já de volta e que andava a procura dos moleques que se haviam sumido e da mesma escrava se evadira tanto que o senhor não pode mais alcança-la, e que procurando-se um pequeno de nome Felix de seis meses de idade pouco mais ou menos filho também da dicta escrava, achava-se morto dentro de uma rede morto com as mãos postas, os dedos encruzados e com os pulhos amarrados com um cordão, coberto com uma troucha de roupa da mesma escrava cujo escravinho ele tertemunha ter visto morto. Disse a testemunha que conhece a escrava e até o rastro da mesma e que no lugar do delicto viu e conheceu o rosto da escrava e que rastejava mais o senhor da mesma até a noite daquele dia tarde e não poderam alcança-la e que a mais velha dos três que forão mortas afogados havia chamado de Rozario com idade de cinco a seis annos, outra menor de nome Maria com idade de quatro annos, pouco mais ou menos, e Salustiano de três annos ou pouco menos. Disse mais que a mencionada escrava é bem preta, de Nação Angola. **Disse que elle tertemunha afirmou que a dita escrava era bem tratada pelos seus senhores** assim encerrando e assignado o seu juramento. (grifos meus)

A partir de ler o depoimento das primeiras testemunhas, é interessante notar como ele, faz questão de mostrar que o lago não tinha uma profundidade elevada e que a escravizada seria bem tratada pelos seus senhores, o que não deixaria brecha para se encontrar uma motivação para tal delito. Somado a este relato, temos o de José Alves Pequeno, que, em seu depoimento, ao ser perguntado se haveria um porquê para que a escravizada Maria cometesse tal crime, ele respondeu “Nenhum, porque morava acostada ao preto dos seus senhores e estes sempre a tratavam muito bem”. Vemos aqui que segunda a testemunha alegava aqui a formação de uma família escravizada.

José Mariano da Silva Lima, homem pardo, solteiro de 39 anos e que vive de aluguéis e trabalho alugado, ao realizar seu testemunho, trouxe mais detalhadamente o que soube sobre a morte dos escravinhos. De seu depoimento o que mais chama a atenção é sobre o assassinato de Felix, em que ele relata

(...) que sabe por lhe dizer que matara seu filho de nome Felix de seis meses, escondido de seus senhores **tapando a boca da criança com um pano** com a mão na boca do estomago e que com um pouco tempo morreu. Dita criança, e que depois de morto escravinho botou na rede juntando-lhe as mãos e **assassinou com uma tira de pano de hum foliado de lençol** e que havia feito uma trouxa em sua roupa e butara em cima do moleque. (grifos nossos)

Em seguida a isso, ele continua sobre a morte das outras três crianças

(Maria) chamao-os para o rio sem que seus senhores vissem e chegando num lago que tinha logo atras de casa, e por que era meio razo, mandou **as duas mais velhas deitarem-se dentro d'água de barriga para baixo e sentou-se em cima das meninas sustentando as cabeças para o funda da água e assim as afogando pouco tempo depois de matar pegou o mais pequeno de nome Salustiano que estava fora e mergulhou-o dentro da água no mesmo lugar em que havia afogado as duas até também o afogar**, e depois de todas mortos fora a caza dizer a sua senhora que andava, procurando os moleques e depois de dizer isto retirou-se. (grifos nossos)

Ainda sobre a possível motivação para a realização do crime, José Mariano informa que a Preta Maria sabia que sua senhora estava desejosa de lhe dar uma surra. Esta indicação de motivação é reafirmada por João Luis Martins, pardo, solteiro e morador no Lucas, dezenove anos e jornaleiro. Em seu depoimento ele confirma esta intenção da senhora com sua escravizada.

Disse ele testemunha que sabe por lhe dizer a preta Maria escrava do senhor Narcísio morador na Barra deste termo que de sua livre e espontânea vontade matara quatro filhos seus também escravos de Narcísio cujos nomes são: Felix, seis meses, afogando-o com as mãos e cutara dentro da rede da mesma criança com as mãos amarradas e o cobrira com uma trouxa de roupas della, escrava e depois de ter feito isto conduziu-se para o rio os outros tres e logo que ali chegara matou-os afogados e tratou de se evadir. **Disse mais que a dita delinquente o dissera que sua senhora queria lhe dar uma surra e que este crime acontecera no dia de quinta feira 12 do corrente anno a horas da tarde.** E mais não disse. (grifos nossos)

Com isso, passamos para o primeiro interrogatório realizado com a Preta Maria. Nele ela relata que desde muito pequena vivia na casa do seu senhor, realizando trabalhos de cozer, cozinhar e trabalhos com a enxada, que compreendemos como serviços na agricultura. Em seu depoimento ela assume o assassinato de seus filhos e como ela se refere ao mais novo é interessante:

Primeiramente havia morto dentro de casa o pequeno de nome Felix... com idade de sete meses afogando-o com panos, **o que amarrara as mãos como sua senhora costumava a fazer com os anjos que morrião** e que depois seu senhor chegando do serviço com as tres maiores, ella as conduzio-os para o rio e num pequeno lago que ali tinha as matou afogadas sendo a mais velha de nome Rozaria, outra de nome Maria Madalena, e o terceiro de nome Salustiano. (grifos nossos)

Como motivação para cometer esses atos ela coloca que seu senhor teria dito para que largasse a sua companhia, ou seja, o seu companheiro. Como podemos ver a seguir ao responder à pergunta do delegado:

(...) **que os motivos que tinha e o caso da sua ignorância era ter o seu senhor lhe dito que largasse a sua companhia e para não deixar os seus filhos os matou.** E por esta forma mandou o dito delegado este auto sendo testemunhas o Professor Marcolino Gomes de Almeida e Trajano Soares. (grifos nossos)

Compreendemos, assim, que ela seria vendida, o que faz com que vejamos no ato realizado uma forma de resistência para que a sua família não fosse separada, como coloca Oliveira

(...) protesto contra a separação da família, quando da venda de seus membros a diferentes senhores, e finalmente, nas palavras de Bastide, ‘protesto amoroso’; protesto também religioso, onde os escravos se matariam tendo como pano de fundo a crença na reencarnação, já que nasceriam novamente na África (OLIVEIRA, 2007, p. 80-81).

É interessante notar que este caso é o que ocorre no mesmo momento em que não havia mais o tráfico internacional de escravizados, devido a proibição ocorrida em 1850, o que faz com que sejamos levados a crer que, o tráfico interprovincial estivesse acontecendo no Cariri paraibano, momento em que os escravizados passaram a ser vendidos para outras regiões do Império.

Dessa forma, Maria usou essa maneira de resistir ao tenebroso sistema escravista que perpassava a vida dessas mulheres negras escravizadas, para ela, naquele momento, a morte das crianças era uma dor mais fácil de suportar do que a separação. Como coloca Chalhoub,

(...) esses negros agiram de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e que seus movimentos estão firmemente vinculados a experiências e tradições particulares e originais – no sentido de que não são simples reflexo ou espelho e representações de ‘outros’ sociais. (CHALHOUB, 2011, p. 49).

Portanto, a resistência pode ser tanto um ato coletivo como uma ação individual que reflete determinadas lógicas ou racionalidades. Em 31 de julho de 1853, após ter conhecimento de que sua pena seria a máxima estipulada para o crime pelo Código Penal de 1835, com auxílio de um advogado, ela pediu para que fosse levado a júri popular a sua causa. Entretanto, mesmo com a defesa realizada e seu novo depoimento revelando que não tinha conhecimento nem de que seus filhos haviam de ter sido mortos, a pena foi mantida. Segue a decisão:

A vista da decisão do jury; com a que me conformo, **condenno a ré Maria, preta, escrava de Narcicio Pereira Castro a pena última, grau maximo do art. 192 do cod. criminal**, e nos autos. Appello para em cirtude da lei; para a Relação Districto salla das sessões do jury 1º de agosto de 1853. (grifos nossos)

Decisão que foi baseada no Código Penal de 1830, o qual, em seu artigo de número 192, dizia que “Matar alguém com qualquer das circunstâncias agravantes [...] de morte no grau maximo; galés perpetuas no médio; e de prisão com trabalho por vinte annos no mínimo”⁵⁵. O que demonstra que Maria, foi condenada à morte, uma vez que foi no grau máximo.

⁵⁵ O artigo 192, está presente na LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830, no TÍTULO II dos crimes contra a segurança Individual CAPÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DA PESSOA, E VIDA. SECCÃO I Homicidio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm Acesso em: 20 de agosto de 2024.

4.3 O “MILAGRE” DE RAIMUNDA: “RESSURREIÇÃO” APÓS A TRAGÉDIA (1884).⁵⁶

No termo de Soledade, temos Raimunda, escravizada de Isaias Pereira de Souza, teria sido castigada, morta e enterrada no quintal de seu senhor. Neste processo crime, temos entre os três aqui analisados, a primeira participação, como testemunhas, de escravizados, o que nos faz pensar sobre a relação que existia entre os senhores destes com o senhor acusado de assassinar sua escravizada, qual seria o interesse em permitir que esses escravizados realizassem um depoimento? É um ponto que chama a nossa atenção e que é necessário estar atento.

Joaquim, escravizado de José Gomes Mirô, filho de Ignácia e natural de Santa Roza, Campina Grande e que como disse, vive de ser escravo. E Francisco, escravizado de Joaquim Felis de Azevedo que diz ter cinquenta e seis anos, casado e natural de Soledade e filho de Maria José, liberta. Abrem o processo crime revelando o que sabem sobre os castigos sofridos por Raimunda.

Joaquim em seu depoimento comenta que sabe de ouvir falar que de fato ela teria sido morta e enterrada no quintal de seu senhor, mas que ele havia encontrado com ela no Riacho de Coroatá, atual município de Boa Vista, enquanto teria ido colher Umbus para seus senhores. Ao encontrá-la, ele tomou um susto e ela logo foi embora. Francisco diz não ter conhecimento se Isaias tinha o hábito de bater em seus escravizados, entretanto, soube que ela havia sido torturada na capoeira de Manuel Antunes e João Felipe havia lhe dito que o açoite continuou durante muito tempo e, com isso, ela teria morrido. Mas, mesmo assim, este não dizia ter ajudado a enterrá-la. Joaquina, escravizada de Minó, também afirma ter encontrado com ela no Riacho de Coroatá.

Neste sentido, o inquérito policial é aberto e são chamados a depor quatro pessoas: Antônio Pereira de Araujo, Antonio José Porfírio, Manuel Joaquim dos Santos e Pedro Raimundo Carneiro. Todos esses afirmam que Raimunda era uma escravizada que costumava fugir e, por isso, havia sido castigada até a morte e enterrada no quintal da casa de seu dono. Entretanto, desses Antonio José Porfírio participou da exumação do quintal de Isaias e viu que, no local onde ela teria sido enterrada, não havia mais nada. Com tudo isso, chegou-se à conclusão que

As testemunhas que depuserão o presente enquerito dizem que Raimunda, escrava de Isaias Pereira de Souza, andava fugida apavorada pelo que o seu

senhor a castigava e declararão que a mesma escrava havia morrido no castigo e fora enterrada pelo dito Isaias no quintal da sua casa que também contara na haver (a mesma escrava) digo na haver mesmo Isaias interrado dita Escrava a qual depois do castigo sendo vista pela Preta Joaquina no rancho (Gr) Gravatá deste termo. Assim como fora vista no **Brejo de Areia**. Que João Felipe havia se retirado para Alagoa Nova a fim de ver uma sua parenta, e não porque fosse chamada por aquele Isaias para intimar dita escrava. (grifos nossos)

Nos autos de perguntas realizados à Isaias Pereira de Souza ficou conhecido que este é natural de Cabaceiras, é negociante, tinha trinta e nove anos de idade e casado. Neste ele descreve como foi o último momento que teve com sua escravizada Raimunda. Vejamos:

Raimunda costumava andar sempre fugida e que em um dia deste mês segundo se disse elle que chegando em sua casa a encontrou a dita escrava a qual procurando fugir pelo portão. Ele respondente **a pegou e deulhe diferente, bolas digo bolas e relhadas**, não sabendo o mesmo que a dita escrava não ficara retalhada e que passado três dias a dita escrava **tornou a fugir cortando um pedaço da ripa da cobertura da cozinha e saltando pelo telhado**, fugiu pelo que elle respondente teve noticias de que a dicta escrava havia fugido para Lagoa Nova no Brejo de Areia, onde se dirigiu e não encontrando dita escrava e dizendo lhe João Felipe que Sebastião Maria dos Santos lhes dissera que tinha visto dita escrava no brejo de Areia e conversado com esta. (grifos nossos)

Com isso ele, reafirma que a escravizada não havia sido morta por ele e que ele não teria convidado João Felipe para enterrá-la, que só havia chegado a sua casa um dia depois que os castigos foram realizados, e logo após isso, este teria encontrado com a escravizada em Alagoa Nova, defendendo, portanto, que estava sendo acusado de sair do município para não ser preso pela morte da escrava. Segundo Isaias, o que foi dito por Francisco eram falácias, pois “o que Francisco tem de costume levantar e espalhar estórias como a que sai sem poder provar com relação a elle respondente.”

Nessa mesma documentação consta o auto de exumação em que é realizado na presença do juiz toda uma varredura pelo quintal de Isaias para tentar encontrar os restos mortais da escravizada Raimunda e nada é encontrado. E consta o auto de perguntas realizados a

⁵⁶ Escrava Raimunda, castigada e morta.– Hoje sobre a custódia da Comarca de Serra Branca - PB, sob a custódia do Tribunal de Justiça da Paraíba e digitalizado pelo Arquivo Digital disponibilizado pela British Library que realizou um projeto para a digitalização de arquivos históricos que possuem ameaças de percas e que junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em João Pessoa, Paraíba, Brasil e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) realizaram toda a digitalização dos arquivos como também a sua organização realizando assim a criação de um arquivo digital de registros criminais e notariais dos séculos XVIII e XIX em Mamanguape, São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brasil (EAP853).

escravizada Raimunda que foi levada à juízo pelo senhor Antonio Pereira Pinto e Isidro Correia Lima, trazida da casa do Bacharel Alfredo Moreira Gomes, que trataremos a seguir.

Raimunda se apresentou como natural de Boa Vista, do termo de Campina Grande, com vinte e dois anos completos, o que nos revela que ela nasceu no ano de 1862, no contexto do declínio da escravização na Paraíba. Ela diz ser escravizada de Isaias Pereira de Souza que é morador de Soledade. Um ponto a ser destacado aqui é o de que Raimunda seria natural do município de Boa Vista, e nesse momento, pertencia a um senhor que residia no município de Soledade, temos que ela já havia sido retirada de seu local de origem, o que nos permite concluir que também havia sido retirada de sua família.

Ao ser perguntada se havia sofrido castigo ao início de fevereiro, respondeu que

Respondeu que tendo fugido e voltando **apadrinhada** por João de Gouveia Filho de Manoel de Gouveia, morador na Soledade, deste termo foi entregue a sua senhora e não estando em casa seu senhor porque havia feito uma viagem a capital tendo chegado o seu senhor no princípio de fevereiro deste anno e encontrado ella respondente, a castigou com **bolos nas mãos e relhadas**, trancando-a na cozinha e escondendo a chave da porta. Pello que ella respondente, **na madrugada do dia seguinte que era domingo pegando um carvão que estava na cozinha trepou sobre o mesmo carvão e cortando um pedaço de ripa do tecto da dita cozinha, subiu o telhado e saltou dentro do quintal e trepando sobre um monte de telhas que estava ao pé do muro, saltou para o lado de fora e tomou a direção do riacho da Malhada Vermelha onde depois aparecendo a preta Joaquina, escrava do velho Minô estava com ella respondente que conversava na fugida para o brejo.** (Grifos nossos).

Tendo em vista o que relatado pela escravizada, percebemos que os castigos nesse momento passaram do ponto, tendo em vista que, como é colocado por Silvia Lara (1988) em seu clássico “Campos da Violência”, era uma atribuição do senhor vestir e alimentar adequadamente seus trabalhadores, era, também, seu dever instruí-los na religião e castigá-los moderadamente quando estes pecassem em alguma tarefa ou cometessem algum delito, como único fim de discipliná-los. Caso a falta cometida pelo escravizado fosse tão grave que o castigo não pudesse ser aplicado pelo senhor, a justiça deveria ser acionada para aplicar as devidas correções. Os castigos, ressaltavam estes doutos, deveriam ser moderados a fim de que não levassem os escravizados à fuga, ao suicídio ou a vingança. Embora pensados para a instrução dos senhores, pode-se perceber que os excessos eram contestados pelos escravizados, afinal estes indivíduos tinham sua própria percepção sobre os castigos e sua aplicação.

Juntamente com o suicídio e o assassinato, a fuga é, na verdade, a expressão violenta da revolta interior do escravo inadaptado. O escravo “em fuga” não escapa somente de seu senhor ou da labuta, elide os problemas de sua cotidiana, foge de um meio de vida, da falta de enraizamento no grupo dos escravos e no conjunto da sociedade. (Mattoso, 1990, p.153).

E é isso que ocorre com Raimunda. A segunda pergunta feita a ela nos autos foi se ela procurou por alguma autoridade para lhe proteger e o motivo pelo qual ela resolveu voltar. A isso, ela respondeu

(...)que fugindo da casa de seu senhor para o Brejo de Areia, passou em **Curimataú, onde se demorou e seguiu para o Brejo de Areia e ali procurou Francisco das Chagas para protegerlhe e Francisco das Chagas entendendo-se com o Doutor Alfredo Moreira Gomes** Juis Municipal e este escrevera a mai mãe delle procurando saber se queria comprar ella respondente e a dita cativa respondeu (digo o juis respondeu que a cativa voltasse a casa de seu senhor e para primeiro passar na casa do Tenente Coronel Luis Vicente para que este a mandasse ao seu senhor e este a mandou a Antonio Pereira Pinto neste Villa para apresentar ella neste juízo. (Grifos nossos)

Raimunda, ao ser castigada, buscou maneiras de sair da situação em que se encontrava, fugindo e buscando apadrinhamento em outras pessoas, para que o seu contexto de vida pudesse melhorar. Após o depoimento de Raimunda, o processo crime foi arquivado, não se encontrando nenhuma prova ou indício contra seu senhor Isaias.

De acordo com Emília Viotti da Costa (1998), de todos os mecanismos de resistência, o mais frequente foi a fuga, muitos dos escravizados fugiam pelas matas, nem sempre o escravizado fugitivo conseguiria ir muito longe, pois eram denunciados. Segundo ela

[...] O escravo, perante a lei, não é um homem, é considerado um bruto feroz, sem direitos, sem regalias, e indigno de qualquer sentimento humanitário. Não se se tomam em conta as torturas, as sevícias, as privações que levam o mísero escravo ao desespero, á alucinação. Toma-se o fato brutal sem atenção a circunstância alguma e impõem se a pena capital. Os juízes na infernal lei são possuidores de escravos e, por conseguinte, juízes suspeitos e imprestáveis. (COSTA, 1998, p.352)

É notável que a situação do escravizado não era de acordo com o retrato construído sobre a escravidão durante muitos anos no Brasil. Muitos tinham pavor de seus senhores, evitavam até mesmo de olhar em sua direção, a amizade de escravizado e o senhor nunca se consolidou, porque até mesmo o escravizado não era considerado como gente, eram vistos como animais. De fato, a escravização corrompeu a noção de dever e direito a ser seguido por

qualquer cidadão, sem contar nas graves consequências que ela trouxe para a vida desse povo, que, mesmo posteriormente à abolição, continuam enfrentando as consequências do racismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil foi constituído por muitas raízes, uma delas foi a religiosidade portuguesa, forte, inerente, fez e faz parte da sociedade. A religiosidade chegou à recantos como a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, o interior da Paraíba, muitos sacramentos ocorreram, festividades, procissões e promessas. A Igreja Católica, naquele período, era um dos principais espaços de sociabilidade, mas, também, de registros, números e nomes que hoje são estudados.

Um dos livros analisados a partir da pesquisa de Eduardo Cavalcante e Solange foi o dos registros mortuários, uma vez que a morte também foi frequente e aqueles que viveram na Villa de São João do Cariri, no período de 1850-1872, já faz tempo que se foram, assim como nós um dia e, como nos fala Thompson (1981), no fim, nós também estaremos mortos e nossas vidas estarão inertes nesse processo terminado, nossas intenções assimiladas a um acontecimento passado que nunca pretendemos que ocorresse.

Nesse caso, vidas assimiladas aos escravizados e a necessidade de contar um pouco daquelas histórias de resistências fazendo o que nos é recomendado, posto que eles embora nunca imaginassem estão agora com os olhos desta pesquisa voltados para si, pesquisa que, como aponta Thompson (1981), busca renovar os significados de suas existências e tornar a história dentro deste momento inteligível para os leitores.

Inicialmente, foi possível observar uma contextualização política, econômica e social atentando para a realidade não só da região do Cariri paraibano, no qual centralizamos nossa pesquisa, mais pensando, também, os contextos que perpassam a realidade mundial, assim como a brasileira. Compreendendo e analisando as divergências e as congruências entre a realidade social que a Paraíba apresentava e, principalmente, a da Vila Real de São João do Cariri e visualizar como eram entranhadas.

A Província não possuía um grande contingente de escravizados, embora a historiografia por muito tempo negasse a presença deles no Cariri paraibano. Mas, eles existiam e inclusive os rituais católicos nos mostraram uma realidade demográfica, mas, também, foi imprescindível para perceber o quanto foram instrumentos de sociabilidade e transformação

para as opressões sofridas. Embora saibamos que a principal intenção da religião era submeter os escravizados que deveriam ser fiéis aos seus senhores e à Igreja. Muitas estratégias foram utilizadas para uma melhor sobrevivência diante do sistema que viviam.

Os documentos da Igreja, nos auxiliaram a fazer uma análise demográfica e econômica, está nos mostrou uma dinâmica populacional, em que os casamentos entre cativos eram pouco realizados, posto que dependia de documentos e da vontade dos senhores. Uma série de nascimentos ao longo do período estudado, anos com um contingente alto de crianças nascidas e outros com menos registros, batizados realizados não até oito dias de nascido, conforme prega a Igreja, mas ainda assim a maioria foi realizado com crianças, adultos foram poucos. As cores foram diversas, não se sabe os critérios utilizados, mas pretos, pardos, cabras, entre outros, foram presença constante nos registros.

Uma outra presença marcante foi a de crianças registradas só com o nome da mãe, as famílias monoparentais, em grande quantidade com base nos registros, embora saibamos que havia também as relações consensuais. Os assentos de batismo apontam ainda uma série de localidades dentro da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, locais de realização de sacramentos e de sociabilidade, capelas, fazendas, oratórios públicos e privados foram “palcos” de inúmeras cenas, por vezes presididas por uma série de párocos que estavam naqueles ambientes.

As alegrias eram misturadas às tristezas, o trabalho duro, os castigos eram mais “passáveis” pela sociabilidade que a Igreja os submetia. As mortes também ocorreram na Freguesia, por uma série de fatores, mas, principalmente, pela epidemia de cólera, doença que amedrontava a população de uma forma geral e que levou tantos para um enterro apressado, seja nas Igrejas, capelas, cemitérios ou mesmo no mato, essencialmente quando não se possuía os sacramentos.

As mortes computadas, foram em maior número as das crianças antes de completar um ano de idade, uma vez que havia uma dificuldade de chegar à idade adulta, isto ocorrendo, geralmente, se a criança conseguisse passar dos 10 anos de idade. Uma variação de mulheres e homens conseguiram esse feito e só morreram após a velhice, passando do esperado para aquele período, completando 70, 80, 90 e até 100 anos, conforme constam nos registros de óbitos estudados. Era uma população que se mudava para trabalhar em outras fazendas dos seus senhores. Vivia e morria, geralmente, trabalhando para os mesmos senhores e tinha mais filhos naturais, criados ou registrados na maioria por mulheres.

Mulheres que como foi possível perceber tentaram resistir e criar vantagens a partir das sociabilidades entre escravizados e com outras pessoas da sociedade quando lhes foi permitido, tendo em vista a vida dura que levavam, as estratégias visavam uma vida mais tranquila ou melhor dentro das possibilidades existentes. O compadrio foi uma das melhores oportunidades, era a conquista de uma família espiritual, que poderia defender e auxiliar nas intempéries da vida. Relações muito bem-vindas, posto que na falta de um pai, o padrinho e a madrinha da criança auxiliavam na sua criação.

Adentrando os processos criminais tivemos três exemplos de mulheres escravizadas que lutaram de diferentes formas para resistir ao sistema escravista ao qual estavam envoltas no meio ao Cariri paraibano. Mostrando como diante das adversidades impostas a elas, seja como a Mulata Ignácia, se voltando contra a sua senhora, tirando-lhe a vida, lutando contra aquela que lhe explorava ou como Preta Maria, que ao saber que seria separada de seus filhos, cometeu um ato contra a vida desses ou mesmo como Escravizada Raimunda que diante dos castigos sofridos, buscou maneiras de fugir e de se livrar de um senhor que passava dos limites que já não eram rasos e já permitiam muitos malefícios a sua vida.

Dessa forma, acompanhamos o pensamento de Lélia Gonzalez

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o *cidadão* negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. (GONZALEZ,1980, p,50)

Ainda é muito difícil ser mulher e negra no Brasil, muitas portas já foram abertas, entretanto, temos que pensar que não são todas as mulheres negras que possuíam essas possibilidades, o contexto de desigualdade e discriminação ainda é potente em todo o território brasileiro e, por isso, é importante que pesquisas consigam mostrar que a “democracia racial” que foi muito difundida não corresponde à realidade social do Brasil. E que, durante os anos de escravização dessas mulheres e homens havia resistências e embates entre senhores e escravizados.

6 FONTES

Recenseamento do Brazil em 1872. Rio de Janeiro Editor: Typ. G. Leuzinger Ano: [1874?]. Descrição física: 12v. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 29/10/2024.

ROHAN, Henrique B. Chrographia da província da Parahyba do Norte. **Revista do IHGP**, nº 3, 1911, p. 346-348.

Tabelas em Excel elaboradas pelo pesquisador Eduardo de Queiroz Cavalcante (2015) quando da realização de seu mestrado junto ao programa de pós-graduação em história da UFPB e repassadas ao professor Faustino Teatino Cavalcante Neto, líder do grupo de pesquisa do cnpq núcleo de pesquisa e extensão em educação camponesa e resistência no cariri paraibano (NUCARIRI/UFCG/CDSA/UAEDUC), para fins de pesquisas. Os arquivos do pesquisador Eduardo de Queiroz Cavalcante (2015) foram: Arquivo da Paróquia da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Milagres. **Assentos de Batismo** de 1846-1853, livros 8,9, 10, 11, 12 e 13, folhas 84 a 199, localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba; Arquivo da Paróquia da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Milagres. **Assentos de Óbitos** de 1854-1856, livros 15, folhas 30 a 172, localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba.

Processo Crime Contra a Mulata Ignácia Escrava de Galdino Honorio de Messias.

Processo Crime pelas mortes feitas em quatro escravinhos (menores) de Narcizio Pereira de Castro.

Processo Crime contra Isaias Pereira de Souza - Escrava Raimunda, castigada e morta.

Hoje sobre a custódia da Comarca de Serra Branca - PB, sob a custódia do Tribunal de Justiça da Paraíba e digitalizado pelo Arquivo Digital disponibilizado pela British Library que realizou um projeto para a digitalização de arquivos históricos que possuem ameaças de percas e que junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em João Pessoa, Paraíba, Brasil e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) realizaram toda a digitalização dos arquivos como também a sua organização realizando assim a criação de um arquivo digital de registros criminais e notariais dos séculos XVIII e XIX em Mamanguape, São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brasil (EAP853).

7 REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **“Capítulos de história colonial”** (1500-1800), 1907.
- ABREU, Wlisses Estrela Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978.
- ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas.** Brasília: Senado Federal, 1994.
- ALVES, Solange Mouzinho. **Parentescos e sociabilidades: experiências familiares dos escravizados no sertão paraibano (São João do Cariri), 1752-1816.** Dissertação (Mestrado). UFPB/CCHLA. João Pessoa, 2015.
- ALVES, Solange Mouzinho. **Experiências familiares de escravizados no sertão de São João do Cariri (1752-1816).** Experiências históricas da gente negra na diáspora africana: Paraíba colonial e imperial/ Solange P. Rocha, Matheus Silveira Guimarães (Organizadores); prefaciado por Petrônio Domingues. - João Pessoa: Editora UFPB, 2018. 372 p.: il.
- ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Titi; FRASER, Nanci. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ARRUZA, Cinzia. **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo.** 1ª ed. São Paulo: Usina, 2019.
- BARICKMAN, B. J. **Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881),** Afro-Ásia n. 21-22 (1998) 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20967/13570> Acesso em 29/10/2024.
- BASSANEZI, Maria Sílvia. **Os eventos vitais na reconstituição da história. O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, p. 141-172, 2009. P 143. Sendo uma das principais fontes para as pesquisas historiográficas sobre escravidão, principalmente no interior do Nordeste.
- BERLIN, Ira. **Gerações de Cativo.** Uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- BRASIL. **Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850.** Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p. 267, v. 1, parte 1, 1850.
- BUENO, Almir de Carvalho; PEREIRA, Ariane de Medeiros. **Processos-crime e micro-história: perspectivas e limitações um estudo de caso.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo, julho 2011.

CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. **TECENDO REDES, CONSTRUINDO LAÇOS DE SOLIDARIEDADE: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano (São João do Cariri/ 1850-1872)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba

CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia M. da Silva. **Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira**. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 6, n. 11, p. 327-361, 2005.

CARDOSO, Ciro. A brecha camponesa no sistema escravista. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 133-154.

CARVALHO, Maria Cristina Machado de. **Crianças e escravidão: cotidiano e trabalho - São Gonçalo dos Campos/BA - 1835/1871**. 2020. 259 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de; RIOS, Ana Maria. **Laços de família e direitos no final da escravidão**. História da vida privada no Brasil: Império. São Paulo: Companhia das Letras, p. 337-383, 1997.p.353.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 2001, pp. 41, 42.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4ª ed. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. **História, metáfora e memória: a revolta de escravos de 1823 em Demerara**. Arquivo, São Paulo, Arquivo do Estado, v. 9, n. 1, p. 8-9, 1988.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CONRAD, Robert. **Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DA PENHA SILVA, Maria. Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista. **Cadernos Imbondeiro**, v. 1, p. 1-8, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. S. Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

DEMETRIO, Denise Vieira. **Famílias escravas no recôncavo da Guanabara: século XVII e XVIII**. 2008. 179f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. P.42.

DINIZ, Leandro Neves. **Vida Econômica Na Paraíba Imperial (1850-1880): As Famílias Livres E Pobres E A Produção Agropecuária**. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 38, Jan-Jun, 2020.

DOS REIS, Isabel Cristina Ferreira. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Centro de Estudos Baianos, 2001.

DOURADO, Larissa Bagano. **Mulheres cativas na província da Paraíba do Norte: Tráfico interno e conquista da liberdade (1850-1888)**. João Pessoa, 2017. 145f. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal da Paraíba.

ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Global Editora, 1986.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREYRE, Gilberto. **“Casa Grande e Senzala”**, (1933).

FERNANDES, Florestan. **A integração do Negro na sociedade de classes**. Vol. 1 São Paulo: àtica, 1978.

FURTADO, Júnia Ferreira. **A morte como testemunho de vida**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de. (org.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo, Contexto, 2009.

GABLER, Louise. 11 maio 2015 Lei Eusébio de Queirós. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz> Acesso 14/09/2023.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. Editora Universitária/UFPB, 1979.

GINZBURG, CARLO. **O queijo e os vermes**, de Editora: Companhia das Letras, Tradução: Maria Betânia Amoroso, Ano de publicação: 1987.

GONZÁLEZ, Lélia. **“A mulher negra na sociedade brasileira”**, O lugar da mulher- Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual, Rio de Janeiro, Graal. 1982.

GONZÁLEZ, Lélia. **“Por um feminismo afro-latino americano”**, Ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro, zahar. 1980.

GONZÁLEZ, Lélia. **“Lugar de negro”**, Rio de Janeiro, Marco zero, 1982

GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**. 4. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. volume 5: O risorgimento: Notas sobre a história da Itália. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

GRINBERG, Keila. **A história nos porões dos arquivos judiciais**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo, Contexto, 2009.

GOUVEIA, A. A. V. **Festa de Nossa Senhora dos Milagres: lugar de encontros e reencontros dos caririenses São João do Cariri-PB (1970-1996)**. 2018. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

HAACK, Marina Camilo. **Sobre silhuetas negras: Experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira do Sul, c. 1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre História**. Tradução Cid Knipel Moreira – São Paulo: Companhia das letras, 1998.

HOLANDA, Sergio Buarque. **“Raizes do Brasil”**, 1936.

JAMES, Selma. **Sex, Race and Class: The Perspective of Winning a Selection of Writings** (2011).

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. Fac-símile da primeira edição, 1892. Brasília: Thesaurus.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Tradução de Pedro M. Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia. Hunold. **Blowin’ in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil**. **Projeto História**, São Paulo, (12), 1995.

LARA, S. H. **Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEAL, José. **Vale de Travessia**. Campina Grande: Gráfica Santa Fé Ltda, 1993.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande – Século XIX. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (Século XIX)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MAESTRI, Mário. **O escravismo no Brasil**. Atual, São Paulo, 1994.

MARQUESE, Rafael de Bivar. “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a Historiografia sobre a escravidão brasileira” **REVISTA DE HISTÓRIA SÃO PAULO**, Nº 169, p. 223-253, JULHO / DEZEMBRO 2013.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**, v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MATTOS, Hebe. **História e movimentos sociais**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 95-111.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. 3ª ed. Trad. James Amado. Editora Brasiliense, São Paulo, 1990.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora**. São Paulo: Editora Camargo Soares, 1990, p. 37.

MOLT, Maria Lucia de Barros. **A mulher na luta contra a escravidão**. Contexto, São Paulo, 1988.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da liberdade: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro visto por ele mesmo: ensaios, entrevistas e prosa**. 2022.

OLIVEIRA, S. V. **O suicídio de escravos em Campinas e na província de São Paulo (1870-1888)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 2007.

PARSONS, Lucy. **Mulher: seu desenvolvimento evolutivo**. 10 de setembro de 1905.

PEQUENO FILHO, José de Sousa. **Experiências vividas: escravidão e formação histórica de São João do Cariri, 1783-1843**. Dissertação (Mestrado em História). UFCG, Centro de Humanidades, 2014.

PEQUENO FILHO, José de Sousa; OLIVEIRA, Ariosvalber de Sousa. **Mulheres escravas no sertão do cariri paraibano (1783-1845)**. Experiências históricas da gente negra na diáspora africana: Paraíba colonial e imperial/ Solange P. Rocha, Matheus Silveira Guimarães (Organizadores); prefaciado por Petrônio Domingues. - João Pessoa: Editora UFPB, 2018. 372 p.: il.

PEREIRA, Daniel Duarte. **Cariris paraibanos: do sesmarialismo aos assentamentos de reforma agrária. Raízes da desertificação?** / Daniel Duarte Pereira. Campina Grande, 2008. 341 p.: il. Color.

PERROT, Michelle. Práticas de memória feminina. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3846. Acesso 23/08/2023.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 20ª ed., 2ª reimpressão. Contexto, São Paulo, 2009.

RADÜNZ, Roberto; SIUDA-AMBROZIAK, Renata. Infanticídio e tentativa de “morte de si mesmo”: atos extremos no universo escravista. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 28, p. 1, 2021. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

QUEIROZ, Suelly Robles Reis de. **Escravidão Negra em Debate**. In. FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2005, p103-117.

REED, Evelyn. **O Mito da Inferioridade da Mulher (1954)**.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês de 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 [1986].

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, 280 p.

RIETVELD, Padre João Jorge. **A Palavra é Filha do Silêncio** - Estudos do Seminário Publicação V. Antologia dos artigos de Dom Luis Gonzaga Fernandes (1982-2003). 2010.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos. **“Os brancos não falam a verdade contra mim. Porque ele é homem e não havia de passar o trabalho que as fêmeas passam”**. Maria Rita e a interseccionalidade de mulheres escravizadas (Comarca de Rio Pardo XIX). Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos –Unisinos, São Leopoldo, RS, 2020.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. **Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SEVERIANO, Francisco. **A Diocese de Parahyba. Parahyba do Norte**; Typ. Da Imprensa, 1906, p. 43-44.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Tradução Jussara Simões. Bauru/ SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Anieres Barbosa da. **Relações de poder, fragmentação e gestão do território no semi-árido nordestino: um outro olhar sobre o Cariri paraibano**. 2006. 305 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SILVA, Clara Maria da. **Família escrava e relações de compadrio: estudo das territorialidades escravas na freguesia de Sant'Ana de São José de Mipibu (1841-1862)**. 2021. 193f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Eleonora Félix. **Escravidão e Resistência escrava na “Cidade D’Arêa” oitocentista**. 2010. 188p. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

SIMAS, Tatiany de O. **Histórias de Resistência de Mulheres escravizadas em Pernambuco (1830-1856)**. Dissertação (Mestrado em História). 2017. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2017.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária Inglesa: A Árvore da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo. **“História Geral do Brasil”,**1850.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **O Município de Campina Grande 1840-1905: estrutura de distribuição de terras, economia e sociedade.** 2013.

ZETKIN, Clara. **Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso.** 16 de outubro de 1896.

ZETKIN, Clara. **Organizando mulheres trabalhadoras.** Novembro de 1922.

ZETKIN, Clara. **O governo dos Trabalhadores: teses do Governo operário.** Dezembro de 1922.